



# Anais da Assembleia

Nº 167

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 139ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1991  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Domingos Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Nilton César e Severino Félix (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

#### MENSAGEM 144/91

Curitiba, 09 de dezembro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada

consideração dessa Egrêgia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 285.408.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e oito mil cruzeiros).

O referido crédito tem por finalidade dar cobertura às despesas com a execução de serviços de mecanização para readequação de estradas rurais, implantação de empreendimentos comunitários, apoio à aquisição de calcário, apoio à produtividade e a eventos agropecuários desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrêgia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 285.408.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio Órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterada a programação orçamentária global da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná CAFE DO PARANÁ, aprovada pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO -					
2702	GABINETE DO SECRETÁRIO *					
2160	ENTIDADES VINCULADAS PROGRAMAÇÃO A CARGO DA CAFE DO PARANÁ	3212.03	00	L	285.408	0782
TOTAL					285.408	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO -					
2702	GABINETE DO SECRETARIO -					
2160	ENTIDADES VINCULADAS PROGRAMAÇÃO A CARGO DA CAFE DO PARANÁ	4140.00	00	L	285.408	0782
TOTAL					285.408	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2869	COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONOMICO DO PARANÁ - CAFE DO PARANÁ					
2884	FOMENTO, MECANIZAÇÃO E APOIO A PROGRAMAS ESPECIAIS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - CAFE DO PARANÁ	3132.00	00	L	285.408	0782
TOTAL					285.408	

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2869	COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONOMICO DO PARANÁ - CAFE DO PARANÁ					
2884	FOMENTO, MECANIZAÇÃO E APOIO A PROGRAMAS ESPECIAIS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - CAFE DO PARANÁ	4120.00	00	L	285.408	0782
TOTAL					285.408	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 146/91

Curitiba, 09 de dezembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ, para atender despesas relativas a convênio do Governo Estadual com a EMBRAPA, referente ao Projeto BIRD II.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER /PARANÁ, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta lei, ficando simultaneamente procedida a conversão da Fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais, para a Fonte 90 - Diversas, no valor de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações da própria entidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PARANÁ					
2886	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PR	4120.00	90	L	160.000	0809
TOTAL					160.000	

CANCELAMENTO		ANEXO 11		FL.01		Cr\$ 1.000,00	
00	00	00	00	00	00	00	00
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	R	VALOR	N. DO PROC.	COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS						
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PARANÁ						
2886	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PR	3120.00	90	L	95.000	0809	
		3132.00	81	L	21.000	0809	
		3255.00	81	L	5.000	0809	
		3255.00	90	L	28.000	0809	
		3280.00	81	L	4.000	0809	
		3280.00	90	L	7.000	0809	

TOTAL 160.000

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 147/91

Curitiba, 10 de dezembro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anteprojeto de lei que altera a Lei 8925, de 28 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade e Veículos Automotores - IPVA.

Mencionada minuta contém alterações, em relação aos textos anteriores, explicitadas a seguir:

1. Aumentou-se a alíquota de 2% para 3%, nos casos de veículos de passeio, com o objetivo de aproximar a carga tributária praticada pelos Estados vizinhos, visto que a alíquota paranaense era a menor de todas (São Paulo 2,5, 4% e 6%; Santa Catarina 2% e 4% e Rio Grande do Sul 3% e 5%).

2. O vencimento foi antecipado para o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, para que, juridicamente, seja possível a atualização monetária do imposto até a data do seu efetivo pagamento. Continua, entretanto, a possibilidade do pagamento ocorrer em data coincidente com o calendário de licenciamento adotado pelo órgão estadual de trânsito, atualizando-se nesta hipótese, o valor do imposto devido.

3. Retirou-se a isenção dos veículos nacionais com mais de dez anos e dos importados com mais de 20 anos, com o objetivo de se cobrir o custo operacional de manutenção dos mesmos no sistema de controle, além da tributação também dos veículos de empresas públicas em face do disposto no § 3º do art. 173 da Constituição Federal.

Entretanto, para todos os veículos com mais de vinte anos, a carga tributária equivalerá a uma UPF/PR (prevista em Cr\$ 17.000,00 para janeiro/92).

4. Fica mantida a possibilidade do parcelamento e a redução do imposto no pagamento em parcela única prevista na lei vigente.

De se observar que a redução de 30% no pagamento do imposto em única parcela tanto se dá quando pago em janeiro, mês fixado para o seu vencimento, ou no prazo disposto no calendário de licenciamento de órgão de trânsito.

O parcelamento também poderá ocorrer em ambos os prazos referidos anteriormente.

5. No mais se procede a algumas correções de caráter técnico, como a vinculação da atualização monetária aos critérios estabelecidos para o ICMS, importando em significativa padronização, assim como são revogados dispositivos já desatualizados, por se referirem a valores indexados em índices não mais existente, ou por incompatíveis com as alterações ora propostas, ou ainda de nenhum efeito, com os §§ 3º dos artigos 6º e 16.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas as se-

guintes alterações à Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988:

Alteração 1.<sup>a</sup> - O inciso I do § 1º do art. 2º passa a vigor com a seguinte redação:

"I - no momento da aquisição de veículo novo;"

Alteração 2.<sup>a</sup> - Os §§ 4º e 5º do art. 3º, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 9.166/89 e 1º da Lei nº 9.485/90, passam a vigor com a seguinte redação:

"§ 4º - O valor a que se refere o "caput" deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do artigo 2º, será o constante da tabela anexa, uniforme em todo o território paranaense, expresso em cruzeiros."

"§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos, bem como aqueles cujo imposto apurado resultar em montante inferior a uma Unidade Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR, terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a Unidade do mês do vencimento do imposto."

Alteração 3.<sup>a</sup> - O inciso II do art. 4º passa a vigor com a seguinte redação:

"II - 3% (três por cento) para os demais veículos."

Alteração 4.<sup>a</sup> - O § 2º do art. 6º, alterado pelo art. 1º da Lei nº 9.166/89, passa a vigor com a seguinte redação:

"§ 2º - No caso de haver recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita, a requerimento do contribuinte à autoridade fazendária, que procederá a devolução, devidamente corrigida, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, tomando como termo inicial a data do pedido de devolução e final a do deferimento."

Alteração 5.<sup>a</sup> - O inciso II do art. 8º, alterado pelo art. 1º da Lei nº 9.166/89, passa a vigor com a seguinte redação:

"II - para o caso previsto no inciso IV do § 1º do artigo 2º, o IPVA terá seu vencimento no último dia útil do mês de janeiro de cada ano, podendo ser pago,

atualizado monetariamente, sem multa e juros, até a data do licenciamento que for adotada pelo órgão estadual de trânsito;"

Alteração 6.<sup>a</sup> - Fica acrescentado ao art. 8º o inciso V com a seguinte redação.

"V - para os casos previstos nos incisos I, II e III do § 1º do Art. 2º o IPVA terá seu vencimento 30 (trinta) dias após a data da aquisição, do desembaraço aduaneiro ou da arrematação em leilão".

Alteração 7.<sup>a</sup> - O art. 12, alterado pelo art. 1º da Lei nº 9.166/89, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 12 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será corrigido monetariamente, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989".

Alteração 8.<sup>a</sup> - O art. 15 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 15 - A apuração das infrações relativas ao IPVA e a aplicação das respectivas multas obedecerão, no que couber, em primeira instância, o procedimento do artigo 68 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 e, em segunda instância, as normas previstas na Lei Complementar nº 1, de 02 de agosto de 1972, e alterações posteriores".

Alteração 9.<sup>a</sup> - O art. 18, alterado pelo art. 1º da Lei nº 9.166/89, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a cancelar créditos tributários cujo montante atualizado seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) da UPF/PR".

Art. 2º - Ficam revogados o § 6º do art. 3º; o § 3º do art. 6º; os incisos III e VII do art. 14; o § 3º do art. 16 e o art. 19, todos da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, e demais disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 1991.



DPM - IMPORTE SOBRE PRODUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - 1962

TABELA IV-MA BASE DE CÁLCULO EM CRÉDITOS - 1 VEÍCULOS NACIONAIS PASSADO/CONTINUAIS

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FISCALIA  
FISCALIA DO ESTADO DO PARANÁ

10/12/91

Pág. 3

PRVA - IMPORTE SOBRE PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES - 1992

TABELA PRVA BASE DE CALCULO EM CRUZEIROS - VEICULO NACIONAL PASSADO/CONTINUANDO

MODELO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	
--------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--



## TABELA DE IMPOSTO SOBRE PREVENIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - 1992

## TABELA DE IMPOSTO SOBRE PREVENIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - 1992

MODELO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
1 - 1000 LITROS SLE	2.090,449	1.742,882	1.480,821	1.243,889	1.044,827	877,888	727,238	619,277	520,289	434,716			
1 - 1000 LITROS SLE	2.591,745	2.177,044	1.828,733	1.534,137	1.299,333	1.093,899	910,473	744,779	619,431	509,442			
1 - 1000 LITROS SLE	990,319	872,248	544,793	474,322	398,436	334,793	281,150	236,144	199,360	164,679			
1 - 1000 LITROS SLE	1.504,423	1.253,445	1.042,974	872,899	729,033	629,429	529,224	444,548	373,421	313,073			
1 - 1000 LITROS SLE	3.112,876	2.644,144	2.193,881	1.844,540	1.549,413	1.304,597	1.093,266	918,344	771,497	647,993			
1 - 1000 LITROS SLE	2.944,158	1.717,092	1.442,328	1.211,581	1.017,728	854,881	718,109	603,211	504,098	423,424			
1 - 1000 LITROS SLE	1.413,027	1.354,942	1.138,132	956,947	803,099	674,587	564,633	473,889	399,839	335,839			
1 - 1000 LITROS SLE	2.220,699	1.854,867	1.546,489	1.315,679	1.105,314	928,444	779,910	653,124	550,394	462,254			
1 - 1000 LITROS SLE	3.491,032	2.897,244	2.433,651	2.044,257	1.717,104	1.442,177	1.211,445	1.017,782	854,972	718,107			
1 - 1000 LITROS SLE	2.470,319	2.075,081	1.743,048	1.444,177	1.229,999	1.033,123	867,824	728,772	612,354	514,342			
1 - 1000 LITROS SLE	3.312,039	3.312,713	2.788,539	2.342,389	1.997,497	1.652,799	1.388,344	1.164,299	979,415	822,807			
1 - 1000 LITROS SLE	1.342,772	1.144,729	961,572	807,720	678,465	569,928	478,739	402,144	327,799	263,751			
1 - 1000 LITROS SLE	772,886	644,024	539,468	449,946	384,753	321,594	278,339	231,973	194,337	163,991			
1 - 1000 LITROS SLE	1.453,324	1.173,674	1.133,884	949,245	814,182	683,913	574,427	482,519	403,358	344,541			
1 - 1000 LITROS SLE	1.399,939	1.175,948	987,777	829,749	696,989	585,471	491,792	413,108	347,011	291,489			
1 - 1000 LITROS SLE	1.045,618	878,319	737,788	619,742	529,583	452,290	387,323	329,532	279,183	237,714			
1 - 1000 LITROS SLE	1.055,242	911,649	753,761	643,239	549,321	473,870	391,259	320,250	269,010	225,919			
1 - 1000 LITROS SLE	991,107	882,534	699,323	587,433	493,444	414,493	346,174	292,466	245,072	204,344			
1 - 1000 LITROS SLE	2.056,547	1.727,497	1.451,100	1.218,924	1.023,896	860,072	722,441	606,807	509,768	429,205			
1 - 1000 LITROS SLE	706,453	598,378	494,248	415,168	346,741	292,943	246,072	204,700	173,628	145,848			
1 - 1000 LITROS SLE	1.010,927	849,189	713,312	599,182	503,313	422,783	353,127	299,315	250,585	210,461			
1 - 1000 LITROS SLE	1.453,413	1.345,349	1.146,873	963,390	809,248	679,742	571,065	479,444	402,961	332,437			
1 - 1000 LITROS SLE	1.881,453	1.881,564	1.539,515	1.292,353	1.095,576	911,884	765,983	643,423	540,477	451,091			
1 - 1000 LITROS SLE	871,181	731,794	614,707	516,354	433,737	364,337	306,045	257,078	215,975	181,394			
1 - 1000 LITROS SLE	1.238,437	1.082,289	909,123	763,663	641,477	538,941	452,424	380,204	319,373	268,273			
1 - 1000 LITROS SLE	1.776,381	1.506,948	1.247,327	1.044,722	894,347	751,248	631,665	539,095	456,286	384,035			
1 - 1000 LITROS SLE	1.033,787	889,994	739,745	613,668	515,449	433,145	363,842	303,827	254,777	215,650			
1 - 1000 LITROS SLE	1.176,949	988,639	820,449	697,577	585,944	492,210	413,457	347,303	291,733	245,057			
1 - 1000 LITROS SLE	1.638,548	1.416,700	1.190,028	999,623	839,684	705,334	592,421	497,484	418,034	351,146			
1 - 1000 LITROS SLE	2.056,547	1.727,497	1.451,100	1.218,924	1.023,896	860,072	722,441	606,807	509,768	429,205			
1 - 1000 LITROS SLE	2.130,792	1.866,390	1.587,533	1.274,730	1.070,773	899,448	753,537	631,665	539,095	456,286			
1 - 1000 LITROS SLE	3.231,009	2.714,047	2.279,804	1.915,032	1.608,427	1.351,246	1.133,047	953,139	806,889	674,747			
1 - 1000 LITROS SLE	3.528,341	2.993,866	2.489,597	2.091,242	1.756,660	1.475,394	1.239,499	1.041,179	874,591	734,634			
1 - 1000 LITROS SLE	991,107	882,534	699,323	587,433	493,444	414,493	346,174	292,466	245,072	204,344			
1 - 1000 LITROS SLE	1.137,293	953,328	802,476	674,079	564,227	473,439	399,590	325,485	270,701	224,564			
1 - 1000 LITROS SLE	1.254,228	1.053,232	886,375	744,571	625,440	525,370	441,310	370,701	311,387	264,893			
1 - 1000 LITROS SLE	1.234,884	1.040,642	874,156	734,281	616,885	518,116	435,217	365,583	307,089	257,933			
1 - 1000 LITROS SLE	2.004,000	1.683,040	1.415,434	1.188,965	998,730	838,933	704,704	591,951	497,239	417,681			
1 - 1000 LITROS SLE	3.432,227	3.047,072	2.577,013	2.164,691	1.819,340	1.527,466	1.283,421	1.077,738	905,300	766,432			
1 - 1000 LITROS SLE	2.130,880	1.789,939	1.503,549	1.262,981	1.040,904	871,159	746,574	629,862	529,194	443,683			

RECONSTITUIÇÃO DE VALORES CORRESPONDENTES AOS MODELOS WHO FABRICADOS NOS RESPECTIVOS ANOS

DM - DIFERENÇA PROPORCIONAL DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS - 1972

TABELA DM: MÊS DE CÁLCULO EM CRÉDITOS - VEÍCULOS NACIONAIS PASSADO/CONTINUA

	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963	1962
1. AERIAL - todos	40.801,790	23.541,190	23.491,400	20.132,776	16.928,332	14.219,779	11.944,631	10.653,490	8.429,131	7.497,130
1. AERIAL - todos	42.301,000	27.631,000	24.090,400	20.907,634	17.542,412	14.752,426	12.392,938	10.499,312	8.743,822	7.344,811
1. AERIAL - todos	23.462,000	16.422,000	13.774,400	11.507,343	9.733,305	8.179,403	6.847,977	5.749,016	4.805,974	4.070,418
1. AERIAL - todos	7.396,550	5.179,550	4.302,042	3.646,340	3.074,596	2.574,209	2.142,306	1.816,404	1.525,777	1.261,635
1. AERIAL - todos	16.150,000	11.305,000	9.846,200	7.976,898	6.700,519	5.683,436	4.727,064	3.971,424	3.335,976	2.802,237
1. AERIAL - todos	14.747,500	10.323,200	8.971,520	7.284,065	6.118,432	5.139,651	4.317,246	3.624,557	3.044,201	2.530,865
1. AERIAL - todos	6.630,000	4.641,000	4.038,384	3.392,243	2.780,739	2.310,621	1.949,922	1.630,374	1.369,514	1.150,392
1. AERIAL - todos	4.807,000	3.392,100	2.905,044	2.404,755	2.012,195	1.693,545	1.402,992	1.168,992	972,655	819,688
1. AERIAL - todos	9.333,000	6.533,100	5.407,044	4.604,755	3.892,195	3.239,545	2.702,992	2.250,045	1.927,655	1.619,398
1. AERIAL - todos	23.250,000	16.393,000	13.691,520	11.503,397	9.642,853	8.116,777	6.818,109	5.727,212	4.810,638	4.041,121
1. AERIAL - todos	22.185,000	15.329,500	13.044,700	10.957,615	9.254,337	7.731,633	6.491,422	5.453,483	4.582,096	3.840,389
1. AERIAL - todos	9.044,000	6.404,000	5.384,146	4.584,146	3.840,146	3.239,146	2.702,146	2.250,146	1.927,146	1.619,146
1. AERIAL - todos	17.170,000	12.019,000	10.055,000	8.400,000	7.123,999	6.004,999	5.024,999	4.222,999	3.544,999	2.972,999
1. AERIAL - todos	40.803,400	23.542,300	23.492,397	20.133,615	16.929,037	14.220,391	11.945,128	10.653,998	8.429,483	7.497,125
1. AERIAL - todos	42.303,400	27.632,300	24.092,397	20.908,615	17.543,019	14.753,426	12.393,938	10.499,312	8.743,822	7.497,125
1. AERIAL - todos	23.462,400	16.422,400	13.774,400	11.507,343	9.733,305	8.179,403	6.847,977	5.749,016	4.805,974	4.070,418
1. AERIAL - todos	7.396,550	5.179,550	4.302,042	3.646,340	3.074,596	2.574,209	2.142,306	1.816,404	1.525,777	1.261,635
1. AERIAL - todos	16.150,000	11.305,000	9.846,200	7.976,898	6.700,519	5.683,436	4.727,064	3.971,424	3.335,976	2.802,237
1. AERIAL - todos	14.747,500	10.323,200	8.971,520	7.284,065	6.118,432	5.139,651	4.317,246	3.624,557	3.044,201	2.530,865
1. AERIAL - todos	6.630,000	4.641,000	4.038,384	3.392,243	2.780,739	2.310,621	1.949,922	1.630,374	1.369,514	1.150,392
1. AERIAL - todos	4.807,000	3.392,100	2.905,044	2.404,755	2.012,195	1.693,545	1.402,992	1.168,992	972,655	819,688
1. AERIAL - todos	9.333,000	6.533,100	5.407,044	4.604,755	3.892,195	3.239,545	2.702,992	2.250,045	1.927,655	1.619,398
1. AERIAL - todos	23.250,000	16.393,000	13.691,520	11.503,397	9.642,853	8.116,777	6.818,109	5.727,212	4.810,638	4.041,121
1. AERIAL - todos	22.185,000	15.329,500	13.044,700	10.957,615	9.254,337	7.731,633	6.491,422	5.453,483	4.582,096	3.840,389
1. AERIAL - todos	9.044,000	6.404,000	5.384,146	4.584,146	3.840,146	3.239,146	2.702,146	2.250,146	1.927,146	1.619,146
1. AERIAL - todos	17.170,000	12.019,000	10.055,000	8.400,000	7.123,999	6.004,999	5.024,999	4.222,999	3.544,999	2.972,999
1. AERIAL - todos	40.803,400	23.542,300	23.492,397	20.133,615	16.929,037	14.220,391	11.945,128	10.653,998	8.429,483	7.497,125
1. AERIAL - todos	42.303,400	27.632,300	24.092,397	20.908,615	17.543,019	14.753,426	12.393,938	10.499,312	8.743,822	7.497,125
1. AERIAL - todos	23.462,400	16.422,400	13.774,400	11.507,343	9.733,305	8.179,403	6.847,977	5.749,016	4.805,974	4.070,418
1. AERIAL - todos	7.396,550	5.179,550	4.302,042	3.646,340	3.074,596	2.574,209	2.142,306	1.816,404	1.525,777	1.261,635
1. AERIAL - todos	16.150,000	11.305,000	9.846,200	7.976,898	6.700,519	5.683,436	4.727,064	3.971,424	3.335,976	2.802,237
1. AERIAL - todos	14.747,500	10.323,200	8.971,520	7.284,065	6.118,432	5.139,651	4.317,246	3.624,557	3.044,201	2.530,865
1. AERIAL - todos	6.630,000	4.641,000	4.038,384	3.392,243	2.780,739	2.310,621	1.949,922	1.630,374	1.369,514	1.150,392
1. AERIAL - todos	4.807,000	3.392,100	2.905,044	2.404,755	2.012,195	1.693,545	1.402,992	1.168,992	972,655	819,688
1. AERIAL - todos	9.333,000	6.533,100	5.407,044	4.604,755	3.892,195	3.239,545	2.702,992	2.250,045	1.927,655	1.619,398
1. AERIAL - todos	23.250,000	16.393,000	13.691,520	11.503,397	9.642,853	8.116,777	6.818,109	5.727,212	4.810,638	4.041,121
1. AERIAL - todos	22.185,000	15.329,500	13.044,700	10.957,615	9.254,337	7.731,633	6.491,422	5.453,483	4.582,096	3.840,389
1. AERIAL - todos	9.044,000	6.404,000	5.384,146	4.584,146	3.840,146	3.239,146	2.702,146	2.250,146	1.927,146	1.619,146
1. AERIAL - todos	17.170,000	12.019,000	10.055,000	8.400,000	7.123,999	6.004,999	5.024,999	4.222,999	3.544,999	2.972,999
1. AERIAL - todos	40.803,400	23.542,300	23.492,397	20.133,615	16.929,037	14.220,391	11.945,128	10.653,998	8.429,483	7.497,125
1. AERIAL - todos	42.303,400	27.632,300	24.092,397	20.908,615	17.543,019	14.753,426	12.393,938	10.499,312	8.743,822	7.497,125
1. AERIAL - todos	23.462,400	16.422,400	13.774,400	11.507,343	9.733,305	8.179,403	6.847,977	5.749,016	4.805,974	4.070,418
1. AERIAL - todos	7.396,550	5.179,550	4.302,042	3.646,340	3.074,596	2.574,209	2.142,306	1.816,404	1.525,777	1.261,635
1. AERIAL - todos	16.150,000	11.305,000	9.846,200	7.976,898	6.700,519	5.683,436	4.727,064	3.971,424	3.335,976	2.802,237
1. AERIAL - todos	14.747,500	10.323,200	8.971,520	7.284,065	6.118,432	5.139,651	4.317,246	3.624,557	3.044,201	2.530,865
1. AERIAL - todos	6.630,000	4.641,000	4.038,384	3.392,243	2.780,739	2.310,621	1.949,922	1.630,374	1.369,514	1.150,392
1. AERIAL - todos	4.807,000	3.392,100	2.905,044	2.404,755	2.012,195	1.693,545	1.402,992	1.168,992	972,655	819,688
1. AERIAL - todos	9.333,000	6.533,100	5.407,044	4.604,755	3.892,195	3.239,545	2.702,992	2.250,045	1.927,655	1.619,398
1. AERIAL - todos	23.250,000	16.393,000	13.691,520	11.503,397	9.642,853	8.116,777	6.818,109	5.727,212	4.810,638	4.041,121
1. AERIAL - todos	22.185,000	15.329,500	13.044,700	10.957,615	9.254,337	7.731,633	6.491,422	5.453,483	4.582,096	3.840,389
1. AERIAL - todos	9.044,000	6.404,000	5.384,146	4.584,146	3.840,146	3.239,146	2.702,146	2.250,146	1.927,146	1.619,146
1. AERIAL - todos	17.170,000	12.019,000	10.055,000	8.400,000	7.123,999	6.004,999	5.024,999	4.222,999	3.544,999	2.972,999
1. AERIAL - todos	40.803,400	23.542,300	23.492,397	20.133,615	16.929,037	14.220,391	11.945,128	10.653,998	8.429,483	7.497,125
1. AERIAL - todos	42.303,400	27.632,300	24.092,397	20.908,615	17.543,019	14.753,426	12.393,938	10.499,312	8.743,822	7.497,125
1. AERIAL - todos	23.462,400	16.422,400	13.774,400	11.507,343	9.733,305	8.179,403	6.847,977	5.749,016	4.805,974	4.070,418
1. AERIAL - todos	7.396,550	5.179,550	4.302,042	3.646,340	3.074,596	2.574,209	2.142,306	1.816,404	1.525,777	1.261,635
1. AERIAL - todos	16.150,000	11.305,000	9.846,200	7.976,898	6.700,519	5.683,436	4.727,064	3.971,424	3.335,976	2.802,237
1. AERIAL - todos	14.747,500	10.323,200	8.971,520	7.284,065	6.118,432	5.139,651	4.317,246	3.624,557	3.044,201	2.530,865
1. AERIAL - todos	6.630,000	4.641,000	4.038,384	3.392,243	2.780,739	2.310,621	1.949,922	1.630,374	1.369,514	1.150,392
1. AERIAL - todos	4.807,000	3.392,100	2.905,044	2.404,755	2.012,195	1.693,545	1.402,992	1.168,992	972,655	819,688
1. AERIAL - todos	9.333,000	6.533,100	5.407,044	4.604,755	3.892,195	3.239,545	2.702,992	2.250,045	1.927,655	1.619,398
1. AERIAL - todos	23.250,000	16.393,000	13.691,520	11.503,397	9.642,853	8.116,777	6.818,109	5.727,212	4.810,638	4.041,121
1. AERIAL - todos	22.185,000	15.329,500	13.044,700	10.957,615	9.254,337	7.731,633	6.491,422	5.453,483	4.582,096	3.840,389
1. AERIAL - todos	9.044,000	6.404,000	5.384,146	4.584,146	3.840,146	3.239,146	2.702,146	2.250,146	1.927,146	1.619,146
1. AERIAL - todos	17.170,000	12								

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
\*\*\*\*\*

10/12/91

Pag. 6

DPA - IMPOSTO SOBRE PREVENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS - 1992

TABELA JORNAL DE CÁLCULO EM UNIDADES - 1 - VEÍCULOS NACIONAIS PASSADO/CONTINUAIS

MODELO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
1 AMAL - todos	5.946,000	4.993,307	4.196,125	3.524,745	2.944,706	2.467,940	2.089,131	1.751,070	1.474,091	1.228,126		
1 AMAL - todos	6.149,141	5.182,400	4.353,279	3.651,771	3.061,507	2.580,217	2.197,393	1.850,401	1.569,305	1.284,416		
1 AMAL - todos	3.419,319	2.872,220	2.412,072	2.021,444	1.702,381	1.420,000	1.201,200	1.009,008	847,587	711,955		
1 AMAL - todos	1.076,790	914,336	779,142	658,997	556,003	464,243	379,204	317,691	264,861	224,163		
1 AMAL - todos	1.777,239	1.577,239	1.466,977	1.375,154	1.273,975	1.171,975	1.068,931	954,607	842,607	732,070		
1 AMAL - todos	2.149,463	1.895,540	1.516,441	1.273,975	1.070,155	888,931	735,102	614,286	522,000	447,552		
1 AMAL - todos	944,229	811,717	681,042	572,346	481,108	404,130	339,000	285,154	239,330	201,285		
1 AMAL - todos	1.001,012	849,535	706,318	593,307	498,378	418,630	351,654	295,301	248,128	200,428		
1 AMAL - todos	1.349,274	1.142,147	959,424	804,252	677,822	568,891	477,839	401,410	337,164	283,435		
1 AMAL - todos	3.391,541	2.831,435	2.357,188	2.011,958	1.690,045	1.410,630	1.182,406	1.001,606	841,425	704,777		
1 AMAL - todos	3.233,406	2.714,127	2.281,548	1.916,500	1.609,640	1.332,283	1.135,917	954,171	791,503	673,243		
1 AMAL - todos	1.883,193	1.581,807	1.320,718	1.115,123	927,543	787,536	661,530	555,486	464,776	392,092		
1 AMAL - todos	2.502,545	2.102,138	1.735,776	1.483,268	1.245,946	1.046,594	879,139	738,077	620,321	521,069		
1 AMAL - todos	3.997,137	4.095,595	4.196,300	3.524,892	2.919,909	2.467,144	2.089,219	1.754,943	1.474,132	1.228,288		
1 AMAL - todos	1.233,750	1.053,159	884,646	742,193	624,255	524,333	440,440	369,970	310,774	261,651		
1 AMAL - todos	1.709,440	1.426,114	1.206,336	1.013,322	851,191	715,000	600,600	504,504	423,793	353,978		
1 AMAL - todos	2.076,389	1.774,150	1.485,086	1.230,572	1.032,765	868,382	729,424	612,716	514,482	423,333		
1 AMAL - todos	4.234,082	3.559,065	2.897,082	2.511,276	2.109,492	1.771,957	1.488,444	1.250,273	1.050,246	882,206		
1 AMAL - todos	4.757,313	3.996,143	3.353,760	2.919,079	2.508,530	2.097,545	1.771,225	1.493,837	1.279,223	1.090,548		
1 AMAL - todos	1.055,140	894,070	751,774	631,491	530,452	445,589	374,227	314,401	264,097	221,841		
1 AMAL - todos	4.804,759	3.917,198	3.164,746	2.638,155	2.232,833	1.875,590	1.575,427	1.323,409	1.111,644	933,777		
1 AMAL - todos	5.946,000	4.993,307	4.196,125	3.524,745	2.944,706	2.467,940	2.089,131	1.751,070	1.474,091	1.228,126		
1 AMAL - todos	6.149,141	5.182,400	4.353,279	3.651,771	3.061,507	2.580,217	2.197,393	1.850,401	1.569,305	1.284,416		
1 AMAL - todos	3.419,319	2.872,220	2.412,072	2.021,444	1.702,381	1.420,000	1.201,200	1.009,008	847,587	711,955		
1 AMAL - todos	1.076,790	914,336	779,142	658,997	556,003	464,243	379,204	317,691	264,861	224,163		
1 AMAL - todos	1.777,239	1.577,239	1.466,977	1.375,154	1.273,975	1.171,975	1.068,931	954,607	842,607	732,070		
1 AMAL - todos	2.149,463	1.895,540	1.516,441	1.273,975	1.070,155	888,931	735,102	614,286	522,000	447,552		
1 AMAL - todos	944,229	811,717	681,042	572,346	481,108	404,130	339,000	285,154	239,330	201,285		
1 AMAL - todos	1.001,012	849,535	706,318	593,307	498,378	418,630	351,654	295,301	248,128	200,428		
1 AMAL - todos	1.349,274	1.142,147	959,424	804,252	677,822	568,891	477,839	401,410	337,164	283,435		
1 AMAL - todos	3.391,541	2.831,435	2.357,188	2.011,958	1.690,045	1.410,630	1.182,406	1.001,606	841,425	704,777		
1 AMAL - todos	3.233,406	2.714,127	2.281,548	1.916,500	1.609,640	1.332,283	1.135,917	954,171	791,503	673,243		
1 AMAL - todos	1.883,193	1.581,807	1.320,718	1.115,123	927,543	787,536	661,530	555,486	464,776	392,092		
1 AMAL - todos	2.502,545	2.102,138	1.735,776	1.483,268	1.245,946	1.046,594	879,139	738,077	620,321	521,069		
1 AMAL - todos	3.997,137	4.095,595	4.196,300	3.524,892	2.919,909	2.467,144	2.089,219	1.754,943	1.474,132	1.228,288		
1 AMAL - todos	1.233,750	1.053,159	884,646	742,193	624,255	524,333	440,440	369,970	310,774	261,651		
1 AMAL - todos	1.709,440	1.426,114	1.206,336	1.013,322	851,191	715,000	600,600	504,504	423,793	353,978		
1 AMAL - todos	2.076,389	1.774,150	1.485,086	1.230,572	1.032,765	868,382	729,424	612,716	514,482	423,333		
1 AMAL - todos	4.234,082	3.559,065	2.897,082	2.511,276	2.109,492	1.771,957	1.488,444	1.250,273	1.050,246	882,206		
1 AMAL - todos	4.757,313	3.996,143	3.353,760	2.919,079	2.508,530	2.097,545	1.771,225	1.493,837	1.279,223	1.090,548		
1 AMAL - todos	1.055,140	894,070	751,774	631,491	530,452	445,589	374,227	314,401	264,097	221,841		
1 AMAL - todos	4.804,759	3.917,198	3.164,746	2.638,155	2.232,833	1.875,590	1.575,427	1.323,409	1.111,644	933,777		
1 AMAL - todos	5.946,000	4.993,307	4.196,125	3.524,745	2.944,706	2.467,940	2.089,131	1.751,070	1.474,091	1.228,126		
1 AMAL - todos	6.149,141	5.182,400	4.353,279	3.651,771	3.061,507	2.580,217	2.197,393	1.850,401	1.569,305	1.284,416		
1 AMAL - todos	3.419,319	2.872,220	2.412,072	2.021,444	1.702,381	1.420,000	1.201,200	1.009,008	847,587	711,955		
1 AMAL - todos	1.076,790	914,336	779,142	658,997	556,003	464,243	379,204	317,691	264,861	224,163		
1 AMAL - todos	1.777,239	1.577,239	1.466,977	1.375,154	1.273,975	1.171,975	1.068,931	954,607	842,607	732,070		
1 AMAL - todos	2.149,463	1.895,540	1.516,441	1.273,975	1.070,155	888,931	735,102	614,286	522,000	447,552		
1 AMAL - todos	944,229	811,717	681,042	572,346	481,108	404,130	339,000	285,154	239,330	201,285		
1 AMAL - todos	1.001,012	849,535	706,318	593,307	498,378	418,630	351,654	295,301	248,128	200,428		
1 AMAL - todos	1.349,274	1.142,147	959,424	804,252	677,822	568,891	477,839	401,410	337,164	283,435		
1 AMAL - todos	3.391,541	2.831,435	2.357,188	2.011,958	1.690,045	1.410,630	1.182,406	1.001,606	841,425	704,777		
1 AMAL - todos	3.233,406	2.714,127	2.281,548	1.916,500	1.609,640	1.332,283	1.135,917	954,171	791,503	673,243		
1 AMAL - todos	1.883,193	1.581,807	1.320,718	1.115,123	927,543	787,536	661,530	555,486	464,776	392,092		
1 AMAL - todos	2.502,545	2.102,138	1.735,776	1.483,268	1.245,946	1.046,594	879,139	738,077	620,321	521,069		
1 AMAL - todos	3.997,137	4.095,595	4.196,300	3.524,892	2.919,909	2.467,144	2.089,219	1.754,943	1.474,132	1.228,288		
1 AMAL - todos	1.233,750	1.053,159	884,646	742,193	624,255	524,333	440,440	369,970	310,774	261,651		
1 AMAL - todos	1.709,440	1.426,114	1.206,336	1.013,322	851,191	715,000	600,600	504,504	423,793	353,978		
1 AMAL - todos	2.076,389	1.774,150	1.485,086	1.230,572	1.032,765	868,382	729,424	612,716	514,482	423,333		
1 AMAL - todos	4.234,082	3.559,065	2.897,082	2.511,276	2.109,492	1.771,957	1.488,444	1.250,273	1.050,246	882,206		
1 AMAL - todos	4.757,313	3.996,143	3.353,760	2.919,079	2.508,530	2.097,545	1.771,225	1.493,837	1.279,223	1.090,548		
1 AMAL - todos	1.055,140	894,070	751,774	631,491	530,452	445,589	374,227	314,401	264,097	221,841		
1 AMAL - todos	4.804,759	3.917,198	3.164,746	2.638,155	2.232,833	1.875,590	1.575,427	1.323,409	1.111,644	933,777		
1 AMAL - todos	5.946,000	4.993,307	4.196,125	3.524,745	2.944,706	2.467,940	2.089,131	1.751,070	1.474,091	1.228,126		
1 AMAL - todos	6.149,141	5.182,400	4.353,279	3.651,771	3.061,507	2.580,217	2.197,393	1.850,401	1.569,305	1.284,416		
1 AMAL - todos	3.419,319	2.872,220	2.412,072	2.021,444	1.702,381	1.420,000	1.201,200	1.009,008				

IPVA - IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - 1992

TABELA IPVA BASE DE CÁLCULO EM CILINDROS - VEÍCULOS NACIONAIS PASSADOCARROS

MODELO	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982
BMW 230 cc - todos	4.740.000	3.332.000	2.798.000	2.331.637	1.974.090	1.638.907	1.393.402	1.170.323	990.214	825.922
BMW 320/400 cc - todos	5.270.000	3.687.000	3.098.740	2.642.739	2.184.405	1.834.447	1.542.774	1.275.778	1.080.388	914.414
BMW 430 cc - todos	6.460.000	4.552.000	3.798.400	3.190.722	2.680.207	2.231.374	1.891.154	1.588.579	1.324.397	1.120.895
BMW 730 cc - todos	12.410.000	8.887.000	7.287.000	6.129.000	5.148.820	4.325.009	3.633.007	3.051.776	2.553.500	2.133.298
BMW 01100000	2.530.000	1.783.000	1.499.400	1.237.416	1.037.977	868.700	746.508	627.047	526.736	442.438
1. VESPA										
1. VESPA - todos	1.700.000	1.190.000	999.600	839.644	705.318	592.467	497.672	418.045	351.158	294.972
1.5. YAMAHA										
1. YAMAHA 125 cc	1.340.000	932.000	799.600	671.731	564.234	473.974	398.138	334.436	280.926	235.978
1. YAMAHA 135 cc - todos	2.040.000	1.423.000	1.199.520	1.007.577	846.261	710.940	597.207	501.554	421.399	353.967
1. YAMAHA 180 cc - todos	2.530.000	1.785.000	1.499.400	1.237.416	1.037.977	868.700	746.508	627.047	526.734	442.438
1. YAMAHA 350 cc - todos	4.352.000	3.046.400	2.538.976	2.149.540	1.805.613	1.516.715	1.274.044	1.070.194	899.843	755.129
1. YAMAHA 600 cc - todos	6.460.000	4.552.000	3.798.400	3.190.722	2.680.207	2.231.374	1.891.154	1.588.579	1.324.399	1.120.895
1. YAMAHA OUTROS MODELOS	1.700.000	1.190.000	999.600	839.644	705.318	592.467	497.672	418.045	351.158	294.972
NOTAS-IMPÓSITOS ESPECÍFICOS	2.530.000	1.785.000	1.499.400	1.237.416	1.037.977	868.700	746.508	627.047	526.736	442.438
TRICICLOS E QUADRICICLOS - todos	3.060.000	2.142.000	1.799.280	1.511.395	1.249.572	1.066.440	895.810	752.460	622.064	530.550
CICLOMOTORES ATE 50 cc - todos	731.000	511.700	429.888	361.036	303.287	254.761	213.999	179.759	150.998	126.838

IPVA - IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - 1992

TABELA IPVA BASE DE CÁLCULO EM CILINDROS - VEÍCULOS NACIONAIS PASSADOCARROS

MODELO	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972
BMW 230 cc - todos	893.775	582.771	489.528	411.203	345.411	290.145	243.722	204.726	171.970	144.453
BMW 320/400 cc - todos	768.168	465.611	341.977	251.841	182.419	129.822	89.855	62.661	43.375	29.922
BMW 430 cc - todos	941.552	590.993	464.359	358.061	268.772	193.768	130.745	87.843	58.388	38.046
BMW 730 cc - todos	1.888.770	1.312.307	1.072.248	820.965	600.535	425.417	303.751	214.351	148.351	104.614
BMW OUTROS MODELOS	371.665	212.199	162.247	120.287	95.041	73.435	55.545	40.675	29.127	20.387
1. VESPA										
1. VESPA - todos	247.777	168.132	124.831	94.858	72.361	53.623	39.043	28.117	20.418	15.391
1.5. YAMAHA										
1. YAMAHA 125 cc	198.221	144.304	117.845	91.407	68.697	50.899	37.635	27.493	20.434	15.273
1. YAMAHA 135 cc - todos	277.332	189.759	159.798	119.230	92.033	68.348	50.432	37.740	27.701	20.989
1. YAMAHA 180 cc - todos	371.665	212.199	162.247	120.287	95.041	73.435	55.545	40.675	29.127	20.387
1. YAMAHA 350 cc - todos	634.308	407.548	325.819	245.957	185.904	135.275	98.222	70.178	50.230	37.073
1. YAMAHA 600 cc - todos	941.552	590.993	464.359	358.061	268.772	193.768	130.745	87.843	58.388	38.046
1. YAMAHA OUTROS MODELOS	247.777	168.132	124.831	94.858	72.361	53.623	39.043	28.117	20.418	15.391
NOTAS-IMPÓSITOS ESPECÍFICOS	371.665	212.199	162.247	120.287	95.041	73.435	55.545	40.675	29.127	20.387
TRICICLOS E QUADRICICLOS - todos	445.998	274.638	214.616	164.345	122.050	90.522	66.478	48.610	35.532	26.644
CICLOMOTORES ATE 50 cc - todos	106.544	69.497	55.177	43.149	33.045	24.538	18.429	13.440	10.410	7.814

RECONSIDERAR OS VALORES CORRESPONDENTES AOS MODELOS NA FABRICAÇÃO NOS RESPECTIVOS ANOS







## PWA - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMÓVEIS - 1992

## TABELA DE VALORES DE CÁLCULO DO IMPOSTO - 1.000% - CATEGORIA DE IMPOSTO

MODELO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1. F. 1000	20.730,000	20.111,000	16.973,240	14.190,322	11.919,070	10.012,891	8.410,666	7.044,955	5.934,582	4.985,082		
1. F. 1000	19.337,500	13.536,250	11.370,650	9.551,178	8.022,990	6.739,311	5.441,821	4.735,288	3.994,417	3.355,310		
1. F. 1000	51.049,700	35.749,700	30.420,984	25.224,346	21.188,451	17.798,299	14.950,571	12.558,400	10.549,123	8.841,263		
1. F. 1000	59.982,500	41.982,000	35.222,905	29.587,240	24.853,282	20.875,757	17.536,476	14.739,440	12.373,737	10.393,939		
1. F. 1000	74.375,000	52.042,500	43.722,905	36.735,300	30.857,452	25.920,428	21.773,197	18.289,654	15.363,141	12.905,939		
1. F. 1000	73.482,500	51.407,750	43.007,710	36.294,476	30.407,350	25.609,353	21.511,881	18.069,980	15.178,783	12.750,478		
1. F. 1000	71.825,000	50.277,500	42.233,100	35.475,884	29.799,475	25.031,727	21.026,651	17.442,307	14.636,405	12.442,380		
1. F. 1000	79.500,000	55.692,000	47.781,280	39.256,275	33.008,871	27.727,432	23.291,059	19.514,495	16.434,172	13.804,704		
1. F. 1000	66.852,500	46.796,750	39.399,270	33.019,707	27.736,421	23.299,782	19.570,960	16.439,406	13.809,289	11.599,786		
1. F. 1000	19.337,500	13.536,250	11.370,650	9.551,178	8.022,990	6.739,311	5.441,821	4.735,288	3.994,417	3.355,310		
1. F. 1000	20.995,000	14.696,500	12.345,040	10.349,850	8.710,674	7.316,965	6.146,232	5.142,652	4.336,795	3.642,708		
1. F. 1000	13.812,500	9.668,750	8.121,750	6.882,270	5.730,702	4.813,794	4.043,387	3.396,413	2.853,155	2.396,450		
1. F. 1000	15.470,000	10.829,000	9.086,340	7.640,942	6.418,382	5.391,449	4.528,817	3.804,286	3.195,553	2.684,248		
1. F. 1000	22.100,000	15.470,000	12.914,800	10.915,632	9.187,131	7.702,070	6.469,739	5.424,581	4.565,048	3.834,440		
1. F. 1000	19.337,500	13.536,250	11.370,650	9.551,178	8.022,990	6.739,311	5.441,821	4.735,288	3.994,417	3.355,310		
1. F. 1000	15.470,000	10.829,000	9.086,340	7.640,942	6.418,382	5.391,449	4.528,817	3.804,286	3.195,553	2.684,248		
1. F. 1000	14.365,000	10.055,500	8.446,820	7.095,161	5.959,975	5.006,345	4.205,330	3.532,477	2.987,281	2.492,516		
1. F. 1000	13.260,000	9.282,000	7.756,880	6.549,379	5.501,479	4.621,242	3.891,843	3.260,748	2.739,029	2.300,784		
1. F. 1000	30.940,000	21.659,000	18.182,720	15.281,885	12.836,783	10.782,888	9.057,434	7.608,413	6.391,667	5.389,416		
1. F. 1000	32.782,400	22.953,800	19.244,291	16.182,055	13.592,884	11.418,002	9.591,139	8.056,557	6.797,585	5.694,706		
1. F. 1000	25.415,000	17.799,500	14.914,020	12.582,977	10.514,501	8.857,380	7.440,280	6.249,768	5.249,805	4.409,836		
1. F. 1000	35.340,000	24.752,000	20.791,680	17.445,011	14.670,609	12.323,312	10.351,582	8.695,329	7.304,074	6.135,424		
1. F. 1000	40.332,500	28.232,750	23.715,510	19.921,028	16.733,444	14.056,278	11.807,273	9.918,110	8.331,212	6.998,218		
1. F. 1000	36.465,000	25.555,500	21.441,400	18.016,793	15.129,066	12.708,415	10.675,069	8.967,058	7.532,329	6.327,156		
1. F. 1000	22.652,500	16.656,750	13.919,670	11.188,523	9.398,359	7.894,422	6.631,402	5.570,415	4.679,174	3.950,566		
1. F. 1000	22.100,000	15.470,000	12.914,800	10.915,632	9.187,131	7.702,070	6.469,739	5.424,581	4.565,048	3.834,440		
1. F. 1000	28.730,000	20.111,000	16.893,240	14.190,322	11.919,070	10.012,891	8.410,666	7.044,955	5.934,582	4.985,082		
1. F. 1000	35.912,500	25.170,750	21.116,550	17.737,982	14.899,338	12.515,654	10.513,225	8.831,193	7.419,282	6.231,290		
1. F. 1000	22.100,000	15.470,000	12.914,800	10.915,632	9.187,131	7.702,070	6.469,739	5.424,581	4.565,048	3.834,440		
1. F. 1000	30.940,000	21.659,000	18.182,720	15.281,885	12.836,783	10.782,888	9.057,434	7.608,413	6.391,667	5.389,416		
1. F. 1000	46.912,500	32.873,750	27.613,950	23.195,718	19.494,403	16.366,899	13.740,195	11.540,484	9.700,726	8.140,610		
1. F. 1000	44.200,000	30.940,000	25.980,600	21.631,244	18.338,242	15.404,140	12.979,477	10.869,161	9.200,005	7.669,280		
1. F. 1000	35.912,500	25.170,750	21.116,550	17.737,982	14.899,338	12.515,654	10.513,225	8.831,193	7.419,282	6.231,290		
1. F. 1000	24.882,500	17.403,750	14.614,150	12.280,068	10.313,272	8.644,829	7.278,654	6.113,903	5.135,479	4.313,979		
1. F. 1000	38.250,000	26.775,000	22.491,000	18.892,440	15.819,650	13.330,566	11.197,625	9.406,005	7.901,044	6.658,877		
1. F. 1000	44.200,000	30.940,000	25.980,600	21.631,244	18.338,242	15.404,140	12.979,477	10.869,161	9.200,005	7.669,280		
1. F. 1000	40.332,500	28.232,750	23.715,510	19.921,028	16.733,444	14.056,278	11.807,273	9.918,110	8.331,212	6.998,218		
1. F. 1000	36.465,000	25.555,500	21.441,400	18.016,793	15.129,066	12.708,415	10.675,069	8.967,058	7.532,329	6.327,156		
1. F. 1000	22.652,500	16.656,750	13.919,670	11.188,523	9.398,359	7.894,422	6.631,402	5.570,415	4.679,174	3.950,566		
1. F. 1000	22.100,000	15.470,000	12.914,800	10.915,632	9.187,131	7.702,070	6.469,739	5.424,581	4.565,048	3.834,440		
1. F. 1000	28.730,000	20.111,000	16.893,240	14.190,322	11.919,070	10.012,891	8.410,666	7.044,955	5.934,582	4.985,082		
1. F. 1000	35.912,500	25.170,750	21.116,550	17.737,982	14.899,338	12.515,654	10.513,225	8.831,193	7.419,282	6.231,290		
1. F. 1000	22.100,000	15.470,000	12.914,800	10.915,632	9.187,131	7.702,070	6.469,739	5.424,581	4.565,048	3.834,440		
1. F. 1000	30.940,000	21.659,000	18.182,720	15.281,885	12.836,783	10.782,888	9.057,434	7.608,413	6.391,667	5.389,416		
1. F. 1000	46.912,500	32.873,750	27.613,950	23.195,718	19.494,403	16.366,899	13.740,195	11.540,484	9.700,726	8.140,610		
1. F. 1000	44.200,000	30.940,000	25.980,600	21.631,244	18.338,242	15.404,140	12.979,477	10.869,161	9.200,005	7.669,280		
1. F. 1000	35.912,500	25.170,750	21.116,550	17.737,982	14.899,338	12.515,654	10.513,225	8.831,193	7.419,282	6.231,290		
1. F. 1000	24.882,500	17.403,750	14.614,150	12.280,068	10.313,272	8.644,829	7.278,654	6.113,903	5.135,479	4.313,979		
1. F. 1000	38.250,000	26.775,000	22.491,000	18.892,440	15.819,650	13.330,566	11.197,625	9.406,005	7.901,044	6.658,877		
1. F. 1000	44.200,000	30.940,000	25.980,600	21.631,244	18.338,242	15.404,140	12.979,477	10.869,161	9.200,005	7.669,280		
1. F. 1000	40.332,500	28.232,750	23.715,510	19.921,028	16.733,444	14.056,278	11.807,273	9.918,110	8.331,212	6.998,218		
1. F. 1000	36.465,000	25.555,500	21.441,400	18.016,793	15.129,066	12.708,415	10.675,069	8.967,058	7.532,329	6.327,156		
1. F. 1000	22.652,500	16.656,750	13.919,670	11.188,523	9.398,359	7.894,422	6.631,402	5.570,415	4.679,174	3.950,566		
1. F. 1000	22.100,000	15.470,000	12.914,800	10.915,632	9.187,131	7.702,070	6.469,739	5.424,581	4.565,048	3.834,440		
1. F. 1000	28.730,000	20.111,000	16.893,240	14.190,322	11.919,070	10.012,891	8.410,666	7.044,955	5.934,582	4.985,082		
1. F. 1000	35.912,500	25.170,750	21.116,550	17.737,982	14.899,338	12.515,654	10.513,225	8.831,193	7.419,282	6.231,290		
1. F. 1000	22.100,000	15.470,000	12.914,800	10.915,632	9.187,131	7.702,070	6.469,739	5.424,581	4.565,048	3.834,440		
1. F. 1000	30.940,000	21.659,000	18.182,720	15.281,885	12.836,783	10.782,888	9.057,434	7.608,413	6.391,667	5.389,416		
1. F. 1000	46.912,500	32.873,750	27.613,950	23.195,718	19.494,403	16.366,						





ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

10/12/91

Pág. 15

DATA - IMPRESSÃO SOBRE PROPOSTAS DE RECURSOS AUTOMÁTICAS - 1992

TABELA IPVA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITOS - 1) OUTROS COMUMES NACIONAIS

MODELO	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982
1 H.M. 0 - 3m. exceto 0-371	23.150.000	23.265.000	19.492.200	16.373.140	13.753.616	11.553.105	9.704.600	8.151.071	6.847.571	5.751.960
1 H.M. 0-10 - 6m/7m	44.200.000	30.790.000	25.989.600	21.831.244	18.330.212	15.404.140	12.929.477	10.869.161	9.130.695	7.669.200
1 H.M. 0-11m	24.862.500	17.402.730	14.619.150	12.280.966	10.315.272	8.664.029	7.278.435	6.113.903	5.135.679	4.313.979
1 H.M. 0-12m/13m/14m/15m	27.625.000	19.337.500	16.243.500	13.644.500	11.461.414	9.627.587	8.087.173	6.793.226	5.706.310	4.793.300
1 H.M. OUTROS MODELOS	30.307.500	21.271.250	17.867.550	15.006.594	12.607.555	10.590.346	8.895.891	7.472.598	6.274.944	5.272.630
1 6. SCAMIA										
1 SCAMIA F-112 C/7m - todos	66.300.000	41.410.000	38.784.400	32.746.894	27.507.372	23.106.210	19.409.816	16.303.742	13.695.143	11.503.920
1 SCAMIA F-112 L - todos	77.350.000	51.145.000	45.401.800	39.204.712	32.091.938	26.957.245	22.644.066	19.021.032	15.977.667	13.421.240
1 SCAMIA K-113 - todos	86.700.000	60.690.000	59.979.600	42.822.864	35.971.206	30.215.813	25.381.233	21.320.278	17.909.033	15.043.598
1 SCAMIA R-112 ES-EX - todos	132.600.000	92.820.000	77.948.800	65.493.792	55.014.703	46.212.430	38.018.432	32.607.403	27.300.286	23.007.840
1 SCAMIA R-112 HS-HE - todos	110.500.000	77.350.000	64.974.000	54.598.160	45.865.654	38.510.350	32.340.694	27.172.903	22.925.238	19.173.200
1 SCAMIA R-142 ES-EX - todos	160.225.000	112.137.500	94.212.500	79.138.332	66.476.199	55.840.007	46.903.606	39.400.709	33.066.596	27.801.140
1 SCAMIA R-142 HS-HE - todos	138.125.000	96.687.500	81.217.500	68.222.700	57.307.069	48.137.937	40.435.867	33.966.122	28.531.548	23.966.500
1 SCAMIA R-143 ES-EX - todos	164.900.000	115.438.000	98.964.800	81.447.409	68.415.822	57.409.291	48.274.205	40.550.332	34.062.279	28.612.314
1 SCAMIA R-143 HS-HE - todos	151.300.000	105.910.000	89.964.400	74.736.096	62.773.281	52.729.556	44.292.827	37.205.975	31.233.019	26.232.534
1 SCAMIA S-112 - todos	49.725.000	34.807.500	29.238.300	24.550.172	20.630.544	17.329.657	14.556.912	12.227.806	10.271.357	8.627.940
1 SCAMIA T-112 ES-EX - todos	122.600.000	82.820.000	77.948.800	65.493.792	55.014.703	46.212.430	38.018.432	32.607.403	27.300.286	23.007.840
1 SCAMIA T-112 HS-HE - todos	110.500.000	77.350.000	64.974.000	54.598.160	45.865.654	38.510.350	32.340.694	27.172.903	22.925.238	19.173.200
1 SCAMIA T-142 ES-EX - todos	186.400.000	124.100.000	104.979.200	86.482.528	72.970.800	61.295.472	51.698.196	43.250.065	36.330.071	30.517.200
1 SCAMIA T-143 HS-HE - todos	190.300.000	126.210.000	104.979.200	86.482.528	72.970.800	61.295.472	51.698.196	43.250.065	36.330.071	30.517.200
1 SCAMIA OUTROS MODELOS	66.300.000	41.410.000	38.784.400	32.746.894	27.507.372	23.106.210	19.409.816	16.303.742	13.695.143	11.503.920
1 7. VOLKSWAGEN										
1 VW 11 17m/12 17m/13m - todos	38.575.000	27.072.500	22.746.500	19.102.556	16.065.979	13.478.622	11.322.043	9.510.516	7.988.823	6.710.620
1 VW 14 210	48.285.100	33.799.570	28.381.639	23.840.977	20.023.140	16.827.988	14.135.304	11.673.722	9.973.927	8.378.099
1 VW 14 17m/16 17m - exceto 14.210	39.220.900	27.461.630	23.067.759	19.576.926	16.275.519	13.672.597	11.404.782	9.547.217	8.103.662	6.807.076
1 VW 16 210 H - todos	57.460.000	40.222.000	33.756.400	28.380.640	23.899.740	20.023.382	16.821.921	14.129.999	11.689.124	9.970.664
1 VW 22 17m - todos	44.200.000	30.940.000	25.989.600	21.831.244	18.330.212	15.404.140	12.929.477	10.869.161	9.130.695	7.669.200
1 VW 6 50 57 90 5 - todos	29.825.000	20.884.500	17.542.900	14.736.109	12.378.327	10.397.794	8.734.107	7.336.484	6.162.814	5.176.764
1 VW 6 17m - todos	22.100.000	15.470.000	13.915.632	10.915.632	9.169.131	7.702.070	6.469.779	5.434.581	4.565.048	3.834.440
1 VW 7 17m - todos	30.940.000	21.58.000	18.182.720	15.281.655	12.872.792	10.782.699	9.057.634	7.608.413	6.381.097	5.368.496
1 VW OUTROS MODELOS	33.150.000	23.5.000	19.982.200	16.973.448	13.753.616	11.553.105	9.704.600	8.151.071	6.847.571	5.751.960
1 8. VOLVO										
1 VOLVO 8-19 H 6-2	66.852.500	46.796.750	39.307.270	33.019.787	27.736.621	23.296.762	19.570.960	16.439.606	13.809.289	11.599.786
1 VOLVO 8-19 H 4-2	60.222.500	42.155.750	35.410.630	29.745.097	24.965.882	20.729.141	17.430.032	14.809.232	12.439.755	10.449.394
1 VOLVO 8-30 E 4-2	55.250.000	38.675.000	32.487.000	27.288.068	22.922.957	19.235.175	16.174.347	13.584.431	11.412.619	9.584.600
1 VOLVO 8-19 INTERCOLER 6-4 - todos	107.777.500	75.416.250	63.940.650	53.813.704	44.699.513	37.597.976	31.599.976	26.493.580	22.254.607	18.693.870
1 VOLVO 8-10/16 10/20 11/20	97.925.000	65.747.500	55.227.900	46.391.432	38.908.806	32.723.797	27.406.300	23.096.967	19.401.453	16.297.229
1 VOLVO 8-16/16 10/20 11/20	96.687.500	67.681.250	56.582.250	47.755.890	40.114.948	33.686.556	28.305.107	23.776.200	19.972.084	16.776.550
1 VOLVO 8-12 INTERCOLER 6-4 - todos	110.500.000	77.350.000	64.974.000	54.598.160	45.865.654	38.510.350	32.340.694	27.172.903	22.925.238	19.173.200
1 VOLVO 4-12/16 12/40 11/20	60.650.000	49.615.000	50.769.600	49.120.344	41.261.097	34.659.315	29.113.824	24.455.612	20.542.714	17.255.000
1 VOLVO OUTROS MODELOS	49.725.000	34.807.500	29.238.300	24.550.172	20.630.544	17.329.657	14.556.912	12.227.806	10.271.357	8.627.940
1 9. OUTROS MODELOS										
1 9. OUTROS MODELOS	55.250.000	38.675.000	32.487.000	27.288.068	22.922.957	19.235.175	16.174.347	13.584.431	11.412.619	9.584.600

RESCALDAÇÃO DE VALORES CORRESPONDENTES AOS MODELOS EMBRICADOS NOS RESPECTIVOS ANOS

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE FINANÇAS E FISCALIA  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE GERAL

ANEXO

Pág. 11

PLAN - INVENTÁRIO GERAL DE BENS E VALORES - 1992

TABELA 1994 BASE DE CÁLCULO DE CREDITOS - 1995 CANCELAMENTOS DE CREDITOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	127
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----

Curitiba, 10 de dezembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assemblêia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de um crédito suplementar no valor de CR\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, visando atender despesas com a manutenção das aeronaves pertencentes ao Governo do Estado do Paraná.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do

Curitiba, quarta, em 11.12.91

meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO				
0905	CASA MILITAR				
2221	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AEREO	3132.00	00 L	45.000	0818
TOTAL				45.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO				
0903	DIRETORIA GERAL - CASA CIVIL				
2218	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMÁTICA DA CASA CIVIL	4130.00	00 L	45.000	0818
TOTAL				45.000	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 149/91.

Curitiba, 10 de dezembro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva adotar providências legais em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação - ICMS.

Tais providências objetivam basicamente o seguinte:

1 - a inclusão dentre os produtos sujeitos à alíquota de 25% de cerveja e aguardentes de cana ou caninha e de melão ou cachaça, aos quais se aplica hoje a alíquota de 17%.

Tal proposta decorre da equalização no tratamento tributário de tais produtos acordado na reunião do CODESUL, realizada em Canela em 5/12, próximo passado, onde os Estados da região Sul definiram tal carga tributária.

2 - A elevação da alíquota do ICMS nas operações internas de 17% para 18%.

Os recursos decorrentes do incremento da arrecadação serão destinados, via orçamento, à construção de habitações populares.

De se observar que tal proposta não alcançará os produtos cuja carga tributária é fixada em 12% ou 7%.

3 - a inclusão dentre as hipóteses de não incidência do ICMS das saídas de programas para computador, assunto que vem gerando conflito de interpretação sobre a cobrança de ISS ou ICMS.

Outrossim, tal dispositivo se equipara ao tratamento concedido no Estado de Santa Catarina, conforme art. 1º da Lei 8.289, de 04.07.91, regulamentada pelo decreto 975, de 05.11.91.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações à Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989;

Alteração 1ª - No inciso I do art. 23, o item "bebidas alcoólicas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06, e 22.08, exceto os códigos 22.08.40.0200 e 22.08.40.03000" passa a vigor com a seguinte redação:

- "bebidas alcoólicas classificadas

nas posições 22.03, 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM-SH)".

Alteração 2ª - O inciso III do art. 23, passa a vigor com a seguinte redação:

"III - Grupo C - alíquota de 18% para demais serviços, bens e mercadorias".

Art. 2º - O ICMS não incidirá na saída ou fornecimento de programas para computador, personalizados ou não, exceto em relação ao valor dos suportes informáticos, "mouse", "eprons", placas e materiais similares.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os nºs DTL/SAT/414 e 415/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nºs 421/91 e 355/91, por julgá-los contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/416/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 77/91, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. A Comissão de Constituição e Justiça.

OF./DTL/SAT/ nº 414/91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 421/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe que os municípios são isentos de custas no registro de matrículas imobiliárias, certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como certidões de registro de imóveis".

O plano de lei em exame não mereceu acolhimento tendo em vista que a Corregedoria Geral da Justiça, consultada a respeito da matéria, emitiu parecer sob nº 313/91 28.11.91, onde expressa o entendimento de que não vê razão no sentido de que a medida seja adotada porque o art. 137, da Lei Complementar nº 27, de 08.01.86, ainda em vigor, assegura aos municípios paranaenses isenção idêntica à

Esclareceu, ainda, a Corregedoria da Justiça que os Serventuários dos Offícios de Justiça abrangidos pelo disposto no referido art. 137, da Lei Complementar nº 27/86, não cobram nenhum emolumento pelos atos praticados, quando tais documentos são requeridos em nome de municípios.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado.

# PROJETO DE LEI Nº 421/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A

Art. 1º - Os municípios são isentos de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como de certidões de registro de imóveis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALACIO XIX DE DEZEMBRO, em 04.12.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário

ADEMAR TRAIANO

2º Secretário

## JUSTIFICATIVA:

O benefício requerido pelos Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, através do presente Projeto de Lei, era assegurado aos municípios do Paraná na Lei Complementar nº 27, de 08 de janeiro de 1986, atualmente suprimida.

Pretendem os Parlamentares Municipa-  
listas resgatar este benefício justo aos municípios paranaenses, como meio de reduzir despesas a estas unidades administrativas já sobrecarregadas com todas as formas de tributos e encargos.

## Indicações:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos, por intermédio, proceder a indicação do Deputado Dr. Rosinha para integrar, como representante da Bancada do Partido dos Trabalhadores neste Legislativo, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes.

Ao ensejo, prevalecemo-nos da oportunidade para renovar nossas expressões de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 11.12.91

Curitiba, quarta, em 11.12.91

(a) ERNANI PUDELL

Líder do Bancada do PT

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos, por intermédio, proceder a indicação do Deputado Cezar Silvestri para integrar, como representante da Bancada do Partido Democrático Trabalhista PDT, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) ALGACI TOLIO

Líder da Bancada do PDT

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 3449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, PREFERENCIA DE VOTAÇÃO ao PROJETO DE LEI Nº 570/91, constante do item 09 de Ordem do Dia de hoje (11.12.91), de nossa autoria, que acrescenta Subtítulo e Memorial Descritivo ao Perímetro Urbano de Honório Serpa.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

### REQUERIMENTO Nº 3452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) DOMINGOS CARVALHO.

### REQUERIMENTO Nº 3447-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 312/91 por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(aa) EMILIA BELINATI

ALGACI TOLIO

### REQUERIMENTO Nº 3464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo § 4º do artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, REQUER votação em destaque para as emendas de plenário números

1, 2 e 3, ao Projeto de Lei nº 246/91.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 3466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, ESPECIAL DESTAQUE, a emenda aditiva do Projeto de Lei nº 246/91.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

Apoiamento: João Iensen, Rossoni, Arlindo Troian, Emília Belinati, Colombino Grassano e Mário Bezerra.

REQUERIMENTO Nº 3467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo § 1º do Artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, REQUER votação em bloco para as emendas apresentadas ao projeto de Lei nº 246/91, com exceção das emendas nºs 1, 2 e 3 da Comissão de Agricultura e 3 e 10 de plenário.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 3468

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas REQUEREM, com base no artigo 171, § 2º do Regimento Interno, DESTAQUE para votação individualizada às seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 246/91:

.Emenda Modificativa ao Artigo 8º; nº 17

.Emenda Modificativa ao Artigo 20; nº 06

.Emenda Modificativa ao Artigo 40; nº 22

.Emenda Modificativa ao Artigo 41; nº 12

.Emenda Modificativa ao Artigo 44; nº 23

.Emenda Modificativa ao Artigo 46; nº 14

Sala das Sessões, em 11.12.91

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO,

ERNANI PUDELL

e DOUTOR ROSINHA.

Apoiamento: Carlos Simões, Rafael Greca de Macedo, Luiz Carlos Martins, Erondy Silvério, Rossoni, Geraldo Cartário, Colombino Grassano, Tadeu Lúcio Machado, Toti Colaço, Emília Belinati, Edson Silva Lino, Albino Corazza, Basílio Zanusso, Paulo Maia, Antônio Annibelli, Heinz Herwig, Arlindo Troian, Renato Adur, Mário Bezerra, Albino Corazza e João Arruda.

REQUERIMENTO Nº 3453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a transcrição nos Anais da Assembléia voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Athos Moraes Castro Vellozo, ocorrido nesta Cidade de Curitiba.

O extinto, era pessoa bem relacionada nos meios jurídicos e políticos e com o seu passamento consternou aqueles que o conheciam e os seus familiares.

Uma vez aprovado o presente, dê-se ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Apoiamento: João Arruda, Domingos Carvalho, Algaci Túlio e Elio Rusch.

REQUERIMENTO Nº 3462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Athos Moraes Castro Vellozo, ocorrido nesta Capital, em data de ontem (10.12.91).

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de ontem faleceu, nesta Capital aos 81 anos o Desembargador Athos Moraes Castro Vellozo, filho do historiador Dario Velloso.

O extinto deixa viúva Dona Tereza Gomes Vellozo, uma filha e duas netas.

Athos Vellozo foi professor da Universidade Federal do Paraná, Promotor de Justiça chegando com grande mérito à Procuradoria de Justiça e a Desembargador, cargo que ocupou até atingir a compulsória.

Durante seus vários anos de brilhante carreira o Desembargador Athos deixou uma valiosa contribuição ao Judiciário com importantes trabalhos jurídicos.

O passamento do Desembargador Athos veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua Alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Athos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por nosso intermédio, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Vellozo, endereçando a ela voto de

profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

**REQUERIMENTO Nº 3451**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, registro de um voto de regozijo pelo 57º aniversário da Cidade de Londrina, comemorado dia 10 do corrente. Requer, igualmente, que a Mesa dê ciência do assunto aos Poderes Executivo e Legislativo de Londrina, enviando-lhes cópias deste requerimento.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) GERALDO CARTARIO

**JUSTIFICATIVA:**

Londrina, que se celebrizou como a Capital do Norte do Paraná, é a segunda cidade do Estado e a terceira do Sul do País. Ela escreveu com letras de ouro a rica história de sua participação na epopéia da colonização daquele importante pedaço do Paraná. Cadinho de raças e centro modelar de trabalho e cultura, Londrina é motivo de orgulho para os paranaenses também pela pujança de sua agricultura, de sua indústria, de seu comércio e de sua comunidade de serviços, pelo seu arrojo arquitetônico, pela imponência de seus grandes edifícios e pela sua expressiva contribuição à economia do Paraná, mas, principalmente, pelo bandeirantismo de seus pioneiros heróis e pela índole amiga de seu povo, que tanto cativa os forasteiros.

Por tudo isso, propomos este voto de congratulações, saudando sua gente e suas autoridades pela data tão significativa para todos nós.

**REQUERIMENTO Nº 3457**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, desta Casa, SOLICITA VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, PELO ANIVERSÁRIO QUE OCORRERÁ EM DATA DE 14.12. próximo, dos Municípios de Alvorada do Sul e Centenário do Sul.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) JOSÉ TAVARES.

**REQUERIMENTO 3459**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao Sr. Luiz Valdir Nardelli.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) ERONDY SILVERIO.

**JUSTIFICATIVA:**

O Senhor Luiz Valdir Nardelli, para-

Curitiba, quarta, em 11.12.91

naense de alta estirpe, ocupa o cargo de Presidente da Federação das Administradoras de Imóveis - FENADI - e será agraciado com a Comenda "Pinhão de Ouro".

Sendo o agraciado um Empresário do nosso Estado veio com seu trabalho e dinamismo elevar o nome do Paraná no cenário Nacional, o que torna essa homenagem justa e oportuna.

**REQUERIMENTO Nº 3460**

Senhor Presidente:

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata dos trabalhos deste Poder Votos de Congratulações ao Jornal Diário Popular, pela realização do Chuteira de Ouro 91.

Recebendo o apoio e o voto de toda a crônica esportiva do Paraná, aconteceu na última segunda-feira, a festa de entrega da Chuteira de Ouro, promoção do Diário Popular, aos melhores do futebol paranaense em 1991.

Como sempre, todos os homenageados compareceram comprovando, mais uma vez, a força desse troféu que é o maior reconhecimento esportivo do Estado.

Congratular-se com o Diário Popular é associar-se à sua iniciativa de valorizar e incentivar os atletas e demais lideranças que fazem acontecer o esporte do Paraná.

O Diário Popular presta mais um serviço ao nosso Estado (como tantos outros já prestados), ao conduzir com seriedade e elevado espírito uma das mais tradicionais festas do nosso esporte, a Chuteira de Ouro.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) ALGACI TOLIO.

**REQUERIMENTO Nº 3461**

Senhor Presidente:

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata dos trabalhos deste Poder Votos de Congratulações à EDITORA O ESTADO DO PARANÁ, pela promoção da 13ª Edição da Corujinha de Ouro.

Destinado a premiar os melhores do campeonato paranaense de futebol de 1991, o Corujinha de Ouro está na sua décima terceira edição, como forma de incentivo e reconhecimento aos melhores jogadores, preparador físico, personalidade, destaque da imprensa, revelação e destaque da década.

Promoção da Editora o ESTADO DO PARANÁ Jornais o Estado do Paraná e Tribuna do Paraná - a festa do Corujinha de Ouro foi realizada, este ano, no dia 10 de dezembro, no Três Marias Clube de Campo, com



apoio da Empresa Brahma e do Buffet Ilha do Eden e contou com a presença de inúmeras personalidades do nosso mundo político-empresarial-esportivo e social.

Sala das Sessões, em 11.12.91

(a) ALGACI TOLIO.

#### REQUERIMENTO Nº 3450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o registro de um voto de regozijo pela passagem do Dia do Engenheiro, que se comemora nesta data.

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(a) GERALDO CARTARIO

#### JUSTIFICATIVA:

Seria dispensável ressaltar a importância da contribuição da numerosa e digna classe dos engenheiros para o progresso das comunidades e o bem-estar das pessoas. Mas nunca é demais enaltecer o trabalho desses profissionais, merecedores de todas as homenagens que lhe são atribuídas nesta data.

Assim, a Assembleia Legislativa do Paraná se associará àquelas manifestações de apreço, aprovando o presente requerimento de congratulações pelo transcurso do Dia do Engenheiro.

#### REQUERIMENTO Nº 3447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, para ratificar solicitação contida em requerimento deste Deputado, aprovado em sessão plenária do dia 25 de novembro próximo passado, tendo em vista que a resposta já encaminhada nada mais é do que uma cópia do expediente anteriormente encaminhado pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, e que motivou o primeiro requerimento, lembrando ainda que a data de resposta permanece a mesma, ou seja, baseada no requerimento datado de 20 de novembro, cuja cópia segue anexa.

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(a) MARIO BEZERRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, pedido de informações ao Sr. Secretário da Fazenda, Heron Arzua, nos seguintes itens:

1. Envio a esta Casa do inteiro teor do relatório formulado pela KPMG sobre o estudo de viabilidade para reestruturação da Paraná Seguros.

2. Inteiro teor da análise antes do ajuste procedido pelos funcionários do BANESTADO.

3. Identificação da Empresa KPMG e resposta às seguintes questões:

a. quem a contratou?

b. quanto foi pago?

c. se o contrato é o mesmo celebrado com a R.H. Almeida Guimarães Advogados?

4. Se a expressão "os estranhos negócios do Sr. Andrade Vieira" contida e destacada com grifo na folha de rosto da apreciação do resumo do relatório encaminhado a este Deputado, em papel timbrado do BANESTADO, é de autoria da empresa auditadora ou foi incluído à sua revelia. Em sendo esta última hipótese verdadeira, quem responde juridicamente pela sua inclusão: o Governador, o BANESTADO ou a KPMG?

5. Em caso de reformulação societária e organizacional da Seguradora Paraná, como proposto no relatório, qual o montante das despesas a serem acrescidas àquela empresa?

6. Para melhor entendimento, segue em anexo cópia da análise do relatório encaminhado pelo Governador aos Srs. Deputados.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.11.91.

(a) MARIO BEZERRA

Deputado Estadual

#### OFICIO Nº 11.304/91/DA/CEA/SC

Curitiba, 27 de novembro de 1991.

Senhor Secretário:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, atendendo requerimento em anexo, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, aprovado em sessão plenária de 25 do mês em curso, solicitar se digne a prestar a esta Assembleia Legislativa as informações requeridas, baseando-se na Constituição do Estado do Paraná, em seu parágrafo único do art. 55: "importará crime de responsabilidade do Secretário a recusa ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas".

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO BATISTA DE ARRUDA

Primeiro Secretário

Excelentíssimo Senhor

HERON ARZUA

DD. Secretário de

Estado da Fazenda

NESTA CAPITAL

#### REQUERIMENTO Nº 3454

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimen-

tais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Torreão Braz, ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho e ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello, solicitando liberdade e julgamento favorável ao pedido de "habeas-corpus" em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, em favor de Idone Bento, Otávio Amaral, Augusto Moreira e José Carlos Gowaski, presos desde agosto de 1990, em Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O Brasil possui um território de mais de 400 milhões de hectares de terra agricultável. Em 1970 a população rural era de 53%, hoje somente 23% da população está no campo. O número de famílias sem-terra aproxima-se de 4,5 milhões com um total de 12 milhões de habitantes.

Percebendo que a reforma Agrária não é do interesse dos governantes, os trabalhadores rurais sem-terra passam a organizar ocupações em áreas de terra que não estão cumprindo sua função social, os chamados latifúndios improdutivos.

Na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, em agosto de 1990, durante uma manifestação pacífica na Praça da Matriz organizada pelos sem-terras, com a intenção de efetuar negociações junto ao Governo Estadual e Federal. Antes de se conseguir resultado, tais negociações inicia-se uma verdadeira guerra, quando um pelotão de choque da Brigada Militar tenta acabar com a manifestação dos colonos.

O resultado da arbitrariedade e irresponsabilidade do Governo do Estado e da Brigada resultou na morte do Soldado Valdecir e na prisão de quatro colonos que, hoje, pagam injustamente pelo descaso com que o Governo que tratou, mais uma vez, a Reforma Agrária como caso policial e não social, o que é regra em nosso País.

Dezesseis meses depois, os quatro agricultores continuam na prisão, a consideramos injusta e ilegal, por desrespeitar todos os atos constitucionais, preceitos jurídicos e procedimentos legais que deveriam ser obedecidos em relação à situação dos referidos agricultores.

É hora de desfazer a injustiça social, através da libertação e do julgamento favorável ao pedido de "habeas-corpus" que tramita no Superior Tribunal de Justiça, em favor dos quatro colonos acusados.

#### REQUERIMENTO Nº 3458

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimen-

tais. REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Professor Artur Bertol, Diretor do CEFET-PR, no sentido de suspender a decisão de exoneração do funcionário Nilton Brandão, bem como a suspensão do processo administrativo envolvendo servidores da unidade do CEFET em Medianeira.

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(aa) DR. ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A decisão tomada pelo Diretor do CEFET-PR fere o princípio constitucional que garante a livre associação profissional ou sindical, bem como proíbe a dispensa do empregado sindicalizado candidato ou ocupante de cargo de direção ou representação sindical, até um ano após o final do mandato.

Tal atitude nos é estranha por ter sido tomada imediatamente após a eleição para escolha da nova direção do CEFET, quando o funcionário citado participava da coordenação da chapa de oposição à direção eleita.

Nos quer parecer que a decisão de exonerar ou punir administrativamente funcionários que se posicionavam contra a indicação do Professor Arthur, coincidentemente é um ato autoritário, de perseguição política que deve ser execrado por todos que lutam pela consolidação da democracia em nosso País.

Diante do exposto solicitamos o apoio dos nobres Pares.

#### REQUERIMENTO Nº 3455

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com base no disposto no art. 55 da Constituição Estadual e após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Homero Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, ao Sr. Stênio Jacob, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando-lhes o envio a este Legislativo das seguintes informações relacionadas aos projetos de saneamento ambiental desenvolvidos pela SANEPAR:

1. Quantos projetos de saneamento ambiental tiveram início ou foram executados no corrente exercício de 1991?

2. Quais os objetivos específicos de cada projeto, sua localização, orçamento inicial, estágio de execução e valores investidos nos mesmos, individualizadamente, até a presente data?

3. Quais os projetos de saneamento ambiental previstos para o exercício de 1992, constando o orçamento previsto para

sua execução?

4. Qual a origem dos recursos investidos nos mencionados projetos e a forma de administração dos mesmos?

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(aa) DR. ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO Nº 3456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações ao Sr. Gilberto Griebler, Secretário Estadual da Comunicação Social, solicitando:

1. Cópia do contrato efetuado entre esta Secretaria e a empresa de publicidade que veiculou nos meios de comunicação a propaganda do Governo sobre o Transporte de Emergência da Merenda Escolar (isto se deu no mês de outubro).

2. Cópia do Edital de Licitação efetuado para a contratação da referida empresa de publicidade.

3. Qual foi o valor do pagamento efetuado, e, cópia da nota (recibo) de pagamento efetuado pela Secretaria de Comunicação Social à respectiva empresa. Ou a nota de empenho.

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(a) DR. ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 601/91

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, em virtude do resultado do pleito, o Município de ITAIPULÂNDIA, com território desmembrado de São Miguel do Iguaçu, com sede na localidade de Aparecidinha do Oeste, com as divisas assim especificadas:

CONFRONTAÇÕES:

NORTE: Pelo Rio São Vicente, confrontando com o Município de Santa Helena;

NORDESTE: Pelo Rio São João e por uma linha reta e seca e pelo Riacho Cedro, confrontando com o Município de Missal;

SUL: pelo Rio Ocoí, confrontando com a área remanescente do Município de São Miguel do Iguaçu; e,

OESTE: pelo Rio Paraná, confrontando com a República do Paraguai.

LIMITES:

Inicia na foz do Rio São Vicente, subindo por este até o Rio São João, subindo por este até atingir a sua nascente, seguindo deste ponto por uma linha reta e seca em sentido Sudeste até atingir o Rio Ocoí, seguindo por este até o Rio Paraná,

até chegar a atingir o ponto de partida na foz do Rio São Vicente.

PERÍMETRO URBANO:

NORTE: limita-se com os lotes rurais de números 94, 92, 71 da Gleba nº 14 do Imóvel Guairacã.

NORDESTE: limita-se com os lotes rurais de números 94, 95, 96 e 97, da Gleba nº 14, do Imóvel Guairacã.

SUL: limita-se com os lotes rurais de números 121, 120, 119, 118, 117, da Gleba nº 14 do Imóvel Guairacã.

OESTE: limita-se com os lotes rurais de números 116, 115, 114, 76, 73, 71, da Gleba nº 14 do Imóvel Guairacã.

Art. 2º - A fração dos "royalties" associados à energia produzida pela Itaipu Binacional ao Brasil que seriam destinados ao Município de São Miguel do Iguaçu, será redistribuída entre o município de Itaipulândia e o município de São Miguel do Iguaçu, mediante a aplicação de um fator determinado pela razão de suas novas áreas não submersas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(aa) ELIO RUSCH

DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição de lei visa definitivamente criar o município de Itaipulândia, a ser desmembrado de São Miguel do Iguaçu.

O pleito plebiscitário legalmente realizado pelo TRE, demonstrou que a comunidade de Aparecidinha e área inclusa na respectiva resolução autorizatória desta Casa de Leis, está disposta a emancipar-se.

Assim, é justa a sua emancipação, em virtude da vontade de seus habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Kury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, representantes da imprensa, servidores desta Casa, demais presentes.

Comemoramos com admiração e profundo respeito o primeiro centenário de falecimento do segundo Imperador do Brasil, D. Pedro II.

Foi justamente no dia 6 de dezembro do século passado, em 1891, que um ancião simpático, frequentador assíduo de uma das bibliotecas de Paris dá o último suspiro num modesto hotel Bedford. Vulto histórico que fez justiça à extensão de seu

nome, governando os destinos deste País por quase meio século, de 1840 a 1889.

D. Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. Nome de 15 palavras ou 15 nomes e duas preposições. Quinze nomes e dezessete palavras.

Quando o Marquês de São Vicente se indispuera com a participação dos republicanos no Governo Imperial saiu-se, Sua Magestade, com aquela frase histórica: "O País que se governe como entender e dê razão a quem tiver".

Era o espírito democrático da democracia coroada de D. Pedro II!

Claro, Srs. Deputados, que naquela época em que a máquina administrativa era lenta, lenta e onde os processos de modernização caíam em descrédito, pela falta de consciência do mundo em que se inseria o País, quando uma Inglaterra, uma Grã-Bretanha já há um século antes desfraldara as bandeiras da industrialização, portanto do crescimento depressa, as nossas elites dirigentes, inclusive o Imperador, não acreditavam na industrialização do País.

E, por isto, ninguém apoiou Irineu Evangelista de Souza, o Barão e, depois, Visconde de Mauã. O pioneiro das ferrovias. O pioneiro da indústria pesada neste País, o primeiro na implantação da construção de navios para o nosso País, do telêgrafo, do cabo submarino, da iluminação a gás, o primeiro a acreditar no seu sonho ousado de ligar a Baía de Guanabara com Petrópolis, através de 15 km de ferrovias, através da primeira locomotiva, a "Baronesa".

Talvez, Senhores Deputados e Senhor Presidente, no Brasil de hoje tenhamos que procurar administradores da têmpera de um Visconde de Mauã e de um D. Pedro II.

Um pela ousadia e intrepidez, o homem de realizações imediatas. E o outro pela tolerância e espírito de equilíbrio e espírito democrático.

Queremos, também, nesta oportunidade, ao lado do nosso Requerimento de transcrição nos Anais desta Casa, das nossas homenagens ao 1º Centenário de Falecimento de D. Pedro II, dizer que Sua Magestade e também sua Excelentíssima esposa se lembraram do Paraná.

Quando todos nós sabemos que com a Estrada da Graciosa, de 1.872 e o início da construção da Ferrovia Curitiba - Paranaguá é que o Paraná pôde dar um salto para a modernização, vencendo o paredão da Serra do Mar e fazendo a comunicação do planalto com nosso litoral, à semelhança do Nordeste.

E é D. Pedro II com D. Tereza Cristina que vêm aqui no Paraná, a 18 de maio de 1880 inaugurar aquela Ferrovia, obra

maiuscula da engenharia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência já fala no horário da Liderança do PSDB.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Perfeitamente, Senhor Presidente.

E, aqui chegando, recebeu a homenagem carinhosa e entusiástica de todo o povo paranaense. E é o Presidente da Província, Souza Dantas, quem relata a nós, os contemporâneos do Século XX, o seguinte: (Lê)

"No dia 18 de maio último - portanto, de 1880 - "chegaram ao Porto de Paranaguá, Suas Magestades, realizando assim, visita tão ansiosamente esperada por esta Província. Foram, com o maior júbilo, recebidas Suas Magestades, em todas as localidades que participaram de tão súbita visita, e tiveram ocasião de conhecer quais os recursos de que é a Província dotada, assim como as necessidades que devem ser providenciadas, em prol do seu completo desenvolvimento.

Se muitas razões de ordem elevada não tivessem a Província para registrar com desvanecimento, a data desta viagem, os fatos dignos de menção especial, com a inauguração dos trabalhos da estrada de Paranaguá a esta Capital e a criação de fazer sempre memorável a viagem de Suas Magestades, que foi, como sói ser, em todas as partes assinaladas por semelhantes benefícios.

De sua própria iniciativa, a idéia de fundação de casas escolares, para as quais Sua Magestade o Imperador dignou-se a fazer os primeiros donativos, dá a reconhecer mais uma vez, o interesse e solicitude que ao monarca do Brasil inspira, a grande causa da instrução popular. Do relatório do Presidente da Província, Souza Dantas". Senhor Presidente, Senhores Deputados, talvez seja a última vez que façamos uso da tribuna, nesta Sessão Legislativa. E estamos às portas do Natal e do Ano Novo.

Dê nossa parte queremos dizer aos companheiros desta Casa de Leis, tanto da situação, como da oposição. Que a princípio sinceramente, não estávamos acreditando na rapidez e no êxito retumbante como foi nesta Sessão Legislativa, onde todas as Comissões Parlamentares se houveram a contento, cumprindo seus prazos regimentais; e esta Casa mais uma vez saiu engrandecida para o julgamento da opinião pública, embora muitas vezes críticas injustas se abatam sobre esta Casa, taxando alguns Deputados de indolentes e faltosos às reuniões normais, quando na realidade, nós vemos que todos estão em dia com a sua tarefa de legislar.

Da nossa parte queremos dizer Senhores Deputados nesse primeiro ano de Assembleia Legislativa, e ao lado do nosso trabalho ao Governo do Estado ao Palácio Iguaçu, e as respectivas Secretarias de Estado, conseguimos muita coisa para a nossa satisfação da nossa Região Sudeste do Paraná, tão esquecida nos últimos anos de Governo e para coroamento dos nossos esforços.

Em janeiro do ano que vem, teremos o maior plano de asfaltamento da cidade do Rio Negro, onde centenas de milhões de cruzeiros do Governo e dos órgãos financiadores, serão investidos naquela minha cidade, asfaltando quase que 95%.

Queremos dizer que levamos casas populares, telefonia rural, salas de aula, poços artesianos para toda a comunidade interiorana e principalmente o atendimento das solicitações da infra-estrutura de saneamento e água.

Não apresentamos nenhum Projeto de Lei, porque em primeiro lugar, transformamos os então pensados Projetos de Lei em Requerimento, em face da compreensão, de que o Bê-A-Bá da ação parlamentar deve ser o respeito aos sistemas das competências. Competências privativas quer do Executivo, quer do Legislativo, quer do Judiciário.

E, por isso, convertemos 27 Projetos de Lei em Requerimentos ao Governador do Estado e ao Secretário, fizemos 13 pronunciamentos nesta Casa, participamos como relator em 33 Projetos de Lei da Comissão de Finanças e 24 Projetos de Lei na Comissão de Constituição e Justiça.

Presidimos 19 reuniões da Comissão de Educação, da Educação Cultura e Esporte, apresentamos quatro Substitutivos Gerais que são verdadeiros Projetos de Lei, ao inverso.

Portanto, às vezes mais trabalhoso cada Substitutivo Geral do que o Projeto de Lei. Expedimos 128 Telegramas, 180 Ofícios e presidimos a Comissão Interna da C.C.J., para apuração de faltas graves de um colega nosso.

Dai Senhores Deputados a nossa certeza, de que repetindo hoje o que dissêramos no nosso 1º pronunciamento nesta Casa de Leis que tivemos um momento inaugural e que nós não poderíamos nunca trair este momento.

E eu saio convencido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que na companhia de Vossas Excelências, da imprensa, dos servidores desta Casa, nós participamos juntos de mais uma Sessão Legislativa, para o bem do Paraná e das nossas regiões, e não traímos este grande momento da nossa nacionalidade.

Feliz Natal, ótimo 1992, com as esperanças renascidas para todos nós para enfrentarmos juntos esta crise, acreditando em Deus e não descrendo da força dos valo-

res humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pequeno Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Florisvaldo Fier, Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores deu entrada à Mesa de um requerimento para envio de expediente ao Senhor Arthur Bertol, diretor do CEFET.

O Senhor Arthur Bertol, recentemente reeleito diretor da Escola Técnica do Paraná, órgão federal, passou imediatamente, após a sua posse a perseguir politicamente as pessoas que trabalharam na chapa de oposição e que trabalharam para eleição de outro diretor que não ele.

Nós do PT, preocupados com esta perseguição política ideológica, que vem sendo desenvolvida pelo Senhor Arthur Bertol, conclamamos os Senhores Deputados a aprovar o nosso requerimento que demonstre não só a preocupação de três Deputados, mas sim a preocupação de todo Poder Legislativo. Porque é inconcebível que qualquer diretor, em qualquer cargo público, passe imediatamente após a sua posse perseguir os seus opositores políticos durante a campanha.

Agindo desta maneira o Senhor Arthur Bertol pediu a exoneração do servidor Nilton Brandão e abriu mais seis processos de exoneração de servidores que trabalham na cidade de Medianeira, na Sucursal do CEFET, naquela localidade.

Esta atitude fere o processo democrático conquistado pela comunidade de instituições federais de ensino superior, fere também o direito de representação sindical o direito de liberdade e o direito de ação, garantido na Constituição Federal.

Fere o direito de liberdade desses servidores que, após apoiarem o candidato da oposição passaram a estruturar a sua entidade sindical para lutar pelos seus direitos, portanto fere o Artigo 8, inciso 8º da Constituição Federal.

Nós, do PT, esperamos ver aprovado este requerimento para que torne pública a posição desta Assembleia, não admitindo nenhum tipo de perseguição, nenhum tipo de afronta a esses trabalhadores, que nos deu direito, no exercício da sua liberdade assim estão agindo.

Isso nada mais é do que perseguição política. E nós, do PT, nos colocamos contra e pedimos o apoio dos Senhores Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra-

do o Pequeno Expediente. Grande Expediente com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, a Assembléia Legislativa está votando nesta semana, a transformação da Ferroeste de empresa privada em empresa de economia mista. Uma iniciativa que se faz necessária para que a Ferroeste possa ser viabilizada. Contamos e temos a certeza de que esse Poder Legislativo sabiamente, aprovando esse Projeto vai dar condições para que o Oeste do Paraná e todo Paraná possam viabilizar a sua agricultura. Quero trazer além do nosso apoio a esse Projeto, mais alguns dados que temos em mãos, para que todos possam compreender a importância da Ferroeste e não só a construção da Ferroeste, algo mais que é necessário que o Paraná consiga viabilizar, para que a agricultura do Oeste possa ser o celeiro do Paraná e do Brasil.

No fim do mês de agosto último, estive na cidade de Itabira, Minas Gerais, à convite da associação comercial local para proferir uma palestra. Na cidade de Itabira tem a sede da companhia Vale do Rio Doce, uma empresa estatal modelo deste País, que além da extração do minério de ferro aquela cidade tem, também, ferrovia para o transporte e para a exportação. E uma surpresa muito agradável foi, ao visitar a companhia Vale do Rio Doce encontrar como Diretor Superintendente, um amigo Toledano do Oeste do Paraná, Dr. Ricardo Deckeche (?), e as colocações que ouvimos desse Diretor Superintendente da Vale do Rio Doce, que também tem propriedade agrícola no Oeste do Paraná, na cidade de Palotina, nos afirmando que está desistindo da agricultura, que está formando pasto para a criação de gado, ao invés de continuar plantando soja e trigo. Com essa afirmação nos preocupou muito, porque alguém que tem um conhecimento maior, que cultiva a agricultura da nossa região já não acredita mais no futuro da nossa agricultura, e como resposta obtive vários dados, números que o convenceram a fazer essa afirmação, e como resposta, na ocasião, eu coloquei, se o Oeste do Paraná não conseguir mais produzir trigo e soja em lugar nenhum do mundo, isso será viável porque no Oeste do Paraná estão as melhores terras do mundo.

Em cima dessas informações colhidas em Itabira, Minas Gerais, por alguém que fez um estudo sobre a Ferroeste, que tem interesse direto, porque também produz grãos do Oeste do Paraná nós trazemos aqui nesta tarde esses dados para que todos os nobres colegas possam avaliar e ter a compreensão da importância da Ferroeste. E, é impor-

tante, Senhores Deputados que antes de saber as razões de uma decisão tão contraditória, que todos nós tenhamos conhecimento que hoje no Oeste do Paraná, o trigo produzido pelos agricultores está sendo dado aos porcos, porque o trigo produzido no Oeste do Paraná não tem compradores, não tem consumo, e os agricultores com suas dívidas vencidas não têm outra saída do que fazer ração do trigo para alimentar os suínos, a preços 50% abaixo do custo do trigo importado que os moinhos estão recebendo nessa época. Essa contradição nos faz cada vez mais a pensar e dar razão aos argumentos para esse agricultor do Oeste, que resolve encerrar a atividade de plantio de soja e trigo para partir para a criação de gado.

Nós sabemos que no Oeste do Paraná, além das melhores terras do mundo, nas últimas três décadas foram implantadas e desenvolvidas a melhor agricultura do Estado do Paraná. (Lê):

#### "O CAMINHO DO PARANÁ

Nas últimas três décadas, implantamos e desenvolvemos a agricultura do Estado do Paraná, sem falta de modéstia, em elevados padrões técnicos, que podem ser comprovados pela produtividade, conservação do solo, desenvolvimento de variedades, plantio direto, número de colheitas por ano, etc. ... sem sombra de dúvidas, detemos tecnologia agrícola, que se equipara com as mais desenvolvidas do mundo.

O agricultor paranaense, mesmo tecnicamente capacitado e com terras férteis, tem perdido, ano após ano, o seu poder aquisitivo, os preços dos produtos mal pagam os custos e nada sobra para investimentos. Estamos caminhando para a estagnação. Nós que sempre nos orgulhamos dos nossos índices de crescimento.

Hoje as Prefeituras e as Cooperativas se movimentam em busca de soluções, estudando as alternativas de implantação de indústrias, e procurando a diversificação da agricultura mas, a curto prazo, nada podemos ver de concreto que nos propicie o ritmo de crescimento desejado.

Acreditamos que a volta do crescimento dar-se-á com a somatória de medidas como as já em estudo/implantação, e com a implantação de um sistema intermodal de transporte, que objetivamos tratar nesse pronunciamento.

A exportação de grãos sempre foi o carro chefe da economia do nosso Estado. Somos eficientes na produção, mas o agricultor perde muito dinheiro em função da deficiência/incompetência do sistema de transporte que analisaremos a seguir.

#### TRANSPORTE RODOVIÁRIO - FERROVIÁRIO

A infra-estrutura de transporte implantada no nosso Estado é quase toda Rodoviária. A opção por rodovias totalmente



subsidiadas foi, sem dúvida, a melhor opção pois as rodovias exigiam menores investimentos e os volumes de transporte, na época da implantação não justificavam economicamente a opção ferroviária. As principais linhas Ferroviárias só são economicamente viáveis para volumes de transporte superiores a 5 milhões de toneladas por ano e para distância acima de 600 Km. por outro lado deve-se ressaltar que, para o desenvolvimento de novas regiões, as rodovias proporcionam maior flexibilidade. Além disso são de rápida implantação, exigimos menor tecnologia dos construtores e normalmente são implantadas em um único período de gestão governamental.

No Paraná de hoje o volume de cargas é bem definido: 13 milhões de toneladas de grãos por ano são exportados por Paranaguá, justificando uma ferrovia tecnicamente projetada para atender o Estado que ao nosso ver, pode reduzir o custo de transporte do Oeste paranaense em Us\$ 10.00 por tonelada de grãos. Estes Us\$ 10.00 por tonelada que seriam acrescidos ao preço pago ao agricultor, melhorando assim o seu poder aquisitivo.

Não acreditamos que a Ferroeste construída e operada pela iniciativa privada, consiga competir com o sistema rodoviário subsidiado. A falta de recursos para implantação impossibilitará a construção de uma ferrovia moderna, com automação operacional, super e infra-estrutura tecnicamente atualizadas, que permitam trens unitário de 15.000 toneladas, trafegando a alta velocidade.

A interligação da Ferroeste com a rede ferroviária federal em Guarapuava estrangula todo o fluxo de transporte e impossibilita um sistema que possa operar com o baixo custo, somos de opinião que o Governo deveria assumir o investimento na construção de uma Ferrovia de Alto Nível Técnico, nos mesmos moldes da implantação do sistema rodoviário e, aí sim, a operação poderá ser feita pela iniciativa privada resultando na redução do custo de transportes em Us\$ 10.00 por tonelada de grãos do Oeste Paranaense.

#### P O R T O

A legislação portuária vigente no País provoca um custo no bolso do produtor paranaense de Us\$ 12.00 por tonelada exportada, quando o máximo admissível seria de Us\$ 3,00 por tonelada.

Nas diversas atividades portuárias, tais como conferência, estiva e classificação de cargas, principalmente onde se manuseiam grãos, são descabidas as "proteções" aos "Cartórios" existentes, geradores de despesas sem retorno em sua maioria. Existem hoje portos privados brasileiros que não arcam com tais despesas no

manuseio de grãos. O momento e as circunstâncias atuais do país indicam o trabalho no sentido da eliminação destes custos, quando indevidos.

A efetiva concretização das medidas de desregulamentação das atividades portuárias irá proporcionar reduções significativas de custo em outros itens como taxas portuárias, praticagem e utilização de rebocadores podendo, no conjunto, vir a beneficiar o agricultor em Us\$ 9,00 por tonelada.

#### TRANSPORTE MARÍTIMO

O preço do transporte marítimo de Paranaguá a Rotterdam, para os atuais navios de 70.000 toneladas, situa-se em torno de Us\$ 20,00 por tonelada, a mesma operação caso fosse efetuada por grandes graneleiros (200.00 toneladas) reduziria em 40% o preço do transporte, dando ao agricultor um ganho adicional de Us\$ 8.00 por tonelada.

O Paraná precisa de um novo porto, voltado para atender o mercado transoceânico, colocando os nossos produtos a níveis competitivos internacionalmente. A operação de transporte marítimo com grandes graneleiros viabiliza a comercialização de grãos em mercados hoje não disputados, como por exemplo, o grande mercado asiático.

#### C O N C L U S Õ E S

Um eficiente sistema de transporte ferroviário integrado a um porto desregulamentado e capacitado a operar com graneleiros de grande porte beneficiaria o agricultor paranaense em Us\$ 27,00 por tonelada que significaria 15% a mais no preço de venda da soja no Oeste paranaense.

Cabê a nós, agricultores e paranaenses, cobrar para que o Governo Estadual com apoio do Governo Federal possa investir cerca de 2 bilhões de dólares no sistema integrado de ferrovia e porto, que se viabiliza economicamente na exportação das 13 milhões de toneladas/ano que hoje são escoadas por Paranaguá.

Senhores Deputados, estes números podem até assustar, mas se considerarmos que o mundo está partindo para a modernização e para a eficiência, a agricultura que não se atualizar não poderá competir com outros mercados, com outros países, para que possa continuar produzindo como celeiro deste Estado e deste País.

Queremos que a Ferroeste não só se viabilize conforme o projeto que já foi iniciado, que pretende chegar à cidade de Guaíra, mas que também providências sejam iniciadas e tomadas, para modernizar a ferrovia de Guarapuava a Paranaguá, para modernizar o nosso Porto de Paranaguá.

Temos aqui notícia também que há poucos dias esteve visitando o Paraná Sr. Paulo Augusto Vivacqua, Secretário do De-

envolvimento Econômico do Espírito Santo e que tem como meta, a viabilização de entendimentos com o Centro-Oeste, fazendo o corredor de Exportação do Mato Grosso, passando nos Triângulo Mineiro, atingindo o Porto de Tubarão no Espírito Santo. Os dados que ele traz vem confirmar a importância da Ferroeste. E como Coordenador do chamado Corredor de exportação, envolvendo a construção da Ferrovia Leste-Oeste, que vai exportar para a produção de grãos e minérios de ferro da Região do Cerrado do Brasil, do Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, Vivacqua vê a construção da ferroeste, que liga o Oeste ao Extremo-Oeste do Paraná, como capacidade para captar ainda a produção agrícola do Paraguai e Mato Grosso, trazendo toda produção até o Porto de Paranaguá, com uma redenção da economia paranaense. Esta ferrovia terá reflexos altamente positivos e, com certeza, trará grandes benefícios para a agricultura e agro-indústria do Paraná.

Ao trazer estes dados, queremos deixar de público o nosso apoio, para que a Ferroeste comece a se viabilizar o mais rapidamente possível. O ideal seria que a Ferroeste já estivesse pronta, concluída.

Queremos, com estes dados, dizer que o Paraná não pode ficar apenas se orgulhando de ser o celeiro do Brasil, de ter este potencial agrícola.

Queremos, Senhor Presidente, antes de concluir, trazer mais alguns questionamentos aos nobres colegas. O Paraná, como celeiro do Brasil, se não tomar providências, pode inviabilizar sua agricultura. Mas não é só a agricultura que preocupa o Paraná. A discriminação do Paraná pelo Governo Central, é algo que choca, que revolta.

Já tivemos muitas oportunidades de questionar, de debater esta questão. Se deixarmos a agricultura e questionarmos os royalties que o Paraná tem direito e não está recebendo, com grandes prejuízos, principalmente para os municípios do Oeste do Paraná.

O Sr. Paulo Maia - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. ALBINO CORAZZA - Antes do aparte do nosso colega Paulo Maia, quero mostrar um xerox que o Superintendente da Companhia do Vale do Rio Doce me passou às mãos. Conversando sobre os royalties que o Paraná não recebia, o nosso amigo nos mostrou o valor do recurso dos royalties, que a Companhia Vale do Rio Doce começou a depositar mês por mês na conta da Prefeitura de Itabira. E a pergunta vem: por que Minas Gerais está recebendo royalties e o Paraná não está recebendo "royalties"? Uma pergunta que fica no ar. Dizem que é por-

que o orçamento não previu a rubrica dos "royalties". Será que para o ano que vem está previsto isso? Além dos "royalties" o Oeste do Paraná reclama, e o Paraná todo, o calote que quando se aprovou os "royalties" a nível de Congresso Nacional se aprontou com o ICMS porque se concedeu os "royalties" e se retirou o ICMS da energia produzida no Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Maia com muito prazer.

O Sr. Paulo Maia - Nobre Deputado Albino Corazza, eu me solidarizo com o pronunciamento de V.Exa. fiz questão de ouvi-lo desde o início, porque de fato V.Exa. traz um dos problemas sérios que assola o Paraná como um Estado essencialmente agrícola, e porque não dizer o Brasil.

Nós temos assistido a uma política desastrosa no campo da agricultura que tem, de fato, transformado, eu até acrescentaria, não só as ricas terras do Oeste e Sudoeste paranaense, mas também na nossa região do Vale do Ivaí nós estamos assistindo, por uma falta de política agrícola séria, que dê, de fato, a estabilidade, que dê de fato a garantia aos trabalhadores, ao desestímulo total.

Nós temos deixado de ter o minifúndio, nós temos assistido à evasão das famílias agricultoras na região do Vale do Ivaí e, lamentavelmente, esse mesmo processo que V.Exa. denuncia em relação ao Oeste do Paraná, uma das grandes regiões produtoras, a mesma coisa acontece no Vale do Ivaí, onde as famílias estão abandonando a agricultura pela falta de estímulo, pela falta de crédito e pela falta de garantia por falta de uma política séria, obviamente, é o que está faltando à agricultura deste Estado.

Nós assistimos neste ano, e no ano passado também, a falta do próprio crédito com relação ao trigo e outras culturas e hoje a política do Governo Federal, posta ao nível de agricultura não dá aos agricultores nem a garantia do preço mínimo; ele tem uma garantia na hora de vender o produto, na hora de vender não existe garantia. E nós estamos vendo, a cada instante, os atravessadores sendo sempre os grandes beneficiados deste processo e quem tem perdido, obviamente, é o Estado do Paraná.

V.Exa. faz e traz a esta tribuna um dado importante a respeito de um Estado essencialmente agrícola, que é o Estado do Paraná, e devíamos neste momento, de fato, todos aqui que em sua maioria vêm de regiões essencialmente agrícolas, estão preocupados com os dados que V.Exa. está trazendo, são de suma importância para este Legislativo, são de suma importância para a agricultura do Paraná, são de suma



importância para a revitalização do nosso Estado.

A região Noroeste, que já foi uma das grandes regiões agricultáveis e cafeicultora desse Estado, pela falta de estímulo também, hoje nós estamos vendo apenas a pecuária; entra o boi e o homem sai. Está acontecendo no Oeste, está acontecendo no Sudoeste e está acontecendo no Vale do Ivaí. E nós acreditamos que o que V.Exa. traz a este Plenário, tendo neste momento a atenção e o respaldo desta Assembléia, do Governo do Estado, nós podemos com força única imitar aquilo que a gente condena nos plenários do Estado do Sul: por que os recursos são maiores para o Nordeste? Por que o Nordeste tem levado aquilo que os Estado do Sul produzem? Porque lá ouve uma reunião em torno dos interesses dos seus Estados, em torno dos interesses do Nordeste. Nós, aqui no Sul, nós temos feito justamente o contrário, na hora da união nos falta essa união, nos falta essa força. Então os Estados do Sul precisam se unir e este Parlamento, neste momento tem que se unir numa união suprapartidária, para defender esses interesses que objetivavam apenas o fortalecimento do nosso Estado, que tem perdido muito com as políticas postas ultimamente em todos os sentidos.

Parabéns pelo pronunciamento de V.Exa. e eu creio que ganha esse Parlamento e ganha o nosso Estado pelos dados e a preocupação em termos de denúncia que V.Exa. está trazendo ao conhecimento deste Plenário.

Eu parabenizo.

O SR. ALBINO CORAZZA - Eu quero agradecer o aparte do nobre colega Paulo Maia e dizer que toda essa preocupação se confirma agora com o censo que está sendo concluído, onde a população do interior, do meio rural praticamente está diminuindo e acredito que já mais de 50% na última década.

É uma preocupação que só vai se reverter com uma nova política agrícola.

O Sr. Rafael Greca - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Veja Deputado Corazza, que o seu pronunciamento é de irrestrita importância sobremaneira no que tange a cobrança dos royalties devidos ao Paraná, pelo alagamento daquelas terras que são as terras mais férteis do mundo, foram perto de 800 kms que ficaram por debaixo da Lagoa de Itaipu. A sua intervenção neste Parlamento traz uma matéria de relevante importância estratégica e eu me congratulo com S.Exa pelo seu pronunciamento, porque efetivamente se nós não entendermos que o problema das cidades brasileiras está no

campo, nós vamos acabar asfixiados nas grandes cidades e o nosso campo vai ser a grande fazenda de um ou dois proprietários sem qualquer possibilidade de geração de riquezas.

Tem S.Exa. toda razão no seu pronunciamento.

O SR. ALBINO CORAZZA - Agradeço e realmente acredito que o Brasil não terá futuro nenhum se não incentivar o homem do campo a produzir alimentos e produtos para exportação.

O Sr. Cezar Silvestri - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Corazza, quando nós levantamos por várias ocasiões a nossa preocupação com este programa que está havendo do Mercosul, esse congraçamento, essa união dos países do CONFESUL vem de encontro ao seu pronunciamento.

Nós além de nos preocuparmos com a política agrícola, que deveria ser instituída pelo Governo Federal, nós estamos competindo na atualidade, o agricultor paranaense, o agricultor brasileiro está competindo com países, no caso específico no caso do trigo, que o Senhor levantou a questão. Um País como a Argentina onde produz trigo sem adubo, sem fungicidas, a um custo de 60 dólares a tonelada, quando o nosso custo de produção chega em torno de 130/140 dólares e o que é pior, países exportam o trigo à base de 100 dólares a tonelada, realmente fica muito difícil praticar agricultura em nosso País. Mas nós inclusive levantamos a nossa preocupação com relação ao Paraná.

A única saída que eu acredito exista para o agricultor paranaense seria, e inclusive dependeria da boa vontade do governo do Estado do Paraná, na agroindustrialização do nosso Estado. Então nós precisamos, o Governador Roberto Requião tem uma grande responsabilidade de incentivar, criar realmente uma carteira de fomento a agroindustrialização no Paraná. Seria uma maneira de fixar o homem no campo. No lugar de nós exportarmos grãos, nós teríamos que exportar o produto acabado, seria uma maneira de fixar o homem no campo.

Outra grande preocupação nossa, com relação ao Governo do Estado, seria o incentivo à ciência e tecnologia.

O IAPAR desenvolveu durante os últimos anos várias variedades de trigo e faz praticamente três anos que nós temos novas variedades de trigo. Em cima dessas variedades nós aumentamos a nossa produtividade em mais de 80% nos últimos dez anos, e nós estamos parados em termos de Ciência e Tecnologia. Por isso, a importância de

termos recursos assegurados para desenvolver novas variedades no Paraná.

O SR. ALBINO CORAZZA - Eu agradeço o aparte do nobre colega Cezar Silvestri que vem enriquecer tudo o que foi dito desta tribuna, lembrando a questão do MERCOSUL que em muitos países agrícolas até vai complicar mais a situação do momento. E a questão da agroindustrialização, que é a solução: ao invés de o agricultor vender o grão, tentar agroindustrializar agregando valores. E a agricultura não vai ter futuro se não investir na pesquisa, incentivando novas variedades e aumento de produtividade.

E para concluir, Senhor Presidente, quero dizer que o Paraná começa pela agricultura, e nós vamos melhorar a nossa agricultura e ter uma agricultura que possa competir se nós tivermos realmente uma política agrícola, que facilite e de garantias ao nosso produtor.

E além da agricultura, dos royalties, aqui já muitos colegas tiveram a oportunidade de questionar outras bandeiras porque o Paraná tem que se unir para que receba o retorno que merece: é a questão das universidades, a questão da ponte Guaíra-Mato Grosso do Sul, a questão lamentável das nossas rodovias federais.

Para concluir, agradeço e tenho a certeza que este legislativo estará atento para que o Paraná possa cada vez mais acreditar no seu futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência registra com satisfação a presença do Vereador Reinaldo Kovalski, da Cidade de Planalto.

O SR. CEZAR SILVESTRI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de comunicar com grande satisfação a presença do Prefeito de Guarapuava, Fernando Ribas Carli, que nos honra com a sua presença nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembleia sente-se honrada com as presenças do Vereador Reinaldo e do Prefeito de Guarapuava, companheiro Fernando Carli.

No Horário das lideranças, PRN com a palavra.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero parabenizar o Deputado Albino Corazza e o Deputado Cezar Silvestri; porque quando eu iria pedir um aparte ao Deputado Albino Corazza eu iria falar sobre o MERCOSUL.

E o Deputado Cezar Silvestri tem toda a razão, de que nós não podemos ficar num futuro não muito distante, trocando figurinhas, o Brasil ficar trocando figurinhas com a Argentina, trocando figurinhas com o Uruguai, ficar trocando figurinhas com a Venezuela e com outros países.

Pelo menos o que eu tenho acompanhado pela imprensa escrita e falada, a idéia de se criar o MERCOSUL foi realmente algo "sui generis", algo avável à Nação Brasileira.

Mas da maneira em que se encontra a agricultura brasileira, em que as cidades grandes estão se inchando, as favelas cada vez mais aumentando, e o campo esvaziando. O campo do Paraná e Nação Brasileira está esvaziando, e recentemente eu li um artigo na "Folha de São Paulo" e fiquei preocupado: as bancadas federais do Nordeste unem para buscar recursos para implantar na Região Nordeste. Eu pergunto: o que o Nordeste oferece ao Brasil em termos de agricultura?

Se nós correremos o Paraná, como não tem oportunidade de correr todos os finais de semana, vamos citar um exemplo, entrando em Sertãoópolis, passando por Arapongas, entrando em Sertãoópolis, aquela área verde, cultivada, se nós virmos esse campo verde que tem o Estado do Paraná, e lamentavelmente nós temos uma política agrícola implantada no Governo Federal que tem muito a desejar.

Se não me falha a memória, num tempo não muito distante, nós víamos o Ministro da Agricultura falar que tinha liberado 400, 500, 300 bilhões de cruzeiros para a agricultura e aí vinha uma Senhora chamada Zélia Cardoso não sei do quê dizendo que não tinha dinheiro para a agricultura, e aí vinha o Ministro dizendo que tinha dinheiro para a agricultura, e aí vinha a Ministra Zélia Cardoso não sei do quê que não tinha dinheiro para a agricultura. E ficava nesse impasse.

Então, eu acho que o melhor seria nós implantarmos na agricultura, seria nós gerarmos recursos para a agricultura do Brasil, mas no Paraná, porque se nós implantarmos a agricultura como disse o Deputado Paulo Maia, como disse o Deputado Albino Corazza, como disseram outros Deputados aqui nesta Casa, se nós implantarmos na agricultura, nós vamos fazer com que o homem fique na agricultura. O homem não vai esvaziar a agricultura e vir para a cidade grande.

Por exemplo, Cascavel é um chamariz, Londrina é outro chamariz, Curitiba é outro chamariz. Se nós correremos a Capital, correremos Londrina, correremos Cascavel, - está aí o Deputado Ernani Pudell que pode endossar as minhas palavras, - nós vamos ver um contingente de favelados invadindo

esses grandes municípios e que poderiam estar sendo aproveitados na lavoura, poderiam estar sendo aproveitados pelo Deputado Costenaro na sua plantação de cana, na sua plantação da região do Vale do Ivaí, mas é lamentável.

Agora, não adianta nada - e eu sou da seguinte opinião - nós darmos terras aos trabalhadores. Eu ouço muito se falar: "Nós vamos dar uma área de terra". Por exemplo, em Londrina, o Prefeito Antônio Belinati ofereceu uma área de terra para assentar tantas famílias para plantar. Vejam o que aconteceu em Londrina. Em Londrina foi construído um "elefante branco", uma penitenciária, que é a maior vergonha do Estado do Paraná. Gastaram bilhões de cruzeiros, uma maracutaia safada, cretina, imbecil, idiota e construíram um mini presídio numa área rural na minha cidade. Esse mini presídio não existe. Não foi construído lá e nada foi feito, não foi transformado em mini presídio. Seria uma mini penitenciária para o preso trabalhar e pagar aquilo que ele come, em vez de ficar jogando baralho o dia inteiro dentro da penitenciária. Foi doada aquela área de terras para serem cultivadas, serem plantadas. Levaram milhares de trabalhadores para lá, mas o que é que adiantou levar milhares de trabalhadores, se o Governo não incentiva com adubo, com inseticida, com trator. Não adianta nós colocarmos os homens e mulheres à terra, se nós não temos condições de dar as mínimas condições para plantar, as mínimas condições para produzir.

Então há necessidade, nesse País, de uma política séria na agricultura. Há necessidade, nesse País, que a gente faça uma política séria, mas séria mesmo. Sem televisão, sem jornal, sem propaganda, mas um Ministro sério que realmente tente resolver os problemas da agricultura brasileira.

Por isso é que eu quero parabenizar Vossa Excelência, Deputado Albino Corazza. É muito fácil se falar em agricultura, se falar em saúde, se falar em segurança, mas o mais difícil, Deputado Albino, é ter uma Pasta em que tenha subsídios, exista realmente dinheiro no Orçamento, para se aplicar nesta agricultura. Aplicando na agricultura, nós não teremos as cidades invadidas como estão.

Se os Senhores derem uma saída daqui para São Paulo verão que está sendo formada, do lado de lá, à sua direita, uma das maiores favelas da Capital do Estado. Eu fui até lá levar um colchão de água, uma cadeira de rodas para uma família que veio me pedir aí, e eu perguntei: "De onde vocês vieram?" "Nós viemos do Norte Velho". "Por quê?" "Por que na agricultura não tem mais condições de trabalhar e então viemos

tentar a cidade grande".

Quer dizer, se nós tivéssemos uma infra-estrutura na agricultura, aplicação na agricultura, nós teríamos condições de deixar essa família na agricultura, produzindo, tendo a sua casinha, criando suas galinhas, seu porco, plantando, produzindo.

Então, na minha maneira de pensar, eu acho que nós temos que gritar, não podemos calar as nossas vozes. Não podemos permitir só propagandas na televisão, só propaganda em jornais. Nós temos que fazer com que o Governo Federal realmente aplique, mas aplique mesmo na agricultura brasileira. Não sei se está faltando ao Paraná uma avalanche de vontade, de arrojo, da nossa Bancada Federal, para que exija. Está na hora de exigir os direitos daquilo que tem direito o Estado do Paraná. Hoje eu vi na Folha de Londrina e fiquei escandalizado com a matéria de primeira página: "Mais uma fraude na venda do feijão no Paraná". Estavam vendendo feijão misturado com um monte de coisas que veio da China. Quer dizer, é uma verdadeira estupidez, é mais uma maracutaia que se descobre, mais uma vergonha, mais um descalabro. E o Secretário de Agricultura do Paraná diz que na hora certa vai dar nome aos bois.

Então você fica, às vezes, triste.

Mas tenho certeza de que se nós nos unirmos, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se nós nos dermos as mãos, não pensarmos só no Partido Político mas pensarmos nas nossas ações e gritarmos como o Deputado Albino gritou da tribuna, temos certeza de que nossas vozes chegarão ao Governo Federal e ele haverá de aplicar um dia, um dia haverá de criar vergonha na cara e realmente aplicar na agricultura brasileira!

Esta é a minha maneira de pensar, Senhores Deputados. E o que eu penso a respeito da situação da agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança Independente.

(Declina)

PMDB.

Com a palavra o Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tomo a liberdade de subir a esta tribuna para relatar aos Parlamentares um caso que me deixou bastante preocupado; uma vez que, na sexta-feira passada, à tarde, nós recebíamos em nosso gabinete parlamentar a visita de um cidadão oriundo da região que nós representamos, que é o Norte

Pioneiro; este cidadão chegou acompanhado de sua senhora, acompanhado de um irmão e ele estava em pânico porque tinha sido mandado ao hospital daquela região para o Hospital das Nações, através do INAMPS. Mas, em virtude da crise porque a saúde passa, o médico do Hospital das Nações polidamente lhe explicou que procurasse os órgãos competentes, porque dependia de fazer o implante de um marcapasso e este marcapasso o Hospital não tinha condições de cobrir, porque tinha um valor de 3 milhões e 500 mil cruzeiros. Este cidadão, então, veio ao meu gabinete e nós como cristãos e não como políticos agimos. Era o mínimo que nós poderíamos fazer como Parlamentar daquela região. Pegamos o telefone e começamos a ligar para entidades competentes. Ligamos na Secretaria de Segurança Pública. E na ausência do Secretário, de qualquer dos Secretários do Estado, quem responde hierarquicamente pela Secretaria é o Diretor da Pasta. E nós pedimos que o nosso Chefe de Gabinete fizesse a ligação ao diretor, Dr. Mauro Goulart, que responde pela Diretoria da Secretaria da Saúde. E passo ler aqui o seguinte:

"Meu Chefe de Gabinete ligou, atendeu a secretária do Diretor Geral, dizendo que o mesmo se encontrava em uma reunião e que ele passara ordens expressas para não ser interrompido. Nosso Chefe de Gabinete, por sua vez, tentou convencê-la da imperiosa necessidade, da necessidade de falarmos, em razão de se tratar de um problema gravíssimo. Mesmo assim, esta foi insensível. Bastante contrariado, pegamos o telefone, falamos severamente com a secretária. Não poderia ser diferente. Desde às 14 horas vivenciávamos a situação de desespero daquele homem, mulher e irmão que, em prantos, dizia que 'não ligava para morrer, mas que temia deixar sua mulher e filhos em situação difícil.

Ressalta-se, qualquer pessoa de bom senso e cristão não deixaria de se comover, recordando que poderia ser um dos seus, pai, mãe ou filho. Diante desse quadro a gente acaba chorando com a pessoa.' Disse, então à secretária: 'diga ao Diretor que eu tenho aqui um caso de vida ou morte! Mesmo assim ela não queria passar a ligação ao Senhor Diretor que estava em reunião. Aí dissemos: ou a senhora passa a ligação ou levaremos o caso ao conhecimento do Governador e da imprensa a maneira incompetente com que a senhora trata dos problemas da coletividade. Foi quando ela colocou o Diretor na linha, quando dissemos ao Diretor: 'tivemos que ser ríspidos com sua secretária, senão ela não passaria a ligação. Em tom arrogante o Diretor nos disse: 'eu, Deputado, estou indignado e contrariado com a sua maneira' (isto sem conhecer o assunto, antecipando-se o fato,

sem mesmo perguntar qual seria o problema que eu precisava).

O Diretor é incompetente, foi insensível, ganha do Estado, ocupa um cargo político para atender mal as pessoas, Quem sabe não tenha família. E mesmo que tivesse, por obrigação de ofício, teria que atender qualquer um do povo. "Não, não pedi em meu nome nenhum favor particular, mas sim, pedia para resolver um caso, repito, de pessoa estranha, em estado de vida ou morte".

Foi neste ínterim, depois de usarmos de energia por telefone, que ele nos disse: "isso não é da minha competência; o senhor tem que ligar para a Fundação Caetano Munhoz da Rocha". Respondi-lhe: "O Senhor não quer resolver o caso por capricho pessoal, por eu ter interrompido sua reunião".

Queremos aqui ressaltar: é mentiroso o Senhor Diretor da Secretaria de Saúde, porque casos idênticos ou mais difíceis já tinham sido resolvidos pela Secretaria, quando seu titular, era o Dr. Delcino Tavares. Se não pode atender um caso emergencial como este, vá trabalhar na iniciativa privada ou como profissional liberal, e não receber do contribuinte sem atendê-lo.

Imaginem os Senhores Parlamentares, imaginem os leitores, porque vou fazer uma carta endereçada à Folha de Londrina e à Gazeta do Povo, se o Senhor Diretor trata um Parlamentar, eleito pela vontade soberana do povo, como ele não trataria um cidadão comum?!

Levando-se em conta o ocorrido, deve ser exonerado do cargo de Diretor para ceder seu lugar aos mais competentes e embuídos de sentimentos humanos.

Que Deus, na sua infinita bondade, faça com que o importante Diretor, no seu dia-a-dia não chegue a encontrar-se na situação vivida por este cidadão, humilhado, sem dinheiro no bolso, batendo de porta em porta, quase moribundo. Que este Diretor registre em sua consciência - só para terminar Senhor Presidente - se é que ele tem consciência deste episódio."

Concedo aparte ao Deputado que me solicita, Deputado Edson Lino.

O SR. EDSON LINO (Aparte) - Deputado José Afonso, gostaria de saber se o cidadão ou a cidadã recebeu o marcapasso.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Deputado, eu finalizo fazendo o seguinte agradecimento: (Lê)

"Em complementação, gostaríamos de deixar nossos agradecimentos ao Hospital das Clínicas, que é mantido pelo Governo Federal, que gentilmente, na pessoa de seu Diretor, Dr. Osmar Martins e de sua chefe de gabinete, Hildecy, deu solução ao

O SR. EDSON LINO (Aparte) - Senhor Deputado, fato idêntico a este ocorreu conosco, no nosso gabinete, na semana passada, quando uma senhora lá da região do Vale do Ivaí nos procurou, também estava internada no Hospital Angelina Caron, e precisando de um marcapasso. E nós fomos, também, de Herodes a Pilatos, e não conseguimos o aparelho. Fomos ao INAMPS. Fomos à Secretaria de Saúde, enfim, percorremos todos os órgãos do Governo e não conseguimos, até que três dias depois este cidadão, à porta do gabinete, com três filhos chorando e dizendo que iria perder a mulher, porque sua esposa estava internada no Hospital Angelina Caron, lá com o Dr. Marcos, um grande cardiologista, sensível aos problemas da população, mas sem condições, porque pedira três milhões e setecentos no aparelho e o INAMPS só pagaria um milhão e trezentos.

Portanto, quando vimos que não tinha mais jeito, a mulher com o coração, com o marcapasso do lado de fora, aquele que o Hospital tem provisório, para emergência, ela iria fatalmente morrer. Eu liguei para as Secretarias e disse que no dia seguinte, se eles não mandassem o aparelho, eu iria mandar, através da tribuna desta Casa a certidão de óbito para que eles guardassem no seu arquivo, para as suas consciências.

Mesmo assim, não conseguimos sensibilizar. Recorri, depois de três dias, a São Paulo, ao representante deste aparelho. E ele, de pronto, nos atendeu, ao preço do INAMPS. E a mulher veio ao meu gabinete, esta semana para o meu contentamento me abraçar e agradecer.

Muito obrigado.

O SR. JOSE AFONSO - Obrigado, Deputado.

Terminando, aí que está a minha indignação Deputado Edson Lino, o Diretor daquela Secretaria, meu Líder Deputado Orlando Pessuti, ele não nos atendeu, ele não perguntou o que se tratava, ele estava em reunião, não podia atender um Deputado, eu não estava pedindo nada para mim, estava pedindo para uma pessoa moribunda, como disse o Deputado Edson Lino: Eu não sou médico, mas a batida por minuto com saúde de uma pessoa é de 75 vezes - a pessoa estava com uma batida de 28 vezes por minuto. Realmente estava em estado de vida ou morte. O Senhor Diretor nem se dignou a perguntar: Deputado por que é que o Senhor está tão nervoso? Ele já veio com os pés, já veio engrossando com esse Parlamentar, e eu requeiro a Vossa Excelência como Líder da minha Bancada, que faça um requerimento de Plenário, pedindo que seja exonerado o Diretor da Secretaria de Bem Estar

Social, pela sua incompetência e pela maneira grosseira, pela maneira insensível com que ele trata não o Deputado José Afonso, mas qualquer um dos Deputados que estão aqui presentes, levariam o mesmo tratamento. Porque eu, que sou do Governo, que trabalhei no primeiro e no segundo turno sem me acovardar, sem titubear, o Senhor Diretor não sabe atender a ligação, enquanto que outros Secretários fazem justiça, Mario Pereira; Homero Oguido; Djalma de Almeida César; Osmar Dias; Secretário da Habitação e Edson Gradia, nos atendem por telefone, e o Diretor da Secretaria não pode atender o Parlamentar. Eu peço a Vossa Excelência que seja como o nosso Líder, peça a exoneração desse incompetente Diretor, porque ele mexeu com um caso de vida ou morte, eu não estava fazendo nenhum pedido político, eu estava com um problema, era sexta-feira, e eu não poderia tomar outra medida, se não ligar aos órgãos competentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PTB se fará uso da palavra.

(Declina)

PT com a palavra.

(Declina)

PL com a palavra.

(Declina)

PST com a palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna mais uma vez, para formalizar algumas denúncias e trazer uma triste notícia para todos vocês.

Primeiro quero mais uma vez usar de público também o companheiro Deputado Orlando Pessuti, já formulei requerimento, já fiz ligações, já tentei de todos os meios uma solução para a Delegacia de Polícia da Lapa, que está abandonada, tem nove presos judiciais, tem apenas um detetive que trabalha na Delegacia, faz de tudo, e estava já cinco noites sem dormir. Isso é uma vergonha, próximo de Curitiba. Está abandonada completamente, viatura podre, não presta, da mesma forma São João do Triunfo e Antonio Olinto, se encontram no mesmo estado de calamidade pública. As delegacias de polícias, a estrutura funcional realmente está carcumida e o mais incrível que você não recebe nem uma ligação, nem uma explicação, nada.

Falo com Requião, com o Governador a qualquer instante, você liga para o Governador, ele num instante pede - desculpas porque se demorou para ligar, porque ele é realmente é um homem de respeito, ele é

uma pessoa que atende aos seus companheiros, mas alguns auxiliares a coisa é mais complicada.

Também, Deputado José Afonso Júnior, sensibilizado e emocionado, ouvi o seu apelo aqui nesta tribuna e nesse instante, companheiros Deputados, Senhor Presidente desta Casa, trago uma triste notícia - na semana passada lembro-me muito bem, na quinta-feira, quando fiz uso dessa tribuna, nós debatemos o caos da Saúde Pública, do Brasil, Curitiba e também do Paraná; e nós trouxemos também um relato, dramático de hospitais em especial o Hospital Evangélico de Curitiba, um dos maiores senão o maior Hospital do Paraná. Hoje quando eu estava no meu programa de televisão, era mais ou menos uma hora, estava no ar com as minhas matérias normais, uma ligação surge para a produção do programa, e lá um recado do Doutor Antonio Rocha, Diretor Administrativo do Hospital Evangélico. Pasmem, Senhores Deputados - esta notícia: O Hospital Evangélico, a partir do meio-dia de hoje, cerra as portas em definitivo! Isto é, o Hospital Evangélico, a partir do meio-dia de hoje está com as portas fechadas em definitivo. Mais ou menos seis meses que não recebe verbas do Governo Federal, verbas do Governo Municipal, verbas do Governo Estadual, e o Hospital Evangélico que já havia fechado o seu Pronto-Socorro e o atendimento de emergência, e agora, em definitivo está fechando. Mas eu voltei a ligação logo após o programa: "Mas Doutor, isso não é apenas uma parte?" - "Não, Deputado Carlos Simões", falou ele, "é definitivo, nós não temos mais condições, não temos estrutura para manter uma folha de pagamento, para manter comida para os doentes. Não temos a mínima estrutura de funcionamento. Outro detalhe," - dizendo ainda o Diretor do Hospital, - "na verdade o Hospital está endividado com os fornecedores."

Gente, mais uma vez eu coloco, é uma vergonha, uma Cidade como Curitiba, a Capital mais limpa do Brasil, é uma vergonha Curitiba não ter um Hospital Municipal, um Pronto-Socorro! Faz-se tanta coisa boa em Curitiba, e também faz-se tanta demagogia em Curitiba e não temos um Hospital para salvar vidas, não temos um Pronto-Socorro Municipal! Curitiba que tem um trilhão de orçamento anual! Entra Prefeito, sai Prefeito e o companheiro Jaime Lerner, que está aí pela terceira vez Prefeito de Curitiba! Será, meu Deus do Céu, que Curitiba não tem capacidade financeira de ter um Hospital seu, próprio? Mas, não para aí, e o Estado do Paraná? Em Estado riquíssimo, fantástico, amigos Deputados, também não tem, amigos Deputados, amigo José Afonso, também não tem Curitiba um Pronto-Socorro, um Hospital do Estado, grande, de porte,

que realmente atenda a população. Que atenda em massa, mil, duas mil pessoas por dia, também não tem! Nós temos o Hospital de Clínicas, que é do Governo Central, Cajuru, que é da Igreja Católica, Evangélico da Igreja Evangélica e hospitais pequenos, isso não pode acontecer gente!

Venho trazer esta triste notícia, uma tragédia para Curitiba! Tenham certeza vocês que muitas pessoas morrerão, não só de Curitiba mas do interior do Estado, ali tem gente de União da Vitória, de Pato Branco, de Londrina, de Maringá...

Concedo o aparte na sequência, Deputado Luiz Carlos Martins, - ali tem gente dos quatro cantos do Estado!

Não é uma bandeira, não sou amigo do Diretor, nem o conheço, nunca falei com ele pessoalmente, mas é uma bandeira natural de luta, de todos nós, defender a Saúde Pública do povo do Paraná!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Deputado Carlos Simões, somamos com a sua preocupação, mas também é preciso dizer aqui que não adianta ficar só preocupado, é preciso fazer alguma coisa.

O ceguinho de Jericó, o ceguinho tanto implorou, tanto implorou, e a multidão queria calar a sua voz, mas não conseguiu, o Mestre estava com os ouvidos abertos e ouviu os gemidos do ceguinho. E é preciso que, nesse instante, todos nós, abramos os nossos ouvidos para ouvir os gemidos desse povo que está nas filas dos hospitais. Hoje vem a notícia do Hospital Evangélico, e não é o Pronto-Socorro, não! É o nosso Hospital todo, é todo o Hospital Evangélico! E amanhã, com certeza virá de outros! E o povo, como é que fica? E nós, o que é que nós estamos fazendo aqui? E nessa hora que eu me pergunto, quando vejo o desabafo como o do Deputado José Afonso, na tribuna, em que é preciso discutir com um Diretor de Secretaria, que não foi enfrentar as urnas, que não foi pedir votos ao povo! E este mesmo Diretor menospreza um Parlamentar que está aqui, não representando a si, está representando uma multidão! Então, preocupação só não basta, o povo não aceita mais esse jogo, ele é falso, é preciso alguma coisa; e não é só o Governo Municipal, é o Governo Estadual e o Governo Federal, a responsabilidade é dos três. Então, é preciso que o pessoal entre num acordo se não essa gente humilde e sofridora continuará morrendo e padecendo nas filas.

Obrigado, Senhor Deputado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, eu uso o Horário também do PTB já concedido pelo Deputado Erondy Silvério.

Nós também, trouxemos um abraço também do Diretor, nós comentamos que fizemos um



requerimento, não meu, de todos nós Deputados, o qual já foi encaminhado ao Governador do Paraná, Roberto Requião, e ele recebeu a cópia do requerimento com a assinatura de todos vocês. Fizemos evidentemente a parte legal, cobramos publicamente, a imprensa cobrou e os Deputados também cobraram. Agora, é lastimável que isso venha a acontecer em Curitiba, no Paraná.

Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Eu queria cumprimentar ilustre Parlamentar Carlos Simões por ter levantado já na semana passada o problema dos Hospitais de Curitiba e do Paraná. E a notícia que Vossa Excelência nos traz nesta tarde, com o fechamento do Hospital Evangélico, realmente nos entristece, principalmente quando Vossa Excelência nos informa que há três meses o Ministro da Saúde, o Governo Federal, não repassa os recursos para o Hospital Evangélico para a manutenção e o atendimento da saúde da população, não somente da grande Curitiba, mas de todo o Estado do Paraná. Nos entristece porque no mesmo momento nós estamos vendo todos os dias e assistindo pelos canais televisão, pelos jornais, a vergonha que cobre todo o Paraná e o paranaense também com as denúncias aonde está se envolvendo e se envolveu o Ministro de Saúde do Estado do Paraná, o Ministro Alceni Guerra. Nós Parlamentares, nós paranaenses, estamos envergonhados pelo que se vem colocando através da televisão, através dos jornais, através das emissoras de rádios, a história das bicicletas, dos guarda-chuvas de uma empresa fantasma, a tal de Masters; ao mesmo tempo que foram milhões de cruzeiros, alguns jogados fora já, outros prestes a serem destinados a outros interesses, vemos o trabalho de Vossa Excelência, denunciando aqui da tribuna desta Casa, nos comunicando, comunicando esse Parlamento do fechamento do Hospital Evangélico, realmente é de entristecer a todos nós. Por isso, Deputado Carlos Simões, eu cumprimento Vossa Excelência pela coragem, pelo trabalho que vem realizando, além é claro daqui da tribuna também através do seu programa de televisão, a exemplo do companheiro Alborghetti, a exemplo dos homens de rádio que fazem parte deste Parlamento.

Os meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O SR. CARLOS SIMÕES - E tem mais, o Hospital Pequeno Príncipe está praticamente com 90% das suas atividades também paradas.

Mais uma informação, o Hospital Nossa Senhora das Graças também está enfrentando o mesmo problema, a mesma situação, e assim vai, vários hospitais de Curitiba, o

Hospital Erasto Gaertner, de uma função primordial, importantíssima demais, como é o Hospital Erasto Gaertner.

Primeiro o Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - É só para fazer um reparo Excelência, que o Governo Municipal tem concorrido para o Hospital Evangélico e para o Pronto Socorro do Hospital Cajuru, conveniado com a PUC; aliás, é a única instância de Governo que concorre com verbas para os dois hospitais, tanto para o Evangélico, como para o Pronto Socorro da PUC, além de estar a Prefeitura de Curitiba construindo o Pronto Socorro Norte no Bairro de Santa Cândida, aqui na entrada da cidade, no acesso mais próximo à BR-116. No mais eu me associo a perplexidade de Vossa Excelência, porque de verdade, mesmo não sendo um centro de grande refinamento médico, o Hospital Evangélico era muito necessário para Curitiba, sobremaneira na área de atendimento a queimados, que era uma área de relevante importância, se não me engano, talvez o único hospital do Paraná com esse tipo de atendimento.

O SR. CARLOS SIMÕES - Aliás, um dos melhores do Brasil nesse aspecto. Realmente o trabalho na parte de queimados espetacular.

Deputado Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus - Eu também quero me associar à preocupação de Vossa Excelência, realmente a saúde no Brasil está doente e é uma preocupação muito grande e nós vemos com muita tristeza a situação em que se encontram os nossos hospitais, aqui na capital, no interior e de resto como no Brasil inteiro. Mas eu não posso, data vênica, Deputado Carlos Simões, concordar com a infeliz e infantil afirmação do Deputado Toti Colaço de que todos os paranaenses estão envergonhados com o nosso Ministro Alceni Guerra. Não são todos os paranaenses não. Cabe sim, e isso aqui me preocupa mais, que nós, Parlamentares paranaenses, devamos examinar com muito cuidado, com muito critério, com muito equilíbrio para que nós tenhamos calma e cautela para vermos o que está por trás disso tudo.

Cabe sim, ao Ministro Alceni Guerra, defender-se das acusações que está sofrendo e não nós, antes de termos o julgamento terminado, nos envergonharmos. E a defesa do nosso Estado é que está em jogo neste caso. Aqui não é o quintal da Bahia, o Paraná não é o quintal da Bahia e nós não podemos, de maneira alguma, nos envergonharmos antes de vermos terminado todo esse episódio.

O SR. CARLOS SIMÕES - Deputado Ernani Pu-

dell.

O Sr. Ernani Pudell - Quero agradecer o aparte de Vossa Excelência e dizer que infelizmente também sumiu um projeto específico da pauta da Assembléia.

Agora quero também citar o caso, muito delicado da Região Oeste do Paraná - o Hospital Regional de Cascavel, que está praticamente desativado, com uma estrutura toda montada, uma estrutura maravilhosa, moderna, que é de responsabilidade do Governo Estadual e que teria condições de atender e absorver uma população de perto de 2 milhões de habitantes que estão se deslocando para Curitiba em busca de atendimento médico especializado, principalmente a população carente e que agora esse problema vem se agravar, porque Curitiba tem importantes nosocômios, importantes unidades em equipamentos de saúde hoje sendo desativados.

Então eu quero inclusive transmitir esse apelo a Vossa Excelência, como pertencente à Bancada do Governo, que a Secretaria de Saúde efetivamente, pelo menos, unimize e maximize o atendimento no Hospital Regional também de Cascavel.

O SR. CARLOS SIMÕES - Quero deixar bem claro, evidentemente que sou Deputado do PMDB, fui o mais votado do PMDB e estou ao lado do Governador Roberto Requião, não é por isso que a voz se cale, em absoluto. Estou denunciando, levantando e fazendo um apelo aos companheiros do PMDB, que comandam hoje: as secretarias, e também o Palácio Iguaçu, que se digne, com capricho, com dedicação, com amor e com carinho.

Com aparte o Deputado Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - Apenas para me associar ao pronunciamento de Vossa Excelência, do Deputado José Afonso e dizer que nós estranhamos, porque consta nas prioridades do Governo Estadual a saúde. Nós vemos a desativação do Hospital de Cascavel, nós queríamos a implantação de hospitais regionais, vemos com desamor crianças passando na televisão 8, 10 dias sem poder fazer a aplicação da quimioterapia, mães chorando por incompetência do Governo Federal e do Governo Estadual. Vossa Excelência aceite minha total solidariedade, porque Vossa Excelência é um defensor dos homens do interior como a maioria dos Deputados e aqui na Assembléia se faz muito mais assistência social, com o sacrifício dos Deputados, fora de hora: de dia, de noite, sábado, domingo, com as nossas ambulâncias, com a nossa verba de assistência social e ainda existe gente que critica o assistencialismo! Porque nós não temos do Governo Estadual, do Governo Federal e às vezes do Governo Municipal a

assistência que todos os Senhores Deputados, independente de partido político, representa para o povo.

Aqui é a Casa onde o povo vem chorar e buscar as soluções para os maus tratos dos Secretários da Saúde, dos diretores da saúde e da incompetência dos governos que regem, infelizmente, este País.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito bem.

Para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trago esta triste notícia e faço um apelo, mais uma vez. Um apelo sincero, sério, para que as autoridades que tenham condição, comando, de caixa, de dinheiro, que não deixem os hospitais morrerem aqui no Paraná. O hospital morre, morre com eles uma legião de famílias, de trabalhadores de nosso Estado, em especial da grande Curitiba.

É um caso muito sério, os hospitais estão se acabando, fechando suas portas.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Queria apenas fazer um esclarecimento ao ilustre companheiro ao qual tenho grande respeito inclusive. Deputado Nelson Justus. Em seu aparte, junto ao companheiro Carlos Simões, afirmou que fui infantil e infeliz em minhas colocações. Talvez infantil e infeliz esteja sendo então a imprensa brasileira, os jornais "O Estado de São Paulo", "O Globo", os jornais aqui do Estado do Paraná. Nada mais fiz do que reportar aquilo que a imprensa vem divulgando todos os dias. A infantilidade é da imprensa, não nossa. Se não fossem retratados estes fatos pela imprensa, não éramos infantis aqui neste caso.

Apenas este reparo ao meu ilustre companheiro Parlamentar Nelson Justus que gostaria de fazer. Infantil não concordo, não aceito, porque sou um homem já maduro e assumo todos os atos e as colocações que faço, principalmente neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveito os eflúvios oposicionistas que ocuparam e dominaram esta tribuna e a presença do Prefeito de Guarapuava para lançar aqui uma idéia para o ano que vem, um movimento pró-municipalização do trânsito no Paraná.

A nossa idéia já apoiada pelo Prefeito de Ponta Grossa, pelo de Guarapuava, pelo de Londrina, pelo de Curitiba, é de mobilizar os quadros técnicos e políticos das Prefeituras do Paraná em favor da municí-



palização do trânsito.

Com a municipalização, as prefeituras terão autonomia para definir os aspectos relativos ao trânsito dos municípios em termos de planejamento, obras viárias, fiscalização e execução de programas de segurança de trânsito.

Os municípios poderão atuar na fiscalização do serviço de trânsito, reforçando as condições de segurança e melhorando o sistema de arrecadação das multas.

Com a municipalização, os recursos do FUNRESTRAN, hoje exclusivos da burocracia estatal, concentrada no DETRAN de Curitiba, passam a ser destinados às prefeituras, que os utilizarão nas atividades relativas ao trânsito para salvar vidas, fazendo frente aos seus encargos.

O Senhor Prefeito de Guarapuava dava testemunho agora há pouco, na tribuna de imprensa, da inexistência do DETRAN e dos recursos advindos do FUNRESTRAN na sua cidade. A Casa rejeitou o projeto de lei de autoria deste Deputado, no entanto, nós não desistimos.

O Governo gosta da idéia do "EMPUNHE ESTA BANDEIRA", a bandeira da municipalização do trânsito, que eu aposto vai ter imediata ressonância no Bloco Municipalista desta Casa, é uma bandeira a ser empunhada no ano que vem, porque nós não podemos consentir que o nosso povo continue morrendo sob as benesses do DETRAN, enquanto o dinheiro das multas, o dinheiro das multas funcionam para engordar a burocracia estatal.

Lançado este programa, eu apresento a esta Casa, sentado na tribuna do lado da Oposição, o engenheiro André Fialho, que foi designado pelo Prefeito Jaime Lerner na qualidade de assessor especial para coordenar este programa dentro da Prefeitura de Curitiba.

O Sr. Albino Corazza - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Nós queremos parabenizar o nobre Colega Deputado por esta iniciativa e acredito que a municipalização do trânsito, como outros setores, é o caminho para que a administração pública possa dar as respostas e dar o atendimento que a população precisa e merece. Nós temos certeza que, com os depoimentos dos prefeitos já citados, que outros poderão também ser consultados e ouvidos, esta Casa poderá abrir um debate e partir para a aprovação de um projeto que municipalize o trânsito, dando autonomia na fiscalização, na arrecadação e com os recursos nós sabemos que o município sabe fazer melhor.

Parabéns pela idéia e acredito que no próximo ano esta Assembléia terá a oportunidade de ver concretizada essa idéia.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e vejo que de fato o que Vossa Excelência está propondo é de grande repercussão para o Paraná. Eu creio que não só o Bloco Municipalista, mas esta Assembléia há de abraçar esta iniciativa assim como todo o Paraná. Porque infelizmente, no processo de municipalização, o que o Governo Federal, o Governado Estadual têm repassado aos municípios nada mais são que os ossos, e o filé fica para os governos Estadual e Federal. Nós estamos vendo a cada dia a falência dos municípios do Paraná e deste Brasil visto a sobrecarga de compromissos, a exemplo da saúde e da educação, que estão inviabilizando os municípios, porque repassaram compromissos, mas os recursos financeiros em hipótese alguma e as dificuldades são sempre grandes.

Nós estamos vendo o problema de saúde, o problema de repasse de verbas de convênio que chegam a cada dois, três meses aos municípios tendo a responsabilidade desses prefeitos em arcarem com as respectivas folhas e com os encargos desta municipalização.

Esta iniciativa que Vossa Excelência está propondo neste momento, representa a discussão não com relação ao osso, mas com relação ao filé, que é a parte nobre, que é a discussão financeira do próprio município.

Parabéns!

O SR. RAFAEL GRECA - Muito obrigado, Deputado Paulo Maia, pelo seu aparte.

O Sr. Cezar Silvestri - Permita-me um aparte?

(Assentimento).

Deputado Rafael Greca, eu gostaria nesta ocasião de hipotecar o meu total apoio à sua iniciativa. Nós fomos Vice-Prefeito, nós temos a experiência de quase dois anos que trabalhamos junto ao Prefeito de Guarapuava e lá nós decidíamos, nós demos vários exemplos de que as coisas funcionam melhor no município. É o caso da habitação, por exemplo, onde nós construímos, hoje a um custo 50% inferior ao que o Governo Federal vem liberando na habitação popular. É o caso da saúde, onde nós implantamos em Guarapuava, o Prefeito implantou, os Centros Integrados de Atendimento e nós estamos sofrendo agora, inclusive, toda essa polêmica em cima do Ministro da Saúde. As fábricas de CIAC's, na nossa opinião, são desnecessárias. Seria muito mais proveitoso o repasse de recursos aos municípios e eles saberiam como

aplicar esses recursos e também porque todo o ônus do trânsito fica com os municípios. No caso de um acidente, o semáforo quando não funciona é causa um acidente, as pessoas vão acionar as prefeituras e nunca o Governo do Estado.

Por isso, eu hipoteco o meu total apoio à sua iniciativa.

O SR. RAFAEL GRECA - Muito obrigado, Deputado Silvestri.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento).

Eu quero parabenizar Vossa Excelência. No começo eu me preocupei um pouco com os pequenos municípios, eu acho que Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá, Guarapuava, os municípios de grande porte, poderiam caminhar nesta brilhante idéia de Vossa Excelência e nos pequenos municípios, que estão beirando a falência, realmente ficou aqui uma preocupação, mas conversando com o Deputado Paulo Maia, eu quero parabenizar Vossa Excelência porque todos os recursos, se houver essa municipalização, vão direto para a Prefeitura. A Prefeitura que vai poder fiscalizar, vai fazer com que esse dinheiro seja muito bem aplicado dentro do seu próprio município.

Mas eu iria mais além se Vossa Excelência me permite. Eu acho que nós deveríamos aproveitar essa idéia e municipalizar também a segurança do Estado do Paraná, a SANEPAR, a COPEL, municipalizar também a saúde dos brasileiros do Paraná, já que aconteceu esta afronta, hoje também recebi um comunicado, na hora do meu programa de televisão, que o Hospital Evangélico estava praticamente com as portas fechadas.

Agora se Vossa Excelência atentar para os noticiários da Rede Manchete de Televisão, da Rede Globo de Televisão, do Sistema Brasileiro de Televisão, da Rede Record de Televisão e das outras emissoras ligadas da Rede Bandeirantes, Vossa Excelência vai ver que o Sistema de Saúde da Nação Brasileira está falido, por falta de vergonha na cara dos dirigentes deste País.

Muito obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento).

Quero aproveitar também para dizer que realmente é uma grande preocupação de todos nós o problema da questão do trânsito e numa iniciativa da União Cívica Feminina, através da Senhora Dalila Lacerda, nós começamos a discutir a criação do Conselho Municipal da Segurança no Trânsito e um dos principais itens desse Conselho, real-

mente é a municipalização do trânsito e desse Conselho fazem parte as pessoas mais capacitadas da área do trânsito, Dr. Otávio Cezar Valeixo, Cel. Vieira, o atual Comandante do BPTRAN na Capital do Estado, todos eles são unânimes em afirmar, por experiência, já que há necessidade dessa municipalização. Além do que, como já disse o Deputado Alborghetti, também a Segurança Pública, deverá num tempo muito próximo, muito breve, também ser municipalizada, porque é através dos municípios que a gente pode melhor organizar, melhor dar o atendimento à comunidade. Por isso quero parabenizá-lo também por esse trabalho todo que está sendo feito em cima dessa municipalização e tenho certeza que os parlamentares que não souberam entender a discussão do projeto que foi vetado pela Casa, agora refletindo, vão conseguir captar a importância que se trata essa municipalização.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero só aproveitar este interstício de tempo que me deu o Senhor Presidente, para registrar o nosso pesar pelo falecimento em data de ontem e sepultamento hoje, do Desembargador Atos Velozo. Professor Emérito, insigne paranaense, deixa sua viúva e sua filha, Senhora Aldo de Almeida Júnior, ele, o Aldo, é Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, da Cidade Industrial de Curitiba.

O Desembargador Velozo, que agora desce com o seu corpo à terra sagrada do Paraná, é da mais ilustre estirpe paranaense, filho do professor da Religião da Humanidade, Dario Velozo, fundador do Templo das Musas, aqui na Cidade de Curitiba e professor do Ginásio Paranaense. Professor de muitas gerações, seu corpo foi velado na Capela do Tribunal de Justiça e foi amortalhado pelo pranto de todos os paranaenses tradicionais, das mais ilustres famílias de Curitiba e de todo o Paraná, que lá estiveram se somando à dor dessa família.

O Paraná perde hoje um dos seus homens de bem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pelas denúncias já formuladas aqui pelos Senhores Deputados em relação à situação dos hospitais do Paraná, em especial o Hospital Evangélico, que já acena com o fechamento das suas portas, eu solicitaria de Vossa Excelência e da Mesa para que, em nome deste Poder, encaminhasse um telex ao Ministério da Saúde, solicitando urgentemente o repasse dos recursos que já se encontram atrasados durante dois meses. Eu solicito de Vossa Excelência essa colaboração, porque nós

estamos vendo muito dinheiro do Ministério sendo investido não na prioridade, porque a prioridade que nós entendemos é a saúde da população e os cuidados médicos que a população merece.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, quando eu vi Vossa Excelência anunciar que o Deputado Alborghetti teria o horário do PFL, eu fiquei aguardando. Eu gostaria que Vossa Excelência me desse parte desse horário neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Realmente me sinto como todos os Parlamentares do PFL e posso dizer também a todos os Parlamentares, na grande maioria desta Casa, preocupados com a situação, a crítica violenta que se faz na imprensa nos dias de hoje contra o Ministro Alcení Guerra.

Sinto-me na obrigação também de dizer ao Deputado Toti, a quem tenho tanto respeito nesta Casa, e não posso, Deputado, concordar com Vossa Excelência quando aceita apenas as acusações feitas através da imprensa. Nós temos nesse momento de críticas a todos nós e ao Governo, seja Federal ou Estadual, de qual for o Estado, nós temos que ter a preocupação, ver o endereço que tem essas informações: se elas são verdadeiras ou não, e cabe sim ao Ministro a obrigação de esclarecer à população da forma que possa convencer a todos nós.

Eu sei que, como brasileiros, cansados de críticas, mas cansados também de ver acontecer situações vergonhosas neste Estado, então, fica muito fácil dizer que o Ministro Alcení meteu a mão no jarro e está envergonhando a todos nós paranaenses. E eu digo que essa vergonha, se tiver, não cabe apenas aos Parlamentares do PFL não. A grande maioria nesta Casa, há aproximadamente 30 dias assinava um manifesto de apoio ao Ministro. Por quê? Porque o Ministro em todos os dias, vamos dizer, recebia o apoio da população, porque é um Ministro que vem demonstrando um trabalho de respeito à população, a todas as classes políticas do nosso Estado e do nosso País, mas agora que vem a imprensa de paulada, principalmente a Rede Globo, que a gente nota a maneira, com maldade que jogam as notícias, e naturalmente nós sabemos que o nosso Ministro se encontra em grandes dificuldades. E nós aguardamos com ansiedade porque conhecemos o trabalho do Ministro Alcení no dia-a-dia, no decorrer dos anos, nós conhecemos a seriedade com que trata as questões, seja política ou

não. E nós estamos agora indignados sim com a situação brasileira de achar que um Ministro quando cresce é um perigo, e ele recebe às vezes dos invejosos, aqueles que o querem derrotar sim, e em de paulada para acabar com a importância que tem. E o Ministro Alcení, eu acredito que ele teve um erro, mas um erro gravíssimo na vida dele, se dependesse da minha opinião, e sabem por quê? Porque ele passou a ser um Ministro da Saúde respeitado por todos os brasileiros, por todos os políticos. Aí, em seguida, o Presidente da República, valorizando o seu trabalho, aumentou ainda mais com um outro Ministério, para que ele possa desenvolver o seu trabalho pela competência que tem. E agora não bastou; também atribuiu não ao Ministério, mas a uma Secretaria para tratar da questão da escola da criança e isso vem aumentando, a ele, a importância, mas, por um outro lado, recebeu bombardeio de toda a sorte principalmente daqueles que querem ver pelas costas. Quem poderia fazer, pode fazer, um bom trabalho no nosso País. Agora sim, estamos atentos. Ver o que aconteceu de fato com as críticas feitas nos últimos dias. O Tribunal de Contas da União deverá prestar contas e aí sim, nós vamos dar a mão à palmatória àqueles que estiverem criticando e curvamos a eles e dissemos que falhamos, quando acreditamos em nosso companheiro, mas por enquanto, eu não aceito de forma nenhuma, críticas, porque eu acho que nós temos que aguardar para que ele possa, pelo homem que sempre foi, prestar contas dos seus atos.

O Sr. Plauto Miró - Um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobre Deputado.

Quero aqui, como representante do PFL, como Deputado Estadual nesta Casa, pedir a todos vocês Deputados que estão hoje fazendo críticas ao Ministro paranaense, Alcení Guerra. Eu penso que os boatos que temos, as denúncias que temos estão vindos todas pela imprensa. Enquanto não tivermos o resultado final do Tribunal de Contas da União, dando ao Ministro paranaense Alcení Guerra, realmente a culpa, se ele tem ou se ele não tem, não é de direito nós estarmos aqui o criticando. Vamos esperar o resultado oficial para daí sim, se for culposos, nós o criticarmos e se não for culposos, nós não o criticamos. E isso aí.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu gostaria, com a anuência dessa Presidência, registrar a presença do Pastor Ortigosa, da Igreja Metodista da Cidade de Santo Antonio da Platina, que está nas galerias e que nos

honra muito com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se a

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.  
Sobre a mesa, Ofício DTL/SAT/nº 414/91, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, comunicando haver vetado o Projeto de Lei nº 421/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos expostos. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Algaci Túlio, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para representar a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ernani Pudell, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para representar a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Elio Rusch e Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 570/91. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, acrescenta Subtítulo e Memorial Descritivo ao Perímetro Urbano. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 570/91

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI

SOMULA: Acrescenta Subtítulo e Memorial Descritivo ao Perímetro Urbano, conforme específica. (Criação do Município Honório Serpa).

P A R E C E R:

O Plano de Lei, em espécie objetiva acrescentar Subtítulo e Memorial Descritivo

ao Perímetro Urbano, a Lei nº 9441/90, que alterou a redação do artigo 1º da Lei nº 9.184/90, que trata da criação do Município de Honório Serpa.

Não havendo óbice de natureza legal ou constitucional, esta Comissão através de seu Relator, posiciona-se favoravelmente à aprovação da matéria em tela, na forma que se apresenta.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 165/91, dá nova redação a letra "d", do Artigo 1º, da Lei nº 9.577 de 14 de março de 1991 (IPE). Aprovado (Publ. no D.A. nº 48 de 07.05.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 503/91, autoriza auxílios e concede incentivos a empresas no Estado do Paraná. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 146 de 06.11.91).

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, gostaria que registrasse o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 312/91, de autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI e Deputado ALGACI TÚLIO, regulamenta o Artigo 205 da Constituição Estadual, que destina 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio e da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 312/91. Aprovado. Fica portanto retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei Complementar nº 312/91.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 312/91

P A R E C E R:

O nobre Relator, após ter constatado vícios sanáveis no bojo do Projeto, pode-

ria ter apresentado Emenda saneadora, conforme fez o Deputado Mário Bezerra.

Portanto, nosso relato verbal, é favorável às modificações apresentadas pelo Deputado Mário Bezerra, após o que o Projeto com a respectiva Emenda, estará em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/91, de autoria do Deputado ELIO RUSCH, altera a redação do Art. 2º da Lei nº 9.370, de 13 de setembro de 1990, (Município de Mercedes). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Elío Rusch e Dobrandino da Silva, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,  
AO PROJETO DE LEI Nº 508/91.

Dá-se nova redação ao Artigo 2º do Projeto de Lei nº 508/91, nos seguintes termos:

"Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9.834, de 05 de Dezembro de 1991, e demais disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 11.12.91

(aa) ELIO RUSCH

DOBRANDINO DA SILVA

Apoio: Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Renato Adur, José Arthur Ritti, Edson da Silva Lino, e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa tornar mais explícita a proposta apresentada sob o nº 508/91, uma vez que na criação de municípios é preciso que as confrontações e divisas estejam bem definidas, para evitar uma problemática futura com os polígonos divisores dos municípios envolvidos.

Em discussão. Encerrada a discussão.

Projeto e Emenda retorna à Comissão competente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 533/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e OUTROS, prorroga o prazo de que trata o Art. 7º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o parágrafo 1º do Art. 1º da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, está com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O ilustre Deputado Albino Corazza e outros Parlamentares colegas desta Casa, apresentam Projeto de Lei Complementar alterando dispositivo da Lei Complementar nº 56, do Paraná, que disciplina as condições e exigências para a criação de novos municípios. Aliás, recentemente o ilustre Parlamentar Albino Corazza e outros apresentaram projeto com a mesma redação e aprovado por esta Casa e vetado pelo Senhor Governador, porque não se lhe deu a forma de projeto complementar. Portanto, que exige regimentalmente "quorum" qualificado.

O que pretende o Deputado Albino Corazza? O que pretende se põe no Artigo 1º da sua Proposição: "Fica prorrogado o prazo de que trata o Art. 7º, da Lei Complementar 56, de 18 de fevereiro de 91, em conformidade com o § 1º, do artigo 1º da Lei Federal 8.214, de 24 de julho de 91 até o dia 1º de maio de 1992".

A Lei que se refere o Deputado é federal, o Artigo 1º do Projeto que discutimos, da Lei 8.214, de 24 de julho de 1991, estabelece normas para a realização de eleições municipais de 03 de outubro de 1992 e dá outras providências. Isto é, a Lei dispõe exclusivamente sobre eleições a serem realizadas em outubro do ano que vem e esta Lei inclusive deve ter a sua regulamentação por resolução do Superior Tribunal Eleitoral. E a competência para a criação de municípios é privativa da Lei Estadual, que é a Lei Complementar 56. Eu já tinha me manifestado anteriormente contrário à criação de mais municípios. Já não se sabe nesta Casa quantos projetos votamos, objetivando a transformação de distritos em municípios. Não tenho absolutamente nada contra a criação de determinados municípios. Só que, no meu entendimento, não é possível esta Casa votar ainda mais; além de dezembro votar-se ainda mais em 1992 e estarmos criando mais municípios. Pelas informações oficiais esta Casa já votou cerca de 60 ou 70 projetos desta natureza. E nós temos 300 e poucos municípios e daqui a pouco 400.

Eu pretendia e inclusive cheguei a esboçar um rascunho de uma emenda para um projeto, o Projeto 533, e que previa a emenda, respeitada a emenda que pretendia apresentar, que os municípios em que houvesse eleições, e até os municípios votados em 15 de dezembro presente; mas, deixo de apresentar. E no meu modesto entendi-

mento de Direito Administrativo e Constitucional quer me parecer que o Projeto que discutimos agora em 2ª discussão não alcança o seu objetivo, porque a Lei referida no seu artigo primeiro é uma lei federal, que é eminentemente de calendário eleitoral. Não tem nenhuma relação jurídica, a lei eleitoral federal com a Lei Complementar 56, do Estado, de criação e incorporação de áreas municipais.

Esta prorrogação de prazo, porque queremos elucidar com clareza, diz o artigo 1º do Projeto que "fica prorrogado o prazo de que trata o artigo 7º da Lei Complementar 56, e que passa a valer o disposto no artigo 1º, § 1º da lei federal", a que nos estamos referindo. Ele objetiva prorrogar. O artigo 7º da Lei 56, que é a nossa lei, diz o seguinte: "Artigo 7º - A criação de municípios e suas alterações territoriais só poderão ser feitas no ano anterior ao da eleição municipal".

Portanto, a partir de 1º de janeiro, segundo a nossa lei, não poderá ser votado, ou no período de 1992, votar-se a criação de novos municípios.

E o Projeto do Deputado Corazza e tantos outros Parlamentares, objetiva que este prazo seja levado até 1º de maio de 1992. Mas, queria, Senhores Deputados, dizer que este dispositivo da Lei 56, não permitindo criação de municípios no ano eleitoral, ela consta, também, do artigo 6º da Lei Complementar nº 1, de 09.11.67, que foi a que orientou, desde o ano de 1967, a criação dos municípios no Brasil, até o surgimento da Constituição de 1988. E o artigo 6º daquela Lei, dizia: "A criação de municípios e suas alterações territoriais só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal".

E depois, ainda, a Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, a Lei Complementar nº 27, de janeiro de 1986, também dispunha, no seu artigo 7º, parágrafo único: "Não serão criados municípios no ano das eleições municipais".

Também observei rapidamente, no Projeto do ilustre Deputado Nelson Justus, que objetiva alterar a Lei Complementar 56, que dispõe sobre a criação dos municípios, ainda no Projeto do Deputado Nelson Justus, que tramita nesta Casa, dispõe, ainda, num de seus artigos, que "não poderão ser feitas incorporações ou criação de municípios em ano de eleição municipal".

Quer dizer, é uma prática antiga, tradicional do nosso Direito e não vejo o porquê, se tivemos tanto tempo para votarmos a criação de municípios novos, agora permitirmos que ainda o prazo seja levado para 1992.

Por isso, queria manifestar aqui o meu voto contrário, em função, repito, do nú-

mero excessivo, no meu entendimento, de municípios criados, aguardando-se esta Casa, aprovar o Projeto do ilustre Deputado, que exige "quorum" qualificado, esperando que o Senhor Governador se sensibilize e vote o Projeto que haveremos de votar em seguida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, apenas esclarecendo, o nosso objetivo foi dar condições aos municípios que já fizeram plebiscito, que já tiveram aprovação desta Casa para realizar plebiscito. E que se não houver esta prorrogação, não vão conseguir concluir os processos que foram aqui aprovados. E seria uma frustração, uma decepção, a Assembleia autorizar uma comunidade a se manifestar a favor da criação de um município, e depois não dar o prazo suficiente para o processo ser concluído.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão. APROVADO. Trinta e oito votos contra três.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, isenta o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de três (03), de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 536/91

Inclua-se no Projeto de Lei nº 536/91, o seguinte artigo:

"Art. - Os veículos adquiridos gozando do benefício previsto nesta lei somente poderão ser alienados após decorridos 36 (trinta e seis) meses de sua compra.

Parágrafo Único - A venda do veículo em prazo inferior ao estabelecido no "caput" deste artigo, implicará na perda do benefício pelo adquirente em qualquer nova aquisição de veículo adaptado para deficientes físicos que venha a realizar.

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(aa) DR. ROSINHA, ERNANI PUDELL e  
OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Rafael Greca de Macedo, Paulo



Maia e Emília Belinati.

## JUSTIFICATIVA:

Para que se dê a isenção pretendida maior critério em sua implementação, julgamos oportuno determinar um prazo mínimo de uso do bem objeto do benefício, que pretendemos seja 60 meses, tempo razoável em se tratando de veículos.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
DE PLENÁRIO DE N° 02

O Projeto de Lei n° 536/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - É autorizado o Poder Executivo a isentar do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, as operações de aquisição de:

a. veículo especialmente adaptado para deficientes físicos e adquirido por pessoa física ou jurídica;

b. ambulância adquirida por pessoa jurídica e destinada à utilização no setor de saúde.

Art. 2° - A alienação do veículo - adquirido com a isenção estabelecida no art. 1° às pessoas que não satisfaçam os requisitos e condições estabelecidas nas letras A e B do artigo anterior, sujeitará o alienante ao pagamento do tributo dispensado, devidamente atualizado.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo de três (03) anos desde a emissão da Nota Fiscal de Venda, não se aplicará o disposto no caput deste artigo.

Art. 3° - As concessionárias autorizadas, além do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação, deverão:

I - mencionar, na Nota Fiscal emitida para entrega do veículo ao adquirente, que a operação é beneficiada com isenção de ICMS, não podendo ser alienado nos primeiros três (03) anos, sem autorização do fisco.

II - enviar mensalmente à Secretaria de Estado da Fazenda informações sobre a qualificação completa do adquirente.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará em 120 (cento e vinte) dias a presente lei.

Sala das Sessões, em 10.12.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Rossoni, Tadeu Lúcio Machado, Heinz Herwig, Emília Belinati, Colombino Grassano e Arlindo Troian.

## JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei é de grande relevância, porém o art. 155, § 2°, inciso XII, alínea G da Constituição Federal, estabelece que cabe à Lei Complementar regular isenções concedidas ou revogadas pelos Estados.

Segundo o art. 12, § 2° da Lei Complementar n° 24/75, as isenções de ICMS deve-

rão ser convalidadas por convênios celebrados e ratificados pelos Estados e Distrito Federal. Portanto, o projeto original pode defrontar-se com aspectos de inconstitucionalidade.

A inclusão de veículos utilizados para ambulância, reveste-se de aspectos sócio-econômicos de enorme abrangência para a sociedade e de insignificante valor para a Fazenda, tendo em vista a pequena quantidade de operações.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 03

Artigo Único. O art. 1° do Projeto de Lei n° 536/91, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica assegurada a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Serviços - ICMS, na aquisição de automóveis, motocicletas, triciclos e cadeiras de rodas, destinados aos deficientes físicos, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os veículos que necessitarem de adaptação deverão seguir normas estabelecidas pelos órgãos competentes e fiscalizados pelo DETRAN-PR.

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(a) JOÃO ARRUDA

Apoio: Ademar Traiano, Mário Bezerra, Plauto Miró Guimarães, Emília Belinati e Basílio Zanusso.

## JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa definir corretamente quais os veículos atingidos pela isenção no projeto, com o intuito de não proporcionar nenhuma dúvida quanto a abrangência do texto legal.

- Aprovado o projeto.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 553/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELI, que torna sem efeito a punição determinada pelo Sr. Governador, aos servidores públicos que não assinaram o Ponto no dia da manifestação de protesto realizada em 26 do corrente. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01  
AO PROJETO DE LEI N° 553/91

Artigo Único. O art. 1° do projeto de lei em tela, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se também às empresas públicas e demais órgãos da administração indireta."

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(a) NELSON GARCIA

Apoio: Orlando Pessuti, Domingos Carvalho, Renato Adur e Toti Colaço.

Em discussão a Emenda. Encerrada a discussão. O projeto e a emenda retornam à Comissão competente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o COLEGIO LACERDA BRAGA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.M.A. PARECER FAVORÁVEL da C.A.I.C às Emendas nºs 01, 02, e 03, e CONTRÁRIO às de números 04 a 35. EMENDA da C.E.M.A. EMENDAS DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 246/91

P A R E C E R:

Este relator, quando apreciou pela vez primeira, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, o presente plano legal, alertou para a oportunidade da matéria proposta. Com efeito, pois diversas Comissões chamadas a opinar, mostraram de maneira dinâmica e eficiente, tentando melhorar o texto original.

O projeto foi incluído na Ordem do Dia e aprovado em primeira discussão. Nove emendas foram apresentadas em Plenário, e por esta razão a CCJ é chamada a opinar novamente.

As emendas números 01 e 02, de autoria do ilustre Deputado Lourenço Fregonese, com apoios diversos, apresentam rigorosamente o mesmo teor. Foi apresentada dentro do prazo regimental e não encontramos nenhum óbice que possa impedir a normal tramitação nesta Casa Legislativa. Da mesma forma, opinamos quanto às emendas números 04 a 08, todas da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apoiadas pelo Deputado Paulo Maia, que podem ser apreciadas em Plenário. A Emenda número 09, do Deputado Albino Corazza Neto, igualmente, leva parecer no mesmo sentido.

É evidente que não entramos no mérito de nenhuma destas propostas. Por esta razão, no âmbito desta CCJ, desde logo, devemos acatar, agora com parecer favorável, a Emenda nº 3, do Deputado Heinz Herwig, uma vez que trata, única e exclusivamente, de acrescentar expressão necessária para adaptar o projeto às normas constitucionais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: A título de sugestão, recomendamos que as emendas, quanto ao mérito, sejam analisadas pela douta Comissão de Agricultura e Indústria e Comércio.

É o parecer.

Sala das Comissões, em  
(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator  
- Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei nº 246/91, ressaltadas as Emendas.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar.

Só porque o Deputado pediu para ser corrigido na última vez que esteve na Ordem do Dia este projeto, que é um projeto do Deputado Orlando Pessuti e outros, e que não consta aí, e que esse é o projeto discutido no Bloco Agropecuário desta Casa.

Nós apresentamos e discutimos um tanto por falta de tempo, de discussão do Bloco Agropecuário, nós encaminhamos uma série de emendas para a Comissão de Agricultura.

Estão, aí na Ordem do Dia as emendas para serem votadas, nós inclusive apresentamos um requerimento pedindo destaque para as seis emendas e em contato com outros Deputados e com o Deputado Pessuti, chegamos a um entendimento, vamos votar a emenda ao artigo 20, que é a emenda número 6, emenda ao Art. 44, número 23.

Portanto, queremos ver que as nossas emendas que estavam colocadas aí no texto, tiveram o objetivo de aperfeiçoar a lei.

Em momento nenhum tivemos objetivo de confrontar ou ir para o confronto com o Bloco Agropecuário ou para desfazer o que foi feito no Bloco Agropecuário. As nossas emendas foram inclusive discutidas com inúmeras entidades e têm por objetivo aperfeiçoar os artigos que a lei agrícola está contemplando.

Tenho já me manifestado em inúmeras oportunidades aqui nesta Casa em defesa dos pequenos produtores, inclusive na última segunda-feira pudemos denunciar aqui e esta Casa aprovou requerimento enviado ao Ministro da Agricultura, sobre a preocupação da problemática do preço do feijão, que está atingindo diretamente o pequeno produtor que é o que produz feijão no nosso Estado, praticamente.

E tenho me manifestado em muitas oportunidades em defesa aqui do pequeno produtor. Inclusive a nossa Constituição, em seu art. 154, § 88, inciso I, diz: "a Lei Agrícola dará tratamento diferenciado e



privilegiado ao micro e pequeno produtor".

O nosso projeto de lei agrícola do Bloco Agropecuário tem contemplado inúmeros artigos, mas não tem muita definição na questão do micro e pequeno produtor.

Era o que nós tínhamos intenção de aperfeiçoar quando numa das emendas, nós colocávamos, nós referíamos a classificação dos lavradores, do micro produtor, do pequeno produtor, do médio produtor e do grande produtor.

Mas, por um entendimento chegado com o Bloco Agropecuário e com o Deputado Pessuti, nós estamos encaminhando à votação ou solicitando a aprovação dos Senhores Deputados, da Emenda que temos um requerimento de destaque, que mencionei há minutos atrás, e dizer que as nossas emendas tinham por objetivo priorizar cada vez mais, além do que, já está contemplado no projeto original o pequeno produtor, que no nosso entendimento é quem produz alimentos da cesta básica para nosso povo. E até porque já argumentei, em outras oportunidades, nesta Casa, que os pequenos produtores, no Paraná, perfazem aproximadamente 400.000 produtores. Mas se fôssemos classificar os produtores do Paraná, hoje, nós poderíamos dizer que 79% das terras do Paraná são propriedades acima de 100 hectares e elas estão nas mãos de 10% de proprietários.

As propriedades até 100 hectares, que nós classificamos como pequenas propriedades, em torno de 42 alqueires de terra, são apenas 11% das terras mas têm 90% de proprietários, portanto o nosso entendimento era de que ainda mais do que está contemplado no projeto do Bloco Agropecuário, deveríamos e devemos priorizar o pequeno produtor.

Porque inclusive debatemos aqui com o diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil e ele acabou nos confirmando, que as verbas da política agrícola do Governo Federal, as verbas federais, através do Ministério da Agricultura, apenas 33% destas verbas chegam às mãos do pequeno produtor, enquanto que 66% destas verbas não pãram ou vão parar nas mãos do médio e do grande produtor. E nós entendemos que o pequeno é que precisa de ajuda do Poder público para viabilizar o produtor lá na pequena propriedade.

E o que ouvimos muitos Deputados, hoje inclusive denunciando, preocupados com o problema da agricultura, quando as cidades estão inchando, os problemas sociais aumentando e o campo do Paraná se esvaziando enquanto falta alimento na mesa do povo!

Então eu só queria justificar esse entendimento, que as nossas Emendas tinham por objetivo, mas que chegamos a um entendimento que no futuro provavelmente poderemos aperfeiçoar esta lei. Nós tínhamos

também, numa das emendas, a criação de um seguro agrícola, no Estado do Paraná, e que o Parecer da Comissão de Agricultura sugere que seja encaminhado um projeto de lei à parte e que o seguro agrícola não conste da Lei Agrícola, nós logo enviaremos a esta Casa um projeto em separado, da criação do seguro agrícola no Paraná.

Então, nós tínhamos estes esclarecimentos a fazer, e nosso objetivo era justamente priorizar, cada vez mais, a pequena propriedade e viabilizar o pequeno produtor, no campo, no nosso Estado!

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós entendemos que estamos chegando ao final de um processo de discussão e votação, que certamente muito engrandecerá este Poder Legislativo, os seus Parlamentares e por que não dizer, aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para que este processo chegasse onde chegou no dia de hoje, e certamente possa ser amanhã e depois concluído através de uma terceira votação e de uma redação final também aprovada por esta Casa.

Nós queremos destacar, isso já foi mencionado aqui, que este projeto teve como agente condutor o Bloco Parlamentar Agropecuário. Bloco Parlamentar Agropecuário este que teve origem e foi criado nesta Casa em 1985, e que por deferência dos Srs. Parlamentares da época nos foi dada a responsabilidade de exercer a coordenação deste trabalho.

A partir do momento em que fora elaborada e publicada a Lei Agrícola Federal e tendo em vista o que dispõe a nossa Constituição Estadual, nós tínhamos um prazo para elaborarmos a Lei Agrícola Estadual.

E lembrem-se os Srs. Parlamentares, mais de 20 Parlamentares que neste período de um ano de funcionamento desta Legislatura, participaram das reuniões do Bloco Parlamentar Agropecuário, da Comissão de Agricultura, que desde o mês de fevereiro nós estamos debatendo este assunto. Foram milhares de emendas e propostas analisadas, discutidas, e ao final elaborou-se um texto básico, que levado a este Plenário recebeu novas emendas, em torno de 40 emendas e retornou às Comissões. Retornando ao Plenário para uma segunda discussão, as emendas de Plenário têm número de 10, também aconteceram.

Então, hoje, Sr. Presidente, quando nós analisamos essa matéria em segunda discussão, já votado o projeto, temos que agora analisar a cerca de 40 emendas que foram apresentadas perante a Comissão de Agricultura e as dez emendas que foram

apresentadas em Plenário.

Temos à mesa, requerimentos que pedem destaque para algumas emendas, nós queremos aqui adiantar aos Srs. Parlamentares que do trabalho desenvolvido neste período em que as emendas foram apresentadas, seja perante a Comissão de Agricultura, ou perante este Plenário, nós tivemos oportunidade de, por mais uma vez, nos unirmos com a assessoria que dá apoio logístico ao Bloco Parlamentar Agropecuário e avaliar quais emendas estariam em condições de ser por nós aprovadas, de forma a não prejudicar o texto maior que havia sido encontrado na forma de consenso e de entendimento com os Srs. Parlamentares.

E, nesse sentido, queremos também agradecer o trabalho que foi por nós prestado através da Secretaria da Agricultura, na pessoa do Dr. Altair; pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, a FETAEP, na pessoa do Dr. Leibnitz e na pessoa de Mário Plefka; pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, FAEP; pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, OCEPAR, na pessoa do Dr. Nelson Costa e do Dr. Mauro Santana; da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER, na pessoa do Dr. Dúlio de Paula; pelo Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa, na pessoa do Dr. Paulo Gomes; e pela Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, na pessoa do Dr. Rubens Bremer.

Essas pessoas foram evidentemente aquelas que ao longo deste período, contribuíram com sua inteligência, com sua experiência, com sua dedicação, para que nós pudéssemos trazer a plenário um produto que realmente satisfizesse aos interesses do Paraná.

Talvez depois do trabalho que se teve na peça orçamentária, conduzido pelo Deputado Heinz, talvez esse assunto, Lei Agrícola Estadual, é o que demandou maior aprofundamento, maior volume de trabalho, maior volume de discussão e reuniões, até que se chegasse ao dia de hoje.

Nós entendemos evidentemente, que a peça orçamentária está acima de qualquer julgamento deste Plenário em termos de trabalho, é um trabalho realmente incansável, mas a Lei Agrícola Estadual, quero crer que mereceu um volume de trabalho, que possa ser assemelhado àquele que se desenvolveu na análise da peça orçamentária.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamo aos Srs. Parlamentares para que mais uma vez deem um voto de confiança e de crédito àqueles Parlamentares que integrando o Bloco Agropecuário, discutiram com profundidade esta matéria, e porque não dizer, àqueles entidades que se somaram na busca disso, que hoje se procu-

ra transformar uma lei maior para a agropecuária paranaense.

Estamos ajustados e entendidos com diversos Parlamentares, e o Bloco Agropecuário, a Comissão de Agricultura, fecha nesse sentido, de aprovarmos, Sr. Presidente, as emendas números um a três, emendas oferecidas perante a Comissão de Agricultura; além dessas três, mais as emendas que tratam do art. 20 e do art. 44, que são da lavra dos Deputados do PT.

E também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aprovamos as emendas de número três e a emenda de número dez, que foram apresentadas posteriormente em Plenário.

Portanto, de todas as emendas nós iremos recomendar a aprovação, eu repito, das emendas número um, dois e três, oferecidas à Comissão de Agricultura, mais as emendas que tratam o art. 20 - 44 também oferecidas à Comissão de Agricultura, e vamos aprovar a emenda número 3 e a emenda número 10, proposta deste Plenário.

E mais uma vez, Sr. Presidente, queremos agradecer a todos os Parlamentares e agradecer em especial a Vossa Excelência e aos demais integrantes da Comissão Executiva desta Casa, porque é graças à deferência especial que Vossa Excelência sempre deu ao funcionamento do Bloco Parlamentar Agropecuário é que nós temos tido condições de, ao longo do tempo, promovermos aqui: simpósios, mesas redondas, seminários, discussões como aquela que fizemos do IMCS e discussões como esta que fazemos hoje, da implantação de uma lei agrícola para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação as emendas ...

O SR. ERNANI PUDELL - Apenas para um esclarecimento, Sr. Presidente.

A Bancada do PT fez um requerimento pedindo destaque às emendas. Então, nós mantemos apenas o pedido de destaque para a emenda modificativa ao art. 20, que leva o número 6, e a emenda ao artigo 44, que leva o número 23. Então, essas nós mantemos o pedido de destaque, e às demais nós retiramos o pedido de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas. APROVADO.

Requerimento de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, de destaque para as emendas números 6 e 23. - Aprovado.

Em votação a emenda nº 6. - Aprovada.

Em votação a emenda nº 23. - Aprovada.

Encaminho ao Deputado Ernani Pudell, para que faça constar no seu requerimento a retirada das demais emendas.

Deputado Orlando Pessutti requer vota-

ção em destaque para as emendas 1, 2 e 3, da Comissão de Agricultura e 3 e 10 de Plenário. **APROVADO**

Emenda n° 1 **APROVADA**

Emenda n° 2 **APROVADA**

Emenda n° 3 **APROVADA**

Emenda n° 3 de Plenário. **APROVADA.**

Emenda n° 10 de Plenário. **APROVADA.**

Deputado Lourenço Fregonese, Requer após ouvido o Plenário, destaque à emenda aditiva do Projeto de Lei 246/91. Em discussão, em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, nós entendemos, embora até mereça de nossa parte a consideração à Proposta do Deputado Lourenço Fregonese, que não poderemos dar o destaque que se pretende através da discussão da emenda do Nobre Deputado, porque pretende o Deputado ao analisarmos a emenda n° 1: "O Governo do Estado implantará a estação de carcinicultura, pós-larva de camarões, nas baías de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba com recursos específicos do próprio Orçamento Estadual".

Carcinicultura para quem ainda não sabe, trata-se da cultura do camarão. Nós não poderemos, Sr. Presidente, num texto como esse que se pretende, para se atender aos interesses de toda a agropecuária do Estado do Paraná, dos assuntos, como escrevemos na Constituição agrosilvopastoril, nós não pretendemos Senhor Presidente, ao aprovar uma emenda dessa, e não podemos por isso aprovar esta emenda, privilegiando apenas um segmento.

Porque se não teríamos que tratar da questão das estações de teste de reprodutores suínos, as famosas ETRs, situadas em ETRs, situadas em Francisco Beltrão, em Toledo, em outras regiões do Paraná. Teríamos que discutir as estações de ovicultura, que por certo, estariam localizadas na cidade de Guarapuava. Ou então discutiríamos as galinhas poedeiras de Nova Esperança. Ou dos marrecos de Dois Vizinhos....

Enfim, não poderemos especificar a questão da carcinicultura, estabelecendo que deverá ter uma estação.

Este é um tema que já está devidamente inserido de forma igual no artigo 28 do Projeto de Lei. O assunto é muito específico e evidentemente que não cabe a nós, neste momento, privilegiarmos, ou darmos exclusividade aos carcinicultores do Estado do Paraná; em detrimento outro segmentos produtivos.

Por esta razão, somos contrários ao destaque e, se aprovado, votaremos contra a emenda.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE. - Antes de fazer a defesa ao destaque, gostaria de perguntar ao Sr. se há três minutos atrás não foram aprovadas as emendas um, dois, três e quatro de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda da Comissão que foi aprovada. Três e dez de plenário.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Não quero criar polêmica com o Bloco Agropecuário. Todos sabemos que o Paraná é dividido em sete Regiões e o Litoral do Paraná é a sétima Região.

O nosso agricultor, uma grande parte dele, é o pescador.

E é muito importante, principalmente para os Deputados que vivem no Litoral, que tem laços com o Litoral, como Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Algaci Túlio.

É uma reivindicação do pescador.

Durante o ano o nosso pescador é artesanal.

O nosso pescador é o pescador mesmo!

É o coitadinho na costa brasileira.

Durante o período do camarão, todos os barcos de Santa Catarina e São Paulo pescam o nosso camarão. E o nosso pescador não tem como fazer para competir com estes Estados. Tendo esta emenda aprovada, teríamos condições, principalmente no que chamamos baía de dentro, baía de mar mais calmo, não de mar de fora, de ter a condição deste pescador, destes milhares de pescadores que temos no Paraná, poderem sobreviver. Logo teremos o período do defeso, em que o nosso pescador será proibido de pescar. Com isto passará fome, como tem passado todos os anos.

O que queríamos aqui é que como Região mais pobre do Estado e tendo 80% do nosso agricultor, que é o pescador, que o Governo se sensibilizasse e trabalhasse em favor deste segmento, que tem dado muito para o litoral do Paraná. E é uma questão de sobrevivência ao nosso pescador nativo, à nossa origem de caçara, de gente do Litoral.

Pediria a todos os Deputados que votassem no destaque e pediria a sensibilidade dos Deputados do Governo que votassem. Se depois o Governo do Estado achasse justo, que o Governador vetasse esta parte no projeto agropecuário. Pediria a compreensão de todos e que a gente pense um pouco no nosso pescador, naquele da canoa de pau a pique.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em vota-

ção o destaque. Os Senhores Deputados que aprovam o destaque conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o destaque queiram levantar-se 20 (vinte) aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam o destaque queiram levantar-se 22 (vinte e dois) rejeitam o destaque. Está Rejeitado. Em votação a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Antes que Vossa Excelência coloque em votação esta emenda. Quando nós aprovamos o requerimento anterior de nossa autoria, ele pedia que todas as demais emendas fossem apreciadas em Bloco. Então, não sendo aprovado o destaque, ela deve ser incluída junto com as demais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Emenda ecológica da Deputada Emília Belinati.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) Sr. Presidente, esta emenda já foi aprovada com o número 10 de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O assessor da mesa acho que anda meio nervoso; ele disse que só tem emenda de plenário até nove. Eu quero acreditar em Vossa Excelência.

Em votação a emenda da Deputada Emília Belinati.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovada.

Emendas com parecer favorável. Votação em Bloco.

As emendas de Plenário, ressaltadas as já aprovadas, de 01 a 09. Os Senhores Deputados que aprovam as emendas conservem-se como estão. Rejeitadas.

As emendas com parecer contrário, ressaltadas as emendas já aprovadas. Os Srs. Deputados...

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar Senhor Presidente.

(Assentimento)

Só esclarecendo que nós votaremos contra as emendas tendo em vista o entendimento mantido com o Bloco Agropecuário, onde nós preferimos dois passarinhos na mão do que vários voando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que rejeitam as emendas conservem-se como estão; Rejeitadas.

O Projeto irá à terceira discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, dá nova redação a Lei nº 5971/69. (Fundo de Crédito Agropecuário) Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C, por unanimidade EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 247/91

P A R E C E R:

O presente parecer tem por objetivo analisar a emenda de autoria dos nobres Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, apresentada ao Projeto de Lei nº 247/91, de autoria do nobre Sr. Deputado Orlando Pessuti, que objetiva dar nova redação à Lei nº 5971/69 (Fundo de Crédito Agropecuário).

Observada a emenda incidente ao projeto, notamos o cunho de destinar-se os recursos do Fundo de Crédito Agropecuário, exclusivamente para serem aplicados a proprietários de área não superior a 03 (três) módulos rurais.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a emenda em perfeitas condições de merecer a apreciação do Douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela apreciação da emenda em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
NELSON JUSTUS - Relator.

Aprovado.

Em votação a emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

A emenda proposta pelos Deputados Constantino, Pudell e Rosinha e apoiada por outros Srs. Deputados, não poderá ser por nós aprovada porque não cabe fixar critérios sobre o tamanho de pequeno produtor no momento em que o Congresso nacional está aprovando lei que define o pequeno produtor para efeito de crédito e também porque existe uma série de outros critérios estabelecidos pelo Banco Central. Além do que o pequeno produtor em termos de receita bruta, atualmente, já está estipulado pelas leis que existem a nível de Banco Central e a nível nacional valores da ordem de 20 milhões de cruzeiros.

Portanto, esta emenda não poderá ser aprovada sob pena de estar ferindo princípios superiores de legislação federal e de resolução do Banco Central.

Por essa razão votaremos contra.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para encaminhar)

- O projeto original define no seu artigo 5º que os recursos do Fundo de Crédito Agropecuário serão aplicados para atendimento exclusivamente a pequenos produtores rurais, diretamente ou através de seus órgãos associativos.

A nossa emenda, ela define quem são os pequenos produtores rurais, porque nós entendemos que este projeto e esta lei estadual independe da legislação federal quanto a política agrícola.

Nós entendemos que a nossa emenda está apenas caracterizando quem são esses pequenos produtores rurais até porque nós entendemos que através do Ministério da Agricultura é muito oscilante a classificação.

Nós ouvimos há poucos dias passados através de pressão de grandes proprietários uma resolução do Ministério da Agricultura alterar a classificação de pequeno produtor, limitando isso ao valor de receita do produtor, elevando de quatro para doze ou quatorze milhões a classificação do produtor como médio ou pequeno produtor e nós entendemos que nesse sentido nós estaríamos garantindo com a emenda que realmente o fundo a que se destina esse projeto de lei seja especificado para quem que ele vai. Ele vai justamente em direção daquele que necessita de apoio, que já temos nos manifestado em outras oportunidades.

O pequeno produtor que tem até três módulos rurais, aproximadamente 60 hectares de terra que se enquadra como já mencionei anteriormente em quase que 90% das propriedades do Paraná, são os pequenos produtores rurais.

Então nós apenas estamos acrescentando ao projeto de lei, dizendo quem são os pequenos produtores rurais porque na medida em que uma reclassificação por força da vontade do Ministro da Agricultura ou de qualquer pressão, nós poderemos estar destinando o fundo a grandes produtores, a médios produtores de acordo com a classificação que no nosso entendimento não é correto.

Então quando se fixa três módulos rurais, quer dizer que essas verbas, esses recursos vão ser destinados aos produtores que tenham até 60 hectares de terra e que isto vai lhes dar uma condição de sobrevivência na pequena propriedade como nós temos visto e assistido diariamente pronunciamentos aqui nesta casa, de que as cidades estão inchando. Estamos vendo isso no concreto, no dia-a-dia.

O Deputado Alborghetti dizia há instantes atrás que enquanto se dá terra para os pequenos produtores ou para os sem-terra, não se dá condições dele se viabilizar nessa pequena propriedade.

Então é necessário que todos os recursos, as formas de recursos que o poder público tenha para investir na agricultura, realmente invista neste que tem necessidade de precisar ficar lá numa pequena propriedade.

No nosso entendimento Deputado Pessuti, nós estamos apenas aperfeiçoando aquela intenção que está manifestada no artigo 5º do Projeto de Lei de realmente beneficiar o pequeno produtor, que no nosso entendimento 90% deles se enquadraram nessa nossa emenda que são os detentores de até três módulos rurais no Paraná.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Sr. Presidente.

Apenas quero desfazer o argumento do nobre colega Pessuti, lembrando que a lei apresentada trata de um fundo agropecuário que será constituído, portanto pelo produto líquido dos dividendos auferidos pelo governo do Estado, como acionista, quer dizer, são verbas do governo do Estado, com relação ao Banco do Estado do Paraná pelos resultados das aplicações dos recursos do próprio fundo e por outros recursos destinados para atender os fins.

É um recurso próprio do Estado do Paraná que está fora do controle e das normas do Banco Central, são recursos próprios do Governo do Estado e, portanto, cabe dentro da autonomia do Poder Legislativo Estadual, definir os critérios porque não estará submetido às normas e regulamentação do Banco Central. Esse Fundo é um fundo próprio, basicamente constituído por recursos do Tesouro do Estado, que são os dividendos que o Estado auferir na associação com o Banco do Estado do Paraná e, portanto, não está submetido às normas, à classificação a nível federal.

Poderíamos adotar a mesma classificação que eventualmente o Congresso Nacional venha a adotar que, por enquanto, não existe sequer uma classificação. Quer dizer, poderemos adotar ou não porque está inserido dentro da autonomia que o Estado do Paraná definir para quem irá destinar os recursos.

Então, mais do que isso: o nosso projeto inclusive, aperfeiçoa, perdão, a nossa Emenda aperfeiçoa o Projeto de Vossa Excelência, já fixa, nós não teremos discussão sobre quem irá ser o beneficiário desses recursos e nós não estaremos na dependência de uma legislação federal que nós poderemos adotar, se quisermos, porque neste caso isso é muito importante. Eu acho que o Deputado Pessuti tem que reconhecer que este Fundo não está submetido às normas do Banco Central, não se trata de recursos para empréstimos e financiamento que estão submetidos às normas e resoluções do Banco Central: é próprio do Estado do Paraná,

principalmente do Governo do Estado, que está inserido dentro da nossa autonomia legislativa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de Votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. 14 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. 22 Srs. Deputados rejeitam. Está rejeitada a emenda.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 062/91, autoria do Deputado João Arruda, e Deputado Ademar Traiano, autoriza realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Centro Novo com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J por unanimidade COM EMENDAS DE PLENÁRIO, PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. a EMENDA nº 01 e contrário a EMENDA nº 02

Sobre o referido projeto, emendas modificativas em nº de 02 (duas), de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AS EMENDAS MODIFICATIVAS NºS 01 e 02  
PROJETO DE LEI Nº 62/91

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados João Arruda e Ademar Traiano, o projeto de Resolução nº 062/91, visa autorizar a realização de plebiscito na área descrita na Emenda nº 01 e 02 ao retro referido projeto de resolução, que tem como objetivo definir a área a ser desmembrada, para que não pairam dúvidas com respeito aos seus reais limites.

Em análise as duas emendas apresentadas, optamos pela de nº 01, por esta delimitar com maior clareza os limites, divisas e confrontações. Dessa forma, não existindo nenhum óbice de caráter legal, regimental ou constitucional, esta Comissão de Constituição e Justiça emite o seu parecer FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

MARIO BEZERRA - Relator.

EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 01,

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 062/91

Art. 1º - O artigo 1º do projeto de resolução autuado sob nº 062/91, de 16.10.91, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada etc...

frontações:

Com o Município de Capanema

Começa no Rio Santo Antonio, na foz do Rio Liso, subindo por este até a foz do Lajeado Bonito e, por este, até o seu cruzamento com a Estrada Municipal a São José do Liso;

Com o município de Planalto

Começa no Lajeado Bonito, no seu cruzamento com a Estrada Municipal Capanema-São José do Liso, deste ponto seguindo pela estrada, no sentido de São José do Liso, até encontrar o Rio Liso, por este subindo até encontrar a Foz do Arroio Fernandes;

Com o município de Pérola do Oeste

Começa na Foz do Arroio Fernandes, no Rio Liso, e sobe até a sua nascente, próximo à Estrada PR-163 que liga Planalto a Pérola do Oeste e deste ponto, por linha seca e reta, segue rumo oeste até encontrar a nascente do Córrego Vitória, por este descendo até a sua foz, no Lajeado Grande, pelo qual segue até a sua foz, no Rio Santo Antonio;

Com a República Argentina

Começa na foz do Lajeado Grande, no Rio Santo Antonio, pelo qual segue até a foz do Rio Liso, Ponto de Partida."

Art. 2º - Esta emenda modificativa entra em vigor com a sua aprovação pelo Plenário da Assembléia.

As correções ora propostas fazem-se absolutamente necessárias para a perfeita caracterização e localização dos acidentes geográficos de toda a área em questão.

Existe o Rio Liso que desagua no Rio Santo Antonio, procedente das terras altas de Realeza e Ampere; assim como existe o Lajeado Liso que nasce próximo à localidade de Esquina Gaúcha-Mun. Pérola do Oeste e desagua no Lajeado Biand já próximo ao curso principal do Rio Liso.

Assim, o Ponto de Partida deverá ser registrado como na Foz do Rio Liso-No Rio Santo Antonio. Depois do trajeto a seguir descrito, a linha de confrontação alcança a Foz do Arroio Fernandes que nasce próximo ao município de Pérola do Oeste, junto à estrada PR-163 - descendo para desaguar, como descrito, no curso do Rio Liso. Da nascente do Arroio Fernandes, essa linha lindeira segue, rumo oeste por trajeto reto e seco, até alcançar a nascente do Cór-



regio Vitória que nasce em oposição ao Arroio Fernandes, do outro lado da PR-163, descendo pelo curso do Córrego Vitória até a sua foz, no Lajeado Grande que nasce em terras do município de Pranchita e desce em busca do curso maior do Rio Santo Antonio, divisa molhada natural e internacional com a República Argentina.

Verifica-se que houve razão na observação feita em Plenário a respeito do memorial descritivo do novo Município que parecia incompleto.

Com a adição do Curso do Arroio Fernandes, que desagua no Rio Liso e representa linha molhada demarcatória nesse memorial, corrige-se aquela defecção, completa-se o perímetro e assegura-se ao futuro município de Centro Novo uma demarcação perfeita, com o reconhecimento de todos os seus acidentes geográficos notáveis.

Sala das Sessões, em 28.11.91

(aa) JOÃO ARRUDA  
e ADEMAR TRAIANO.

Apoio: Mário Bezerra, Algaci Túlio e Lourenço Fregonese.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 02

O Artigo 1º do Projeto de Resolução nº 062/91 passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Centro Novo, com sede na localidade de mesmo nome, desmembrando-o dos municípios de Planalto e Pêrola do Oeste, com os seguintes limites, divisas e confrontações.

Com o Município de Capanema

Começa no Rio Santo Antonio, na foz do Lajeado Liso, sobe por este até a foz do Lajeado Bonito e, por este, até o seu cruzamento com a Estrada Municipal a São José do Liso;

Com o município de Planalto

Começa no Lajeado Bonito no seu cruzamento com a Estrada Municipal Capanema-São José do Liso, deste ponto segue pela estrada no sentido de São José do Liso, até encontrar o Lajeado Liso, e segue pelo mesmo rumo à sua nascente até encontrar a estrada municipal que liga Planalto a Pêrola do Oeste;

Com o município de Pêrola do Oeste

Do cruzamento da estrada municipal, que liga Planalto a Pêrola do Oeste, com o Lajeado Liso, segue em linha reta e seca até encontrar a nascente do Córrego Vitória, descendo por este até sua foz com o Rio Lajeado Grande, deste ponto segue pelo

Lajeado Grande até sua foz com o Rio Santo Antonio;

Com a República Argentina

Começa na foz do Lajeado Grande no Rio Santo Antonio e desce por este até a foz do Lajeado Liso, Ponto de Partida."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoio: Nelson Garcia, José Tavares, Toti Colaço e Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa melhor delimitar as divisas da área a ser emancipada.

Em votação a Resolução 62/91. Em votação o projeto sem prejuízo da apreciação das emendas.

Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

Emendas de plenário com parecer contrário.

Os Srs. Deputados que rejeitam as emendas conservem-se como estão. Rejeitadas.

Há uma emenda com parecer da CCJ favorável, Substitutivo Geral dos autores do Projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam o substitutivo geral conservem-se como estão. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/89 Mensagem Governamental nº 037/89, autoriza o Poder Executivo a Doar ao Instituto de Terras e Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, Imóvel Rural da Gleba Tormenta, situado no Município de Cascavel e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS C.C.J., C.T.I.C. e C.A.I.C. (Publ. no DA nº 11 de 23.03.89).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 60/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, origina-se da Mensagem Governamental nº 37/89, e objetiva autorizar o Poder Executivo, doar ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - I.T.C.F., o imóvel rural constituído pelos lotes 36, 35-A, 13-A, 12-A1, 12-A, 5-A e parte destacada do lote 13, da Gleba da Colônia Tormenta, situado no município de Cascavel, havido pelo Estado do Paraná, através das matrículas nºs 36.6321, 6337, 3917, 3918, 3920, e 3919, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Cascavel, ficando em consequência, desafetado da

destinação originária.

O presente plano de lei, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois a doação em causa é de fundamental necessidade a fim de que o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná, I.T.C.F., possa mediante a doação regularizar a situação dos legítimos ocupantes do imóvel rural em referência.

Vale ainda salientar que a presente medida, foi devidamente examinada pelos órgãos competentes, concedendo assim os seus pareceres com referência a matéria em pauta.

O Projeto de lei em epígrafe, não encontra óbice algum tanto legal, regimental ou constitucional, para sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis, uma vez que os lotes objeto do presente plano, são de propriedade do Poder Executivo.

Por tais fatos, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL nos permitindo opinar pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;  
HOMERO OGUIDO - Relator.

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

P A R E C E R:

O projeto de Lei nº 060/89, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 37/89, objetiva autorizar o Executivo Estadual, a doar ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - I.T.C.F., o imóvel rural que especifica.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional do plano de lei, notamos a contemplação do mais relevante interesse da Administração do Estado, na regularização das situações dos legítimos ocupantes do imóvel, objeto da análise.

Seguindo o entendimento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 10.11.89

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente;  
LEONIDAS CHAVES - Relator.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA PROJETO DE LEI Nº 060/89

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 060/89, que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado, o imóvel rural constituído

pelos lotes 36, 35-A, 13-A, 12-A 1, 12-A, 5-A e parte destacada do lote 13, da gleba Colônia Tormenta, no município de Cascavel, tem como objetivo maior, a regularização da situação dos legítimos ocupantes dos mesmos.

Em razão de entendermos ser altamente meritório os objetivos do presente projeto de lei, e corroborado pelos pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, Terras, Imigração e Colonização, somos também favoráveis à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.91

(aa) SABINO CAMPOS - Presidente;  
ORLANDO PESSUTI - Relator.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu quero emitir um apelo antes do término da sessão porque nós sabemos que adentrou à Casa um projeto que trata da regulamentação da Previdência dos Funcionários do Estado. Este é um projeto complexo, um projeto polêmico que nós queremos aqui transmitir um apelo, que eu tenho certeza que é da maioria dos líderes dos partidos nesta Casa, à Liderança do Governo para que tivesse um entendimento com o Governo do Estado para que este Projeto fosse apreciado por esta Casa após o recesso parlamentar porque nós sabemos que não haverá tempo hábil de apreciar este projeto ainda neste período legislativo, e uma eventual convocação extraordinária para análise desse Projeto nos colocará numa situação de imprudência absoluta porque poderemos aprovar rapidamente um projeto complexo, difícil, que demandará muitas discussões, e inclusive nós estamos propondo à Casa a realização de um seminário para discutir esse projeto, e o bom senso e a cautela nos pedem que este projeto seja discutido no início do próximo período legislativo porque nesse caso teremos tempo para analisar, discutir, aprofundar, aperfeiçoar este Projeto.

Sabemos que o Governo do Estado tem interesse em algumas mensagens que ainda estão em tramitação nesta Casa, principalmente com relação aos vencimentos dos funcionários, com relação às alterações nas alíquotas do ICMS e nós então, requeremos à Mesa que transmita também o apelo às Comissões respectivas para que agilizem os pareceres, para que nós coloquemos esses demais projetos de interesse do Estado que necessitam de apreciação urgente, na Ordem do Dia. Poderemos inclusive, se assim entender a Presidência da Casa em comum acordo com as demais Lideranças, convocar reuniões extraordinárias até sexta-feira, duas reuniões pelo menos, por dia teremos



condições de limpar a pauta com esses projetos mais urgentes, deixando o projeto do IPE para depois do recesso parlamentar, sem a necessidade de uma convocação extraordinária, porque eu quero apenas acertar que me parece a entrada e, discussão hoje, durante o período extraordinário, de convocação, do projeto, da lei sobre o IPE, nos colocará, certamente, numa discussão demorada, complexa, difícil e nós ficaremos por muito tempo para discutir esse projeto, ou então, iremos discutir, aprová-lo apressadamente, com grandes riscos, grandes implicações na vida de milhares e milhares de servidores do Estado do Paraná.

Esse é um apelo que nós fazemos para que a Liderança do Governo entre em entendimento com o Governador do Estado, não convocando a Assembléia em período extraordinário para apreciação desse projeto de lei, e os demais, a Casa faça um esforço concentrado, redobrado e aprove até sexta-feira, ou sábado, através de Sessões Extraordinárias, e aí nós não teríamos necessidade da convocação extraordinária dessa Casa.

Obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, já no final da sessão, eu gostaria de registrar aqui o meu descontentamento, o meu repúdio com a Polícia Civil e com um membro do Ministério Público, Dr. Cruz, Promotor de Justiça da Comarca de Goioerê, que tem, ao invés de favorecer os munícipes, ao invés de defender os munícipes, tem conturbado a Comarca, tem desagradado a população, porque há questão de mais de trinta dias e nós nos mantivemos no silêncio a pedido do companheiro e grande amigo Dr. Aldenizio, ex-prefeito de Moreira Sales, que teve a sua casa assaltada, assalto de mão armada, onde a sua família, a sua senhora, os seus filhos, a sua empregada foram colocados no banheiro da casa por três malandros, por três ladrões, com revólveres, roubaram dois carros, roubaram televisores, jóias, enfim, levaram os pertences que tinham na casa de maior valor.

Pedimos a intervenção da Polícia Especial de Curitiba, da COPE. Lá estiveram dois delegados especiais, mais o delegado da Comarca e para a nossa tristeza, nós sabemos que três dos cinco ladrões foram presos e um deles, ao depor junto ao Delegado de Polícia de Goioerê, citou inclusive onde foi receptado, onde foram comprados os dólares e as jóias da esposa do Dr. Aldenizio e até agora, para a nossa indignação, a polícia não desvendou o fato.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que fizesse chegar ao Dr. José Maria Corrêa, ao Secretário de Segurança, Dr. Favetti,

que mandasse a polícia averiguar o caso porque a população de Moreira Sales está estarecida porque sabe que os três dos cinco que estão presos - dois ladrões - sabem, inclusive, a fonte onde foi receptado e não deram até agora o resultado da coisa.

Nós sabemos também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o que alegam os policiais, o que alegam os delegados é que o Promotor de Justiça da Comarca de Goioerê, Dr. Cruz, ex-policia! militar, atual Promotor de Justiça está impedindo o andamento do processo.

Então eu gostaria que, para que a comunidade tivesse tranqüilidade, para que a comunidade tivesse certeza de que existe fê -, existe segurança, eu gostaria que tanto o Ministério Público se manifestasse quanto o Delegado Chefe da Polícia Civil, o Secretário de Segurança bem como a Polícia Militar do Paraná, na pessoa do seu Comandante, que se manifestasse, porque não posso admitir que a cidade que represento, que o ex-prefeito Dr. Aldenizio tenha a sua família traumatizada - e a cidade inteira está traumatizada - e não tem nenhum resultado.

Então eu gostaria, Senhor Presidente, que V.Exa. pedisse ao Dr. Chemim, nosso digno Procurador Geral da Justiça, pedisse ao Secretário de Segurança, Dr. Favetti, e pedisse ao Dr. José Maria Correa que, juntos, tomassem providências e demonstrassem que, na verdade, no Paraná, e como diz o Governador Requião "bandido não tem valor". E vamos empunhar a bandeira! A bandeira da segurança!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai encaminhar as notas taquigráficas do pronunciamento de V.Exa. ao Secretário de Segurança, ao Procurador Geral da Justiça e ao Delegado da Polícia, fazendo ver a eles as graves denúncias feitas por V.Exa. neste Plenário.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar de V.Exa. informações se as Lideranças dos Partidos já fizeram o encaminhamento à Mesa da indicação dos membros da CPI dos Transportes Intermunicipais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com relação à denúncia do Deputado José Afonso a Mesa as considerou. E, como medida preliminar, vai proibir a entrada do referido Diretor denunciado por V.Exa. nesta Casa.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, estou solicitando da Presidência se as Lideranças dos Partidos que farão... Eu aguardo!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Indicou o PT o Deputado Doutor Rosinha.

O Deputado Valdir Rossoni indica o seu próprio nome.

E o Deputado Erondy Silvério, pelo PTB, indica o Deputado João Iensen.

Deputado Tadeu Lúcio Machado indica o seu próprio nome.

O Deputado Antônio Costenaro Neto indica o Deputado Nelson Garcia.

E o Deputado Geraldo Cartário indica o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - A Bancada do PDT, Senhor Presidente, indica o Deputado Cêzar Silvestri.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. encaminhe por ofício.

Hã seis (06) indicações, mais a do Deputado do PDT, faltando a indicação do Deputado da Bancada do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós faremos até amanhã, Senhor Presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Excelência, eu gostaria de solicitar à Mesa e a V.Exa. de que senão acontecer indicação até o dia de amanhã, que a Mesa possa valer-se do Regimento Interno, no seu artigo 34, § 2º, onde determina que os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente, por indicação dos Líderes, ou independente dela, se no prazo de 48 horas após ser criada, não se fizer a escolha.

Nós gostaríamos que o Senhor Presidente pudesse fazer a indicação, amanhã, para que se instale, ainda amanhã, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e possa-se, já a partir de amanhã, começar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai aguardar as indicações do Deputado Orlando Pessuti, e ele, não o fazendo, a Mesa o fará.

Sobre a mesa, requerimento de nº 3453, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Domingos Carvalho, Elio Rusch e Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3462, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3452, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3450, 3451, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.- Aprovados.

A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3457, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3459, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3460, 3461, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3458, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3454, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3455, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3456, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3447, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente.- Retirado pelo autor.

Requerimento de nº 3431, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O Deputado Ernani Pudell fez um apelo à Liderança do Governo, para que o mesmo transmita ao Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de que se observe ao Projeto do IPE, uma pausa para meditação. E eu transmito o apelo da Mesa, também, para que V.Exa. entre em entendimento com o Senhor Governador do Estado, a respeito de-

le.

Consulto o Plenário: ou marca-se duas sessões para amanhã, uma normal e uma extraordinária; ou marca-se uma sessão para amanhã e outra para depois de amanhã. A decisão cabe ao Plenário.

Duas Sessões, para amanhã, Extraordinária, em consideração ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, depois do almoço, e a ordinária também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 246/91, e do Projeto de Resolução n° 062/91.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 060, 099, 181 e 186/91.

do Projeto de Lei Complementar n° 381/91,

do Projeto de Lei n° 499/91, e do Projeto de Resolução n° 058/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 185, 438, 461, 502, 566, 591 e 376/91.

Convoca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 441 e 440/91.

## EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 515/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 494, 518 e 558/91.

Levanta-se a sessão.